



Entrevista

Separados pelo oceano, unidos pela Contabilidade

Artigos abordam importantes temas para a profissão

SUMÁRIO

Palavra do Presidente

1



Entrevista
Separados pelo oceano, unidos pela Contabilidade

Lorena Molter e Gustavo Sousa

3



Da Universidade à Sociedade
Inteligência Artificial, predição informacional e
risco de solvência na saúde suplementar brasileira

Marília Augusta Raulino Jácome | Orientador: Wenner Glaucio Lopes Lucena

13



Na Teoria e na Prática
Reforma tributária sobre o consumo: entre a teoria da neutralidade e
a prática da complexidade brasileira

Antônio Paulo Machado Gomes

17



Artigo Convidado
Características associadas à resiliência acadêmica de estudantes
de Ciências Contábeis da rede pública e privada

Nathalia Kathleen Rodrigues e Samuel de Oliveira Durso

33



Artigo
A influência das gerações Baby Boomers, X, Y e Z na percepção e adoção da
Inteligência Artificial pelos profissionais da contabilidade do Estado de Mato Grosso

Lethicia Madalena Chiodi, Jusceliany Rodrigues Leonel Correa,
Laercio Juarez Melz e Maysa Oliveira de Melo Antonio

49



Artigo
Avaliação da eficiência nos programas de
transferência de renda nos estados brasileiros

Presline Blum e Felipe Storch Damasceno

65



Artigo
A independência dos órgãos de controle para a realização de auditorias financeiras:
análise sobre a independência formal e sobre a aparência de independência

Elves Douglas Teixeira da Cruz

85



Artigo
Entre o débito e o algoritmo: a Inteligência Artificial e
o reposicionamento epistemológico da Contabilidade

André da Costa Ramos

103

PALAVRA DO PRESIDENTE

Caríssimos contadores e contadoras do Brasil, contabilistas certificados de Portugal, leitores e leitoras da RBC.

É com grande satisfação que vemos esta edição da Revista Brasileira de Contabilidade alçar voo e atravessar o Atlântico rumo a Portugal, levando consigo reflexões que expressam a vitalidade do pensamento contábil brasileiro. Essa travessia reafirma os laços históricos, culturais e profissionais que unem nossos países e abre caminhos para que ideias, pesquisas e vivências circulem entre as comunidades contábeis brasileira e portuguesa.

Essa aproximação ganhou impulso nos últimos meses. No fim de março, o *Summit Inovação e Desenvolvimento Socioeconômico*, idealizado pelo Conselho Federal de Contabilidade, reuniu em Lisboa profissionais, acadêmicos, lideranças institucionais e representantes dos setores público e privado. A Carta de Lisboa, firmada ao final do encontro, destacou o papel da Contabilidade na produção de informações que orientam políticas públicas, respaldam decisões e asseguram a segurança jurídica.

A Contabilidade brasileira já vem, ao longo dos anos, integrando a programação oficial do XIV Fórum de Lisboa, historicamente dedicado ao debate jurídico. A presença da profissão contábil no evento, pelo quarto ano consecutivo, sinaliza a ampliação dos espaços ocupados pela área. A crescente complexidade dos fenômenos econômicos, jurídicos e sociais exige informações confiáveis e profissionais preparados para interpretá-los. A Contabilidade qualifica, assim, discussões estratégicas do nosso tempo relacionadas à governança, à sustentabilidade e aos efeitos das novas tecnologias na vida em sociedade.

O diálogo entre os dois países prossegue nas páginas desta revista. Em entrevista, a bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC), Paula Franco, aborda temas, como educação continuada, sustentabilidade, ética no uso da inteligência artificial, atratividade da carreira e



Joaquim de Alencar Bezerra Filho
Presidente do CFC

convergência das normas internacionais. Também recupera capítulos importantes dessa história, como o Encontro Luso-Brasileiro de Contabilidade, o legado do professor Antônio Lopes de Sá e a atuação da União dos Contabilistas e Auditores de Língua Portuguesa (Ucalp).

Os demais conteúdos desta edição revelam a diversidade de assuntos que hoje mobilizam pesquisadores e profissionais. Os estudos analisam a independência dos órgãos de controle na realização de auditorias financeiras e a eficiência dos programas de transferência de renda nos estados brasileiros. A inteligência artificial é examinada a partir de seus efeitos sobre a produção do conhecimento contábil, das diferenças geracionais em sua adoção e de sua relação com a predição informacional e o risco de solvência na saúde suplementar. Um artigo dedicado à reforma tributária do consumo completa o quadro, aproximando a investigação acadêmica de problemas enfrentados no exercício profissional cotidiano.

Ao compartilhar essas experiências entre Brasil e Portugal, buscamos converter afinidades históricas em aprendizado mútuo, novas parcerias e projetos conjuntos. Que essas páginas inspirem encontros, estimulem o diálogo e impulsionem a construção de respostas aos desafios do presente. Avante!

Boa leitura!

EXPEDIENTE

REVISTA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE
Edição n.º 280, julho/agosto de 2026 – periódico bimestral – ISSN 0104/8341

>Editor

Conselho Federal de Contabilidade
SAUS, Qd. 5, Bl. J, Ed. CFC, Brasília/DF – CEP 70070-920
Site: www.cfc.org.br; e-mail: cfc@cfc.org.br

>Conselho Diretor

Presidente
Contador Joaquim de Alencar Bezerra Filho

Vice-Presidentes

Contador Weberth Fernandes (Gestão Administrativa-Financeira)
Contador Haroldo Santos Filho (Governança e Gestão Estratégica)
Contador Márcio Schuch Silveira (Inovação e Tecnologia)
Contador Sebastião Célio Costa Castro (Controle do Sistema CFC/CRCs)
Contadora Sandra Maria de Carvalho Campos (Fiscalização, Ética e Disciplina)
Contadora Angela Andrade Dantas Mendonça (Registro e Integração Profissional)
Contador João Carlos Castilho Garcia (Regulação e Normas Técnicas)
Contador Laudelino Jochem (Desenvolvimento Profissional)

>Ouidoria

Contadora Maria Dorgivânia Araes Barará (Conselheira-Ouidoria)

>Escola de Governança e Gestão dos Conselhos de Contabilidade (EGC)

Contadora Marisa Luciana Schvabe de Moraes (Diretora da EGC)

>Conselheiros Efetivos

Contador Adriano de Andrade Marrocos (DF)
Contadora Ana Lígia Coelho Martins (MA)
Contadora Ana Luiza Pereira Lima (RJ)
Contadora Angela Andrade Dantas Mendonça (SE)
Contadora Andrezza Carolina Brito Farias (AP)
Contador Bruno Sítio Fialho de Oliveira (PB)
Contador Carlos Henrique do Nascimento (AL)
Contador Carlos Rubens de Oliveira (MS)
Contador Erivan Ferreira Borges (RN)
Contador Felipe Matos Guerra (CE)
Contador Haroldo Santos Filho (ES)
Contador Ian Blois Pinheiro (PA)
Contadora Itajay Maria Soares (RR)
Contador João Carlos Castilho Garcia (SP)
Contador Joaquim de Alencar Bezerra Filho (PI)
Contador José Domingos Filho (RO)
Contadora Katiucy Juliano de Moura Manfredini (AC)
Contador Laudelino Jochem (PR)
Contador Manoel Carlos de Oliveira Junior (AM)
Contadora Maria Dorgivânia Araes Barará (PE)
Contadora Marisa Luciana Schvabe de Moraes (SC)
Contador Márcio Schuch Silveira (RS)
Contador Reinaldo Miranda de Castro (MT)
Contadora Sandra Maria de Carvalho Campos (MG)
Contador Sebastião Célio Costa Castro (TO)
Contadora Sonia Maria da Silva Gomes (BA)
Contador Weberth Fernandes (GO)

>Conselheiros Suplentes

Contador Abelci Daniel de Assis Filho (PB)
Contador Anailson Marcio Gomes (RN)
Contadora Angélica Dias Alves Valadares (AP)
Contador Antonio Carlos Sales Ferreira Junior (PA)
Contador Cesar Alberto Ponte Dura (PR)
Contador Domingos Sávio Alves da Cunha (MG)
Contadora Elaine Gorgen Strehl (RS)
Contador Einstein Almeida Ferreira Paniago (GO)
Contadora Elba Vicentina de Moraes (MT)
Contador Helcimmar Araújo Belém Filho (MA)
Contador José Corsino Raposo Castelo Branco (PI)
Contador José Luiz Marques Barreto (DF)
Contador José Gonçalves Campos Filho (PE)
Contador Jorge Luiz dos Santos (SE)
Contador Jordão Vieira Junior (AL)
Contadora Lucilene Florêncio Viana (AM)
Contador Luiz Francisco Peyon da Cunha (RJ)
Contador Marcelo Sousa Ribeiro
Contador Marcelo Augusto Jorge (AC)
Contador Marcelo Roberto Monello (SP)
Contadora Maria Leny Adania de Syllos (MS)
Contadora Milena Propp (SC)
Contadora Palmira Leão de Souza (RR)
Contador Roberto Schulte (ES)
Contador Sérgio Túlio dos Santos de Moura (BA)
Contadora Vilma Fátima Mendes (RO)
Contadora Welyndia Rodrigues Pereira (CE)

>Coordenadora do Conselho Editorial da RBC

Doutora Jacqueline Veneroso Alves da Cunha

>Conselho Editorial da RBC

Doutora Jacqueline Veneroso Alves da Cunha
Doutora Adriana Fernandes de Vasconcelos
Doutor Alison Martins Meurer
Doutor Antonio Ronaldo Madeira de Carvalho
Doutor Emanuel Marcos Lima
Doutor Erivan Ferreira Borges
Doutor Emani Ott
Doutor Fernando de Almeida Santos
Doutora Maria Ivanice Vendruscolo
Doutor Romualdo Douglas Colatto
Doutora Sonia Maria da Silva Gomes
Doutor Vanderlei dos Santos
Doutor Wenner Gláucio Lopes Lucena

>Diretoria de Gestão Estratégica e Governança

Adriana Guimarães

>Diretoria de Gestão de Atividades Finalísticas

Ricardo da Silva Carvalho

>Jornalista Responsável

Gustavo Sousa - DF 6438/96

>Redação

Ana Paula Leitão, Lorena Molter e Gustavo Sousa

>Projeto Gráfico

Igor Outelral, Marcus Hermeto e Thiago Luis Gomes

>Diagramação

Paula da Silva Rocha e Thiago Luis Gomes

>Revisão

Maria do Carmo Nóbrega e Juliana Garças

>Ilustrações

Paula da Silva Rocha

>Colaboradora

Maria do Carmo Nóbrega

>Artigos

Telefone: (61) 3314-9672 – e-mail: rbcartigos@cfc.org.br

Permitida a reprodução de qualquer matéria, desde que citada a fonte. Os conceitos emitidos em artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores.



ENTREVISTA

Separados pelo oceano, unidos pela Contabilidade

Por Lorena Molter e Gustavo Sousa

Em entrevista à *Revista Brasileira de Contabilidade*, a bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados de Portugal, Paula Franco, destaca como a parceria entre Brasil e Portugal fortalece a profissão, impulsiona a convergência internacional de normas e prepara os profissionais para os desafios da inteligência artificial, da sustentabilidade e da economia global.

Há mais de uma década, Brasil e Portugal transformaram a proximidade histórica e cultural em uma agenda permanente de cooperação para fortalecer a Contabilidade. A parceria entre o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e a Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC) consolidou iniciativas que ultrapassam fronteiras, promovem o intercâmbio técnico e científico e ampliam a par-

ticipação da comunidade lusófona nos principais fóruns internacionais da profissão.

Nesta entrevista à *Revista Brasileira de Contabilidade* (RBC), a bastonária da OCC, Paula Franco, analisa os avanços dessa relação institucional e aponta os caminhos para que os países de língua portuguesa atuem de forma cada vez mais integrada. A dirigente também aborda temas que

moldam o futuro da profissão, como inteligência artificial, sustentabilidade, educação profissional continuada e convergência das normas internacionais, defendendo que o fortalecimento da cooperação entre Brasil e Portugal representa uma oportunidade estratégica para ampliar a relevância da Contabilidade no desenvolvimento econômico e na geração de confiança para os mercados.

RBC – Ao longo da história do CFC e da OCC, diferentes parcerias foram estabelecidas pelas entidades, como o desenvolvimento do Encontro Luso-Brasileiro de Contabilidade. Para a Ordem, como essas iniciativas fortalecem tanto o Conselho quanto a Ordem?

Paula Franco – O Conselho Federal de Contabilidade e a Ordem dos Contabilistas Certificados mantêm uma relação institucional de cooperação há vários anos, enquadrada na aproximação entre as profissões contabilísticas de Portugal e do

Brasil e no âmbito de organizações internacionais como a União dos Contabilistas e Auditores de Língua Portuguesa (Ucalp), o Cilea e a Ifac. Portugal e Brasil têm um enorme oceano a separá-los, mas a língua, a cultura e a história são fatores que nos aproximam como mais nenhuma outra nação no mundo. Através da dinamização de conferências, protocolos e a presença em organizações internacionais, Portugal e Brasil só têm a ganhar com a partilha das melhores práticas, o intercâmbio técnico e científico e a cooperação na adoção de normas

internacionais, incorporando todas estas dimensões no dia a dia das profissões e dos profissionais.

RBC – O Encontro Luso-Brasileiro de Contabilidade foi consagrado pelo lema “Separados pelo Oceano, Unidos pela Contabilidade”. Como a integração entre o CFC e a OCC pode fortalecer a profissão contábil e as economias do Brasil e de Portugal?

P. F. – O lema surgiu com a criação do Encontro Luso-Brasileiro de Contabilidade, em 2010, impulsionada pelo professor António Lopes de Sá, personalidade maior da Contabilidade brasileira, no âmbito da parceria entre o Conselho Federal de Contabilidade do Brasil e a então Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas de Portugal, liderada pelo bastonário António Domingues de Azevedo. “Separados pelo Oceano, Unidos pela Contabilidade” é um mote que simboliza a forte ligação entre Portugal e Brasil através da profissão contabilística. Apesar da distância geográfica e das diferenças jurídicas e económicas, ambos os países partilham uma língua comum, uma herança histórica e desafios semelhantes na evolução da Contabilidade.

O Encontro Luso-Brasileiro de Contabilidade foi criado precisamente para fortalecer essa cooperação, promovendo a troca de conhecimentos, a partilha de boas práticas e o debate sobre temas como a harmonização das normas contabilísticas, a transformação digital, a formação dos profissionais e os desafios da sustentabilidade e da governação. O lema traduz a ideia de que a contabilidade é uma linguagem comum que aproxima profissionais, instituições e académicos dos dois lados do Atlântico, reforçando uma comunidade de conhecimento e colaboração.

Foto: Acervo Paula Franco



*Em respeito ao texto original e às características da sua redação, optamos por preservar a grafia conforme a norma ortográfica vigente em Portugal.

“Separados pelo Oceano, Unidos pela Contabilidade” é um mote que simboliza a forte ligação entre Portugal e Brasil através da profissão contabilística. Apesar da distância geográfica e das diferenças jurídicas e económicas, ambos os países partilham uma língua comum, uma herança histórica e desafios semelhantes na evolução da Contabilidade.”

RBC – Outro marco na história do CFC e da OCC foi a criação da União dos Contabilistas e Auditores de Língua Portuguesa (Ucalp). Como essa entidade pode contribuir para o desenvolvimento da contabilidade nos países lusófonos?

P. F. – Estamos na presença de diferentes culturas, oriundas de diferentes latitudes, mas com um património imaterial em comum: a língua portuguesa. Acredito que só a soma das partes pode criar o bloco lusófono da Contabilidade, que permitirá conquistar importantes mais-valias para as economias de todos os países que constituem a Ucalp. Esta organização foi criada para que os países que partilham a mesma língua pudessem promover o conhecimento, trocar experiências e perspetivas profissionais. A voz do Brasil e de Portugal, como países com boas práticas e experiências mais evoluídas, é fundamental para que os outros países que constituem esta união possam melhorar os seus desempenhos.

Foto: Acervo Paula Franco



RBC – Como a OCC avalia os benefícios da padronização dos processos contábeis pelo mundo?

P. F. – A padronização dos processos contabilísticos a nível mundial traz vantagens significativas para empresas, investidores, reguladores e para a própria profissão contabilística. A adoção de normas internacionais, como as *International Financial Reporting Standards* Fou-

ndation (IFRS), tem contribuído para tornar a informação financeira mais transparente, comparável e fiável. Em suma, a padronização dos processos contabilísticos constitui um dos pilares da globalização económica. Ao harmonizar a linguagem financeira utilizada pelas organizações, promove maior transparência, reduz custos, facilita o investimento internacional e reforça a confiança nos mercados. Num contexto de crescente digitalização e internacionalização das empresas, a convergência contabilística assume também um papel estratégico para o desenvolvimento económico e para a estabilidade dos siste-

mas financeiros.

Apesar das indiscutíveis vantagens, a padronização não elimina todos os desafios. Persistem diferenças na legislação fiscal, no direito comercial e nas práticas empresariais de cada país. Além disso, a adoção de normas internacionais implica investimento em formação, atualização tecnológica e adaptação organizacional.

RBC – Que ganhos a parceria entre a OCC e o CFC pode trazer para o campo da educação profissional continuada?

P. F. – A estreita cooperação entre a OCC e o CFC permite criar um ecossistema de aprendizagem contínua mais robusto, inovador e internacionalizado, beneficiando os profissionais de ambos os países. No âmbito da presença da OCC e do CFC no Cilea, organização contabilística de matriz latina, a plataforma CCCLIX (destinada aos contabilistas portugueses) serviu de inspiração para a criação do Cileaclix, uma plataforma na qual é possível aceder a uma ampla gama de vídeos produzidos pelos diversos países que constituem o Cilea, abrangendo diversos temas de natureza fiscal e contabilística. Em resumo, trata-se de uma ferramenta essencial para empresários interessados nos mercados internacionais e para os próprios contabilistas que desejam trabalhar globalmente. Este é, por isso, um exemplo inequívoco das vantagens do intercâmbio de conhecimento e formação.

RBC – Para a OCC qual o papel dos profissionais da contabilidade na pauta da sustentabilidade?

P. F. – A sustentabilidade tornou-se um dos maiores desafios e também fonte de oportunidades para a profissão contabilística. Atualmente, os contabilistas são chamados a desempenhar um papel que vai muito além do relato financeiro tradicional, apoiando as organizações na medição, gestão e divulgação do seu desempenho ambiental, social e de governação (ESG). O contabilista do futuro deixa de ser apenas um especialista em informação financeira para assumir um papel de gestor de informação estratégica, ajudando as organizações a conciliar desempenho económico, responsabilidade ambiental e impacto social. A capacidade de medir, analisar e comuni-

Foto: Acervo CFC



car informação de sustentabilidade será um dos fatores mais determinantes para a evolução da profissão nos próximos anos. É na criação de valor que reside o busilís desta transformando, existindo a necessidade de demonstrar que a sustentabilidade pode gerar eficiência, inovação e vantagens competitivas, apoiando as empresas no acesso a financiamento sustentável e contribuindo para modelos de negócio mais resilientes e de longo prazo.

RBC – Como a implementação de novas tecnologias e a digitalização podem ser um diferencial competitivo para os profissionais da contabilidade?

P. F. – A Contabilidade está a entrar numa nova era. O rápido avanço da inteligência artificial, em particular dos modelos de linguagem de grande escala, está a alterar significativamente o papel dos profissionais da área. Longe de se tratar apenas de mais uma ferramenta digital, estas tecnologias estão a alterar profundamente a forma como se gere o conhecimento fiscal e contabilístico — e com isso, a abrir caminho para o surgimento de novas funções que exigem competências técnicas, analíticas e estratégicas. Mas isso não significa que a profissão esteja em vias de desaparecer,

como alguns antecipam. Pelo contrário: está a evoluir. Acredito, por isso, que este novo paradigma será uma oportunidade para um novo perfil de profissionais.

RBC – Como a OCC julga que deve ser abordada a relação entre ética e inteligência artificial?

P. F. – O principal desafio não é decidir se a inteligência artificial deve ser utilizada na contabilidade, mas como utilizá-la de forma responsável. A profissão terá de encontrar um equilíbrio entre a inovação tecnológica e os princípios éticos que sustentam a confiança na informação financeira. Num contexto em que a IA executa tarefas cada vez mais complexas, o valor acrescentado do contabilista residirá menos no processamento de informação e mais na capacidade de exercer julgamento profissional, interpretar resultados, garantir a conformidade normativa e assegurar que a tecnologia é usada ao serviço do interesse público e da confiança nos mercados.

RBC – Como as entidades podem trabalhar juntas em novas iniciativas voltadas para ampliar a atratividade da profissão em seus países?

P. F. – Se quisermos que a profissão continue a ser respeitada e valorizada, temos de investir na qualidade da formação. Isso significa atualizar constantemente os currículos, acompanhar as tendências internacionais e apostar em metodologias que coloquem o estudante no centro do processo de aprendizagem. Significa também reforçar as competências humanas, lembrando que, apesar de toda a tecnologia, a profissão é feita de pessoas para pessoas. E significa, ainda, incentivar a investigação científica, criando uma base de conhecimento sólida que sustente a evolução da profissão.

A formação da nova geração de contabilistas terá de ser um processo contínuo, estruturado e estratégico, que garanta a qualidade e a credibilidade da profissão, com contributos de várias entidades com que nos relacionamos, onde se inclui, naturalmente, o CFC.

RBC – Quais práticas da contabilidade brasileira a OCC destaca que poderiam ser levadas para outros países?

P. F. – A Contabilidade brasileira é hoje reconhecida internacionalmente em várias áreas e pode ser considerada de vanguarda em alguns domínios. Embora Portugal tenha também aspetos de excelência, existem temas em que o Brasil desenvolveu soluções particularmente inovadoras, sobretudo devido à dimensão do seu mercado, ao elevado grau de digitalização fiscal e à organização da profissão. Todavia, gostaria de destacar, o dinamismo brasileiro ao afirmar-se como uma das maiores comunidades académicas de Contabilidade na América Latina, com numerosas revistas científicas, programas de mestrado e doutoramento e uma produção significativa de investigação em auditoria, contabilidade financeira, setor público, fiscalidade e sustentabilidade. Basta ver os congressos internacionais de contabilidade que organizamos em Portugal para verificar a consistência do vosso país neste domínio.

RBC – Como Brasil e Portugal, juntos, podem contribuir para o processo de convergência das normas internacionais para os países de língua portuguesa?

P. F. – Brasil e Portugal têm uma oportunidade singular para liderar a convergência das normas internacionais de contabilidade no espaço lusófono. Partilham a mesma língua, adotam as normas internacionais de relato finance-

iro em diferentes graus e possuem ordens profissionais e instituições fortes, capazes de influenciar a formação, a regulação e a prática contabilística nos países de língua portuguesa. O bloco da lusofonia é muito forte juntando a soma de todas as partes, por isso, uma intervenção internacional coordenada destes países, nomeadamente junto do Ifac, pode trazer grandes ganhos para o mundo da contabilidade em português.

RBC – Como esse processo pode fomentar a melhoria do ambiente de negócios, reduzir assimetrias regulatórias, aprimorar a segurança jurídica no intercâmbio desses países e por consequência movimentar a economia e ter a Contabilidade no centro dessas garantias econômicas?

P. F. – Mais do que uma convergência técnica, o bloco da lusofonia como língua de referência na profissão contabilística é um objetivo que não podemos perder de vista e que deve ser acompanhado e incentivado permanentemente.

RBC – Qual a importância do professor doutor Antônio Lopes de Sá para a integração Brasil-Portugal?

P. F. – O professor Antônio Lopes de Sá foi um grande amigo de Portugal e dos contabilistas portugueses, ou não tivesse ele também nacionalidade luso-brasileira, referindo de forma reiterada que era ‘português por opção’.

Recordo com enorme saudade algumas das inesquecíveis palestras que protagonizou no nosso país. A sua obra ultrapassou as fronteiras brasileiras, tendo exercido forte influência em Portugal, Espanha, Itália e em vários países da América Latina. A âncora do seu pensamento residiu na teoria do Neopatrimonialismo. Foi o criador do Congresso Internacional de Contabilidade do Mundo Latino (Prolatino), lançado em 1997 com o objetivo de aproximar investigadores e profissionais dos países latinos e reforçar a identidade científica da contabilidade nesses países. O congresso rapidamente ganhou dimensão internacional graças ao prestígio académico de Lopes de Sá. No próximo ano, serão assinalados 30 anos da criação do Prolatino e será também celebrado o centenário do nascimento do professor, a 9 de abril de 1927, em Belo Horizonte. O CFC vai evocá-lo da forma como ele merece e pode, desde já, contar com todo o apoio da Ordem dos Contabilistas Certificados.



Legado imortal de Antônio Lopes de Sá: a Ciência Contábil unindo fronteiras e gerações

Por Gustavo Sousa

Com a publicação de mais de 190 livros e a criação da doutrina do Neopatrimonialismo, o mestre mineiro Antônio Lopes de Sá revolucionou o pensamento contábil global, projetando a literatura brasileira no cenário científico internacional e consolidando uma contribuição inestimável para a formação acadêmica, o cuidado crítico na produção de conhecimento e a valorização constante dos profissionais.

A Contabilidade brasileira e internacional reserva um espaço de honra permanente para a trajetória do professor e doutor Antônio Lopes de Sá (1927–2010). Reconhecido como um dos maiores pensadores da história das Ciências Empresariais, transformou a literatura contábil global, ao fundar a corrente do Neopatrimonialismo e projetar o Brasil no cenário científico internacional. Sua vasta obra, caracterizada pelo cuidado crítico na produção de conhecimento contábil e pela visão holística, mantém-se como pilar de sustentação para a valorização da classe e fonte contínua de inspiração para

mais de meio milhão de profissionais no país.

Nascido na capital mineira Belo Horizonte no dia 9 de abril de 1927 e falecido em 7 de junho de 2010, Lopes de Sá superou as limitações de uma infância humilde na periferia. Órfão de pai aos três anos, foi alfabetizado precocemente por sua mãe, a professora de artes Maria José Taranto Lopes. Desde os primeiros anos escolares, conciliava os estudos com o trabalho em oficina de funilaria e fábrica de calçados, frequentando assiduamente as bibliotecas públicas para ampliar seu repertório cultural.

Em 1943, ingressou no curso de Contabilidade da Faculdade

Brasileira de Comércio, diplomando-se como contador em dezembro de 1946, com as maiores médias da instituição. Sua carreira no magistério começou antes mesmo da formatura, ao lecionar as mais diversas disciplinas – de Geografia Astronômica a Seminário Econômico. Em 1947, abriu seu escritório profissional, mantendo o exercício prático da escrita contábil ao longo de toda a vida. Seu atendimento evoluiu da atividade em pequenas empresas para o suporte a grandes corporações ligadas a figuras públicas de destaque nacional, como o então governador e presidente Juscelino Kubitschek.

“O crescimento do ser humano e do profissional se obtém pela elevação cultural e técnica, pela fé, pela prática da solidariedade e pelo desprendimento na disseminação do conhecimento.”

Prof. Walter Crispim da Silva, em tributo à obra de Lopes de Sá.

Revolução científica e Neopatrimonialismo

A busca obstinada pelo conhecimento científico levou o mestre a afastar-se das teses personalistas tradicionais para aprofundar-se no fenômeno patrimonial. Para estudar as obras originais sem intermediários, dominou o francês, o espanhol, o inglês, o italiano e o alemão. O mestre assinou uma das produções bibliográficas mais expressivas das Ciências Sociais Aplicadas no mundo, superando a marca de 190 livros editados e 13 mil artigos publicados em periódicos especializados do Brasil, da América Latina e da Europa. Entre seus trabalhos pioneiros no país, figuram as primeiras obras sobre Auditoria, Contabilidade Gerencial, Normatização Contábil, Arqueologia da Contabilidade e Filosofia da Contabilidade.

Em 1964, defendeu a tese “Teoria Científica do Equilíbrio”, conquistando os títulos de Doutor em Ciências Contábeis pela Faculdade Nacional de Ciências Econômi-



Foto: Acervo CFC

cas e livre-docente da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. O ponto culminante de sua trajetória ocorreu com o desenvolvimento do Neopatrimonialismo Contábil, fundamentado na Teoria das Funções Sistemáticas do Patrimônio das Células Sociais. A doutrina organizou axiomas e teoremas que conferiram autonomia e rigor científico inéditos ao estudo da dinâmica patrimonial.

Projeção internacional e cidadania europeia

O prestígio acadêmico do intelectual ultrapassou as fronteiras nacionais. Em 1964, recebeu em Roma o *Prix International Joseph Antoniaz*, outorgado pelo *Conseil International du Plan Comptable International*, sediado em Bruxelas, em reconhecimento ao trabalho desenvolvido na comissão do padrão mundial de contabilidade. Proferiu conferências e aulas magnas em universidades da Itália (Pisa, Roma, Bolonha), Espanha (Sevilha, Saragoça, Madri), Argentina e Uruguai, totalizando mais de 110 intervenções acadêmicas internacionais e 900 nacionais.

Em 1992, mesmo ano em que foi indicado para a Academia de Ciências Comerciais de Paris, obteve por requerimento a cidadania portuguesa e, assim, adquiriu a dupla nacionalidade luso-brasileira. A dimensão transatlântica consolidou uma ponte cultural e científica permanente entre os países de língua portuguesa e as escolas acadêmicas da Europa continental.

A relação de Antônio Lopes de Sá com Portugal extrapolou o campo acadêmico e tornou-se um marco de afeto e identidade. Além de publicar dezenas de artigos na *Revista de Contabilidade e Comércio do Porto* e no *Jornal do Técnico de Contas e da Empresa* (JTCE), o mestre foi membro honorário da Associação Portuguesa de Técnicos de Contas (Apotec) e presidente de honra do seu Centro de Estudos de História da Contabilidade. Essa cooperação fraterna foi eternizada em obras conjuntas, em conferências e no reconhecimento da comunidade lusitana, que o acolheu não apenas como um conferencista de prestígio, mas também como um legítimo patrimônio da Contabilidade em língua portuguesa.

A obra transatlântica

Um dos marcos da cooperação internacional do autor é o livro *Separados pelo Atlântico, Unidos pela Contabilidade*, escrito em parceria com o mestre contabilista português Rogério Fernandes Ferreira e publicado em 2006 pela Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (CTOC) de Portugal. A obra simboliza a união doutrinária entre os dois países e segue como referência de pesquisa técnica. Mesmo após seu falecimento em 2010, a vitalidade

dos teoremas neopatrimonialistas preserva atualidade na formação profissional e nos debates de grandes congressos acadêmicos que reúnem milhares de congressistas.

A atuação de Lopes de Sá destacou-se também pela investigação histórica. Entre 1977 e 1980, pesquisou mais de mil documentos na Casa dos Contos e nos arquivos de cidades históricas, como Ouro Preto, Mariana e Sabará, sobre a economia do ciclo do ouro em Minas Gerais. Em 1998, durante as comemorações dos 450 anos da Universidade de Messina, na Itália, apresentou estudo inédito comparando registros rupestres contábeis do Brasil ao paleolítico europeu, inaugurando os estudos da Arqueologia Contábil.

Medalha João Lyra e legado no CFC

O reconhecimento da classe contábil ao seu trabalho refletiu-se nas mais elevadas honrarias. Em 1987 e 1988, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) outorgou-lhe a Medalha de Ouro João Lyra, maior comenda da profissão no país. Em 1978, recebeu o título de Contador Benemérito do Brasil, outorga convalidada em conferências interamericanas. No âmbito governamental, o Poder Executivo federal nomeou o

mestre Comendador, concedendo-lhe as medalhas do Mérito Aero-náutico e Santos Dumont. Em 1980, representou oficialmente o Brasil no grupo de trabalho do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ONU), em Genebra.

Sua visão institucional contribuiu diretamente para a preservação da memória da categoria. Lopes de Sá integrou a comissão que criou e implantou o Museu Nacional de Contabilidade, instalado na sede do CFC, em Brasília, além de ter presidido a Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon), entre 1997 e 2004, e participado da fundação dos Conselhos Regionais de Administração e de Economia de Minas Gerais. O Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais (CRCMG) presta-lhe homenagem ao batizar sua sede como Edifício Contador Professor Doutor Antônio Lopes de Sá e, ainda, ao exibir um monumento do mestre no hall de entrada.

Antônio Lopes de Sá permanece como referência de excelência. Desde o acervo histórico preservado no CFC até o ensino disseminado em salas de aula e centros de pesquisa no Brasil e no exterior, sua dedicação ao conhecimento demonstra que a Ciência Contábil é uma força transformadora, capaz de dignificar o exercício profissional e impulsionar o desenvolvimento da sociedade.

“A relação de Antônio Lopes de Sá com Portugal extrapolou o campo acadêmico e tornou-se um marco de afeto e identidade.”



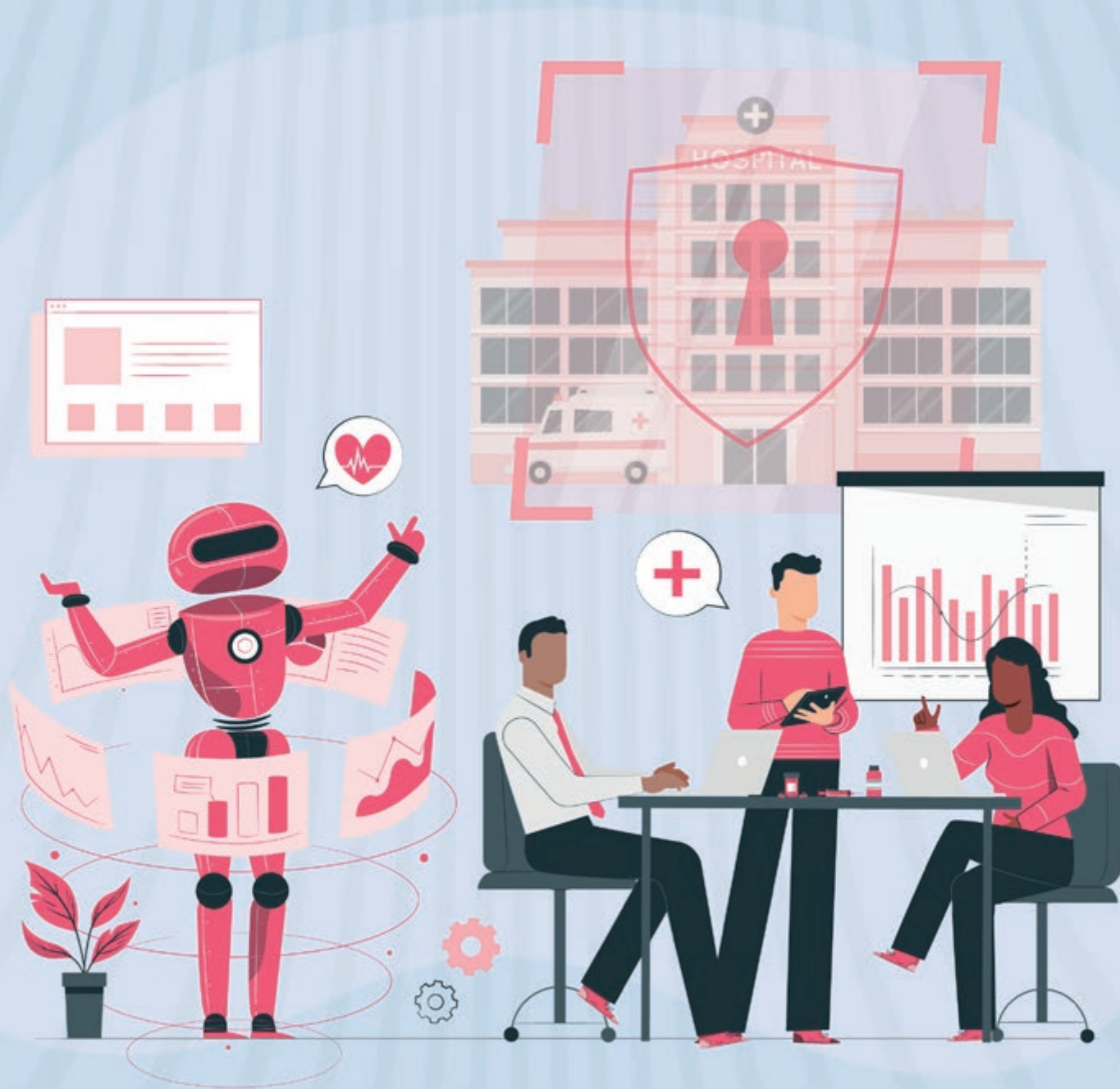
XVI Convenção de Contabilidade de Minas Gerais

Quem inova lidera o futuro

29 DE SETEMBRO A 1 DE OUTUBRO DE 2027



CRCMG
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DE MINAS GERAIS



DA UNIVERSIDADE À SOCIEDADE

Inteligência Artificial, previsão informacional e risco de solvência na saúde suplementar brasileira

A tese investiga um dos desafios mais urgentes do Sistema de Saúde Suplementar brasileiro: a **solvência das Operadoras de Planos de Saúde (OPS)**. Em um mercado permeado por assimetrias informacionais, crescente complexidade assistencial e redução significativa do número de operadoras ativas — que registrou queda superior a 55% desde a criação da Agência Nacional de Saúde (ANS) —, compreender e antecipar riscos se tornou um imperativo estratégico e regulatório. É nesse cenário que a pesquisa propõe um avanço científico e técnico: demonstrar como **modelagens de Inteligência Artificial (IA)** podem aprimorar a previsão das **despesas assistenciais** (gastos diretamente relacionados à prestação do cuidado ao beneficiário), contribuindo para decisões internas mais precisas e, consequentemente, para a sustentabilidade do setor.

A autora parte da premissa de que a **sinistralidade** (indicador que mede a relação entre o custo da assistência prestada e a receita obtida com os planos), elemento central na equação econômico-financeira das OPS, constitui o principal vetor de desequilíbrio do ciclo financeiro invertido, no qual receitas são recebidas antecipadamente, mas despesas ocorrem de forma contínua e imprevisível. A tese defende que, ao ampliar significativamente a capacidade de previsão desses gastos, a IA pode influenciar positivamente o risco de solvência (risco de a operadora não dispor de recursos financeiros suficientes para honrar, de forma contínua e tempestiva, suas obrigações), sinalizando ao regulador, aos gestores e à sociedade condições de continuidade operacional mais robustas.

Autor

Marília Augusta Raulino Jácome

Doutora em Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), integra o corpo docente do curso de pós-graduação em Governança e Finanças. Também ocupa o cargo de CEO da Dental Center – Operadora de Odontologia e é pesquisadora na área de Saúde Suplementar e Governança.

E-mail: raulino.marilia@gmail.com

Orientador

Wenner Glaucio Lopes Lucena

Exerce as funções de docente e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

E-mail: wdlucena@yahoo.com.br

Para embasar a análise, a investigação dialoga com três pilares teóricos: **Teoria da Regulação Econômica**, **Teoria da Sinalização** e literatura sobre **risco de solvência**. A autora contextualiza a criação das agências reguladoras no Brasil, ressaltando a necessidade de transparência, redução de falhas de mercado e proteção do consumidor. No caso específico da ANS, evidenciam-se mecanismos como margens de solvência, capital baseado em risco, provisões técnicas e indicadores econômico-financeiros, todos apoiados em informações contábeis, o que reforça o papel da contabilidade como linguagem de sinalização entre agentes regulados e reguladores.

A pesquisa também aborda a teoria da sinalização, ao demonstrar que OPS, na presença de assimetrias informacionais, transmitem ao mercado a qualidade de sua gestão e estabilidade econômico-financeira por meio de indicadores públicos, como Índice de Desempenho da Saúde Suplementar (IDSS), sinistralidade, liquidez, Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE, na sigla em inglês), entre outros. Nesse contexto, ampliar a capacidade informacional torna-se vetor para reduzir riscos sistêmicos e promover escolhas mais eficientes por parte dos consumidores.

Metodologicamente, a tese se estrutura em duas fases. Na primeira delas, realiza-se uma caracterização ampla do setor, apresentando a sinistralidade por região, porte e modalidade de OPS. Já na segunda etapa, aplicam-se modelos preditivos de IA em bases de dados reais de três OPS ficticiamente denominadas **Alfa**, **Beta** e **Gama**, contendo variáveis contábeis, assistenciais e sociodemográficas. A análise de *clusters* — via **K-means** e **Fuzzy C-Means** — permite segmentar beneficiários em **grupos de risco**, aproximando padrões de comporta-

mento, consumo e características socioeconômicas. Em seguida, modelos de aprendizagem supervisionada — **K-Nearest Neighbors (KNN)**, **Random Forest** e **Extreme Gradient Boosting (XGBoost)** — são utilizados para prever despesas assistenciais futuras.

Os resultados alcançados são expressivos: os algoritmos apresentam **acurácia entre 99,06% e 99,26%** na predição das despesas das três OPS analisadas. Esse acha-

do representa um avanço significativo em relação a métodos tradicionais e legitima o uso da IA como instrumento de apoio estratégico, tanto na gestão de custo assistencial quanto na mitigação de riscos. O estudo revela ainda que modelos baseados em árvores de decisão, como *Random Forest* e *XGBoost*, apresentam maior poder preditivo em cenários complexos e não lineares — típicos das bases de saúde suplementar.

A autora demonstra que tais capacidades preditivas trazem impactos diretos ao risco de solvência, pois permitem antecipar cenários de pressão financeira, ajustar políticas de precificação, aprimorar programas de prevenção, organizar fluxos de caixa e orientar decisões internas sobre provisões técnicas. Em síntese, abrem espaço para uma **gestão preventiva e estratégica**, em vez de reativa, reduzindo o risco de que OPS entrem em ciclos de insolvência.

Além de apresentar os resultados quantitativos, a tese oferece **diretrizes práticas e aplicáveis** para a gestão de solvência das OPS, com base na IA. Entre elas, destacam-se:

- monitoramento contínuo de grupos de risco por meio de *clustering*;
- previsão dinâmica de despesas com reavaliação periódica de modelos;
- desenvolvimento de políticas internas de gestão de risco baseadas em dados;
- atuação preventiva na saúde dos beneficiários como estratégia de redução do sinistro; e
- alinhamento entre práticas de IA e requisitos regulatórios da ANS.



“O trabalho finaliza apontando caminhos para pesquisas futuras, como ampliação das bases analisadas, uso de redes neurais profundas, integração com indicadores regulatórios e investigação da aplicabilidade das técnicas em segmentos específicos da saúde suplementar.”

A autora ressalta que tais diretrizes não configuram seleção de riscos — prática vedada pela regulação —, mas, sim, o fortalecimento das estruturas internas de governança e sustentabilidade, ampliando o cuidado preventivo e a eficiência informacional.

A contribuição da tese se estende por três dimensões:

- **Econômica**, ao oferecer modelos que possibilitam melhor alocação de recursos em um setor que movimenta R\$ 440 bilhões anuais;
- **Social**, ao apoiar decisões que preservam a continuidade assistencial de 51 milhões de brasileiros, evitando colapsos que sobrecarregariam o SUS; e

- **Científica**, ao inaugurar no Brasil uma linha de investigação que combina contabilidade, saúde suplementar e inteligência artificial — uma lacuna expressivamente identificada na literatura.

O trabalho finaliza apontando caminhos para pesquisas futuras, como ampliação das bases analisadas, uso de redes neurais profundas, integração com indicadores regulatórios e investigação da apli-

cabilidade das técnicas em segmentos específicos da saúde suplementar. Reconhece também limitações naturais do estudo, como a restrição a três OPS e a dependência de dados historicamente registrados.

A tese, portanto, posiciona-se como um marco no uso de IA para gestão econômico-financeira no setor de saúde suplementar brasileiro. Seu mérito reside não apenas no rigor metodológico e na robustez dos resultados, mas na capacidade de conectar tecnologia, regulação, contabilidade e governança, propondo soluções factíveis, inovadoras e alinhadas a um propósito maior: **fortalecer a sustentabilidade de um sistema que impacta milhões de vidas.**





NA TEORIA E NA PRÁTICA

Reforma tributária sobre o consumo: entre a teoria da neutralidade e a prática da complexidade brasileira

1 Agradecimento

Recebi com enorme alegria e orgulho o convite da Revista Brasileira de Contabilidade para escrever este artigo na coluna “Na Teoria e Na Prática”. Textos dessa natureza são de suma importância para a profissão contábil, pois aproximam a teoria da realidade vivida pelos profissionais, docentes e alunos. Essa iniciativa da RBC merece ser reconhecida e elogiada, pois valoriza uma forma de produção intelectual indispensável à nossa profissão: aquela que transforma conhecimento técnico e acadêmico em orientação prática, útil e aplicável ao dia a dia. Escrever nesta seção, que já contou com reflexões de professores, como Eliseu Martins, Ariovaldo dos Santos e outros grandes nomes da Contabilidade brasileira, aumenta ainda mais a responsabilidade e a satisfação de contribuir com a classe contábil em um tema tão relevante como a Reforma Tributária sobre o consumo.

A Reforma Tributária não é assunto exclusivo de advogados, economistas ou agentes públicos. Ela é, sobretudo, assunto dos contadores. Somos nós que transformamos a norma tributária em informação contábil, em preço, em crédito, em obrigação, em fluxo de caixa, em demonstração financeira e em decisão empresarial. Por isso, a classe contábil precisa estar no centro desse debate.

Antônio Paulo Machado Gomes

Doutor e mestre em Contabilidade e Controladoria pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), concluiu o pós-doutorado na mesma instituição. É graduado em Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), pós-graduado em Finanças e Controladoria pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e especialista em Planejamento Tributário e Gestão Tributária pela Ibep. Conquistou o Prêmio Capes 2021 – feito inédito para uma tese de contabilidade na história da premiação. Teve um artigo de pós-doutorado indicado ao Prêmio Brenno Galli da Sociedade Italiana de Direito Econômico. Atua como professor da disciplina de Planejamento Tributário no IBMEC-BH e já lecionou nas faculdades UFMG, IEC/PUC, UNIBH, Novos Horizontes e IETEC. Tem mais de 25 anos de atuação na área tributária, sobretudo nos seguintes temas: Revisões Fiscais, Transfer Price, Planejamento Tributário, Agressividade Tributária, Desobediência Tributária, Gestão Fiscal, Gerenciamento Tributário, Compliance Fiscal, Contabilidade Fiscal e Contabilidade. Ex-conselheiro do CARF da 1ª Seção, atualmente é sócio da Lacerda Diniz Machado Estratégias Tributárias, Hoffmam & Machado Contabilidade e RR Auditoria, empresa associada à Morison Global Auditores Independentes.

E-mail: paulo.machado@lacerdadinizmachado.com.br

2 Introdução: o Brasil precisava de reforma, mas mais do que nunca precisava de simplificação

O Brasil precisava de uma Reforma Tributária. Isso é inquestionável. O sistema tributário brasileiro tornou-se, ao longo das décadas, um ambiente de elevada complexidade normativa, insegurança jurídica, conflitos interpretativos e alto custo de conformidade.

A literatura internacional confirma essa percepção. Hoppe, Schanz, Sturm e Sureth-Sloane, ao desenvolverem o *Tax Complexity Index*, identificaram o Brasil como um dos países de maior complexidade tributária do mundo. O caso brasileiro chama atenção porque a complexidade não está apenas no desenho dos tributos, mas também na estrutura regulatória, nas obrigações acessórias, nas mudanças constantes da legislação e na dificuldade de interpretação e aplicação das normas tributárias.

Essa constatação dialoga diretamente com a realidade vivida por empresas, profissionais da contabilidade, consultores tributários, auditores, fiscais e julgadores administrativos e judiciais. No Brasil, muitas vezes, não há apenas divergência sobre a aplicação da norma tributária. Há divergência sobre qual é a própria norma aplicável, qual é a sua vigência, qual é a sua interpretação correta e qual entendimento prevalecerá no futuro.

Alfredo Augusto Becker (1963), ao denominar o sistema tributário brasileiro em um “manicômio tributário”, antecipou uma realidade que ainda persiste: o sistema tributário brasileiro não apenas tributa muito, ele tributa de forma confusa, instável e, muitas vezes, contraditória. Temos grande volume de legislação, alterações frequentes, interpretações divergentes entre contribuintes e fiscalização e mudanças

sucessivas de entendimento nos tribunais administrativos e judiciais.

Portanto, sim, o Brasil precisava de uma grande Reforma Tributária e isso era claro até mesmo para uma criança brasileira.

Todavia, há uma advertência importante. Como demonstrado por Varsano (1996), desde o início da República, o sistema tributário brasileiro tem sido constantemente alterado, quase sempre com o objetivo de ampliar ou recompor fontes de arrecadação estatal. A história mostra que as reformas tributárias no Brasil raramente nascem para reduzir carga tributária ou trazer organização tributária. Em geral, nascem para reorganizar a arrecadação.

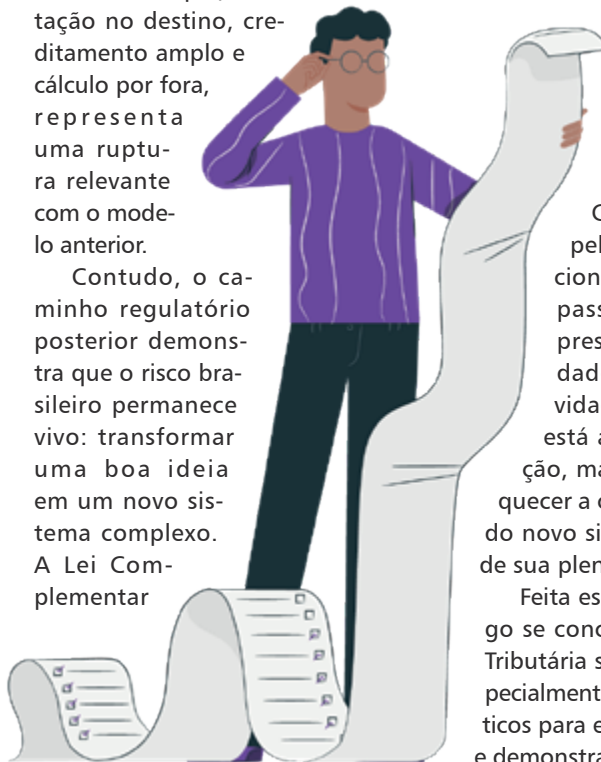
A atual Reforma Tributária sobre o consumo deve ser analisada dentro desse contexto. A Emenda Constitucional n.º 132, de 2023, trouxe avanços conceituais relevantes, especialmente ao explicitar princípios como a neutralidade, simplicidade, transparência e a não cumulatividade. A instituição do IBS e da CBS, com base ampla, tributação no destino, crédito amplo e cálculo por fora, representa uma ruptura relevante com o modelo anterior.

Contudo, o caminho regulatório posterior demonstra que o risco brasileiro permanece vivo: transformar uma boa ideia em um novo sistema complexo. A Lei Complementar

n.º 214, de 2025, regulamentou a reforma sobre o consumo, mas trouxe enorme volume normativo, regimes específicos, exceções, transições, regras operacionais sofisticadas e desafios tecnológicos relevantes. Destaca-se, ela já foi modificada pela Lei Complementar n.º 227, de 2026, ou seja, em menos de 1 ano, já alteramos a principal legislação sobre a tributação sobre o consumo. Além disso, outras mudanças tributárias recentes, como a tributação da renda, do patrimônio e as medidas voltadas à revisão de benefícios fiscais, reforçam uma percepção incômoda: a Reforma Tributária brasileira continua sendo conduzida sob forte pressão arrecadatória.

A redução linear de benefícios fiscais, especialmente quando alcança regimes ou sistemáticas que já funcionam como simplificação da apuração tributária, deve ser analisada com cautela. Medidas dessa natureza (Lei Complementar n.º 224, de 2025) podem produzir aumento indireto de carga, alterar escolhas empresariais legítimas e gerar novas distorções justamente em um momento em que a Constituição alterada pela Emenda Constitucional n.º 132, de 2023, passou a prestigiar expressamente a neutralidade e a não cumulatividade. O problema não está apenas na arrecadação, mas no risco de enfraquecer a coerência econômica do novo sistema antes mesmo de sua plena implementação.

Feita essa ressalva, este artigo se concentrará na Reforma Tributária sobre o consumo, especialmente em seus efeitos práticos para empresas, contadores e demonstrações contábeis.



“O Brasil precisava de uma Reforma Tributária. Isso é inquestionável. O sistema tributário brasileiro tornou-se, ao longo das décadas, um ambiente de elevada complexidade normativa, insegurança jurídica, conflitos interpretativos e alto custo de conformidade.”

3 Principais Mudanças da Reforma Tributária sobre o Consumo

A Reforma Tributária substituirá gradualmente cinco tributos principais sobre o consumo por novos tributos de base ampla. O ICMS e o ISS serão substituídos pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre estados, municípios e Distrito Federal. O PIS e a Cofins serão substituídos pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal. O IOF-Seguros também será alcançado pela nova lógica de tributação sobre consumo, deixando de ser tributado exclusivamente pelo Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

Além disso, foi instituído o Imposto Seletivo (IS), de competência federal, destinado a incidir sobre bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, além de hipóteses específicas previstas na legislação ordinária. O IS terá incidência monofásica, cumulativa, sem a possibilidade de créditos, e deverá ser tratado com atenção especial por setores como bebidas, cigarros, veículos, mineração e outros segmentos sujeitos à tributação seletiva.

Aqui há um ponto sensível no tocante ao Imposto Seletivo, pois há discussões relevantes sobre os efei-

Figura 1 – Período de transição da Reforma Tributária sobre o Consumo



Fonte: autor.

tos econômicos do IS em determinadas cadeias produtivas, especialmente em setores como mineração, quando a tributação ocorre em etapa anterior da cadeia e pode afetar o custo de produtos destinados ao mercado externo, ou seja, sobre exportações. Esse tema exigirá acompanhamento técnico, pois envolve neutralidade, competitividade internacional e coerência com a lógica de desoneração das exportações exposta em nossa Constituição Federal.

Outro ponto relevante é que o IPI não desaparecerá do nosso sistema tributário nacional. A partir de 2027, sua alíquota será reduzida a zero para a grande maioria dos produtos, mas permanecerá em situações específicas, especialmente relacionadas à preservação da competitividade da Zona Franca de Manaus.

Assim, a substituição do IPI pelo Imposto Seletivo não será absoluta e linear como foi ventilada no início das discussões sobre a Reforma Tributária sobre o consumo. Portanto, haverá convivência normativa, exceções e regras próprias para determinados produtos.

A transição será longa. A fase inicial começou neste ano, com alíquotas-teste de IBS e CBS. Em 2027 e 2028, ocorre a extinção do PIS e da Cofins, com aumento previsto da CBS, aumento inicial do IBS, redução a zero das alíquotas do IPI em regra geral e instituição do Imposto Seletivo. Entre 2029 e 2032, haverá redução gradual das alíquotas de ICMS e ISS e aumento gradual do IBS. A plena vigência do novo modelo ocorrerá em 2033, com a extinção do ICMS e do ISS (Figura 1).

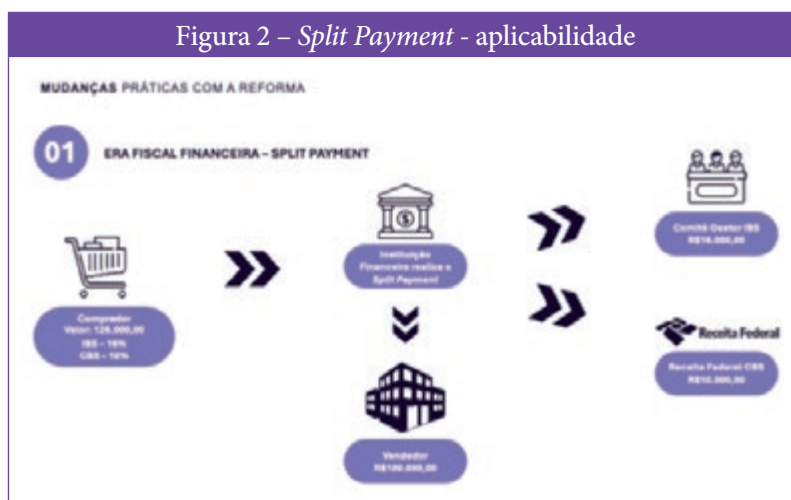
Essa transição exige que os profissionais da contabilidade compreendam duas realidades simultâneas. A primeira é o sistema atual, com ICMS, ISS, PIS, Cofins e IPI. A segunda é o novo sistema, com IBS, CBS e IS. Durante alguns anos, as empresas conviverão com dois mundos tributários ao mesmo tempo.

Essa convivência é, talvez, um dos maiores desafios práticos da reforma. Ela tende a produzir impactos temporários relevantes: aumento de carga ou de recolhimento em determinados anos, perda gradual de incentivos fiscais, coexistência de bases antigas e novas, necessidade de compensação de saldos credores e revisão de modelos de precificação.

4 Grandes Novidades: *Split Payment*, Base Ampla, Destino, Não Cumulatividade Plena e Cálculo por Fora

A principal novidade operacional da Reforma Tributária é o *split payment*, ou pagamento dividido. Trata-se de um mecanismo automático de recolhimento pelo qual, no momento do pagamento da operação, o sistema financeiro separa a parcela correspondente aos tributos e a direciona ao Fisco (Figura 2).

Destaca-se que o *Split Payment* foi regulamentado na Lei Complementar n.º 214, de 2025, na Subseção III, artigos 31 a 35 e conforme o art. 27, inciso III, o *Split Payment* é uma das modalidades de extinção dos débitos de IBS e CBS. Isso significa que, nas transações de pagamento relativas a operações com bens e serviços, os prestadores de serviços de pagamento eletrônico e as instituições operadoras de sistemas de pagamento deverão segregar e recolher, no momento da liquidação financeira da transação, os valores correspondentes ao IBS e à CBS, destinando-os, respectivamente, ao Comitê Gestor do IBS e



Fonte: autor

à Receita Federal do Brasil. O mecanismo exige a vinculação entre o documento fiscal eletrônico e a respectiva transação de pagamento, de modo que o sistema financeiro consiga identificar a operação, consultar os valores devidos e efetuar a segregação antes da disponibilização dos recursos ao fornecedor.

O procedimento padrão exige que o fornecedor inclua no documento fiscal eletrônico as informações necessárias para vincular a operação ao pagamento e identificar os débitos de IBS e CBS incidentes. Essas informações deverão ser transmitidas aos prestadores de serviços de pagamento pelo próprio fornecedor, pela plataforma digital ou por outra pessoa ou entidade que receba o pagamento. Antes de liberar os recursos ao fornecedor, o prestador de serviço de pagamento deverá consultar os sistemas do Comitê Gestor do IBS e da Receita Federal para verificar o valor a ser segregado, considerando os débitos destacados no documento fiscal e eventuais parcelas já extintas por compensação, pagamento ou outra modalidade prevista na lei.

A legislação também prevê um procedimento simplificado, sendo que, nes-

se caso, os valores a serem segregados poderão ser calculados com base em percentual preestabelecido sobre o valor da operação. Esse percentual será definido pelo Comitê Gestor do IBS e pela Receita Federal, podendo ser diferenciado por setor econômico ou por contribuinte, com base em metodologia uniforme previamente divulgada. A adoção desse procedimento poderá ser relevante no varejo e em operações massificadas, nas quais a operacionalização do procedimento padrão pode ser mais complexa.

Nas operações com pagamento parcelado, a segregação e o recolhimento do IBS e da CBS deverão ocorrer proporcionalmente em cada parcela, no momento da respectiva liquidação financeira. A liquidação antecipada de recebíveis não altera essa obrigação. A lei também deixa claro que o *Split Payment* não elimina a responsabilidade

do contribuinte pelo eventual saldo a recolher apurado ao final do período mensal. Ou seja, mesmo com a retenção automática na liquidação financeira, a empresa continuará obrigada a escriturar, apurar, conciliar débitos e créditos e recolher eventual diferença.



“A atual Reforma Tributária sobre o consumo deve ser analisada dentro desse contexto. A Emenda Constitucional n.º 132, de 2023, trouxe avanços conceituais relevantes, especialmente ao explicitar princípios como a neutralidade, simplicidade, transparência e a não cumulatividade.”

Do ponto de vista prático, o *Split Payment* altera profundamente a gestão financeira e contábil das empresas. O valor dos tributos sobre o consumo tende a deixar de transitar livremente pelo caixa empresarial, reduzindo a utilização desses recursos como fonte temporária de capital de giro. Ao mesmo tempo, o mecanismo exigirá integração entre documento fiscal, sistema de pagamento, ERP, conciliação bancária, apuração fiscal e contabilidade. Assim, o *Split Payment* não representa apenas uma nova forma de recolhimento: representa uma mudança estrutural na relação entre venda, recebimento, crédito tributário, fluxo de caixa e controle contábil.

Ressalta-se, então, que, antes, o fornecedor recebia o valor integral da venda e recolhia os tributos posteriormente. Com o *Split Payment*, a lógica muda: o imposto pode deixar de transitar livremente pelo caixa da empresa.

Os objetivos são claros: reduzir inadimplência, combater sonegação, assegurar créditos ao adquirente e aumentar a eficiência arrecadatória. Contudo, os desafios também são evidentes: integração de sistemas, conciliação financeira, leitura correta dos documentos fiscais, tratamento de devoluções, cancelamentos, pagamentos parciais, retenções, ope-

rações com regimes específicos e compatibilização com contratos empresariais.

A segunda grande mudança é a base ampla de tributação. O IBS e a CBS incidirão sobre operações onerosas com bens e serviços. A Lei Complementar n.º 214, de 2025, adotou conceito amplo de bens, abrangendo bens móveis, imóveis, materiais, imateriais e direitos. Serviços, por sua vez, passam a ser definidos por exclusão: tudo aquilo que não for operação com bem será tratado como serviço.

Essa definição muda a lógica tradicional do sistema. No modelo atual, muitas discussões giram em torno da distinção entre mercadoria, serviço, industrialização, cessão de direito, locação, licenciamento e outras categorias. No novo sistema, a pergunta central será outra: houve fornecimento oneroso de bem ou serviço? Se sim, em regra, haverá incidência de IBS e CBS.

A terceira mudança é a tributação no destino. O IBS será devido ao estado e ao município de destino da operação, e não mais ao ente de origem. Isso modifica profundamente a lógica do ICMS e do ISS.



Em vez de privilegiar o local da produção, circulação ou estabelecimento prestador, o novo modelo busca tributar onde ocorre o consumo.

A quarta grande alteração é a não cumulatividade ampla. O novo modelo promete encerrar discussões históricas sobre creditamento de insumos, produtos intermediários, materiais de uso e consumo, bens do ativo imobilizado, energia elétrica, telecomunicações e outros itens que, durante décadas, geraram litígios envolvendo ICMS, IPI, PIS e Cofins.

No desenho ideal, o tributo pago ao longo da cadeia deve gerar crédito imediato e integral para o adquirente, desde que vinculado à atividade econômica. Essa é uma das maiores virtudes da reforma. A não cumulatividade plena reduz distorções, evita efeito cascata e melhora a neutralidade tributária.

Por fim, há o fim da tributação “por dentro” para IBS e CBS. No sistema atual, o ICMS compõe sua própria base de cálculo e também impacta a formação da base de outros tributos. Com o cálculo “por fora”, IBS e CBS serão destacados e somados ao preço. Esse é um avanço civilizatório: o consumidor poderá saber quanto paga pelo bem ou serviço e quanto paga de tributo.

5 Regra Matriz de Incidência do IBS e da CBS

O IBS e a CBS incidem sobre operações onerosas com bens ou serviços. Considera-se operação onerosa qualquer fornecimento com contraprestação, incluindo compra e venda, troca, permuta, dação em pagamento, locação, licenciamento, cessão, concessão, mútuo oneroso, doação com contraprestação, instituição onerosa de direitos reais, arrendamento e prestação de serviços.

A incidência também alcança operações realizadas com bens do ativo não circulante e operações não habituais quando praticadas pelo contribuinte no contexto de sua atividade econômica. Esse ponto merece atenção, pois muitas empresas precisarão revisar operações que, no sistema atual, não eram tratadas com a mesma centralidade na apuração dos tributos sobre consumo.

O fato gerador ocorre no momento do fornecimento do bem ou serviço. Nas operações de execução continuada ou fracionada, considera-se ocorrido o fato gerador na primeira ocorrência entre a exigibilidade da contraprestação correspondente a cada pagamento ou o efetivo pagamento da obrigação decorrente do fornecimento.

A base de cálculo será o valor da operação. Esse valor compreende o montante integral cobrado pelo fornecedor, a qualquer título, exceto o próprio IBS e a própria

CBS. Em termos práticos, qualquer valor cobrado do adquirente deverá ser analisado para fins de composição da base de cálculo.

As alíquotas serão fixadas por lei específica de cada ente federativo. Teremos uma alíquota da CBS, uma alíquota do IBS estadual e uma alíquota do IBS municipal. A alíquota aplicável à operação será a soma da CBS com o IBS do estado e do município de destino.

Na ausência de lei específica do ente federativo, será aplicada a alíquota de referência. Em regra, a alíquota fixada por cada ente será a mesma para todas as operações com bens e serviços, ressalvados os regimes específicos, diferenciados e favorecidos previstos na própria Constituição e na legislação complementar.

O período de apuração será mensal. Esse ponto é importante, pois mesmo com o *Split Payment*, o contribuinte continuará responsável pela apuração do IBS e da CBS. O pagamento automático não elimina a necessidade de escrituração, conciliação, apuração, aproveitamento de créditos, conferência de documentos fiscais e controle dos valores recolhidos. Por fim, no tocante ao critério espacial, apesar de a tributação ocorrer no destino, a apuração do IBS e da CBS é centralizada na matriz da empresa e o seu recolhimento ocorrerá para o Comitê Gestor do IBS e para Receita Federal do Brasil.

Em resumo, sob a ótica da regra matriz de incidência tributária, o IBS e a CBS possuem como **critério material** (fato gerador) a realização de operações onerosas com bens ou serviços, abrangendo compra e venda, troca, permuta, dação em pagamento, locação, licenciamento, cessão, concessão, arrendamento, mútuo oneroso, prestação de serviços e demais formas de fornecimento com contraprestação, inclusive operações com bens do ativo não circulante ou

realizadas de forma não habitual no exercício da atividade econômica. Já como **critério espacial** (local onde é devido o tributo) é definido, em regra, pelo destino da operação, isto é, pelo local em que o bem ou serviço é consumido, utilizado ou disponibilizado ao adquirente, razão pela qual o IBS será destinado ao estado e ao município de destino, enquanto a CBS será devida à União. No tocante ao **critério temporal**, este ocorre no momento do fornecimento do bem ou serviço ou, nas operações de execução continuada ou fracionada, quando se tornar exigível cada parcela da contraprestação ou ocorrer o respectivo pagamento, o que acontecer primeiro. Lembrando que a apuração dos tributos ainda ocorre mensalmente.

Já no **critério pessoal**, figuram como sujeitos ativos a União, em relação à CBS, e os estados, municípios e Distrito Federal, por meio do Comitê Gestor, em relação ao IBS; no polo passivo, estão os fornecedores que realizam operações com bens e serviços, sem prejuízo de hipóteses específicas de responsabilidade, recolhimento pelo adquirente, *Split Payment* e atuação de plataformas digitais.

Por fim, no **critério quantitativo**, a base de cálculo corresponde ao valor da operação, compreendendo o valor integral cobrado pelo fornecedor a qualquer título, excluídos o próprio IBS e a própria CBS, e a alíquota aplicável será composta pela CBS federal e, no caso do IBS, pela soma das alíquotas do estado e do município de destino, observadas as alíquotas de referência, os regimes específicos e as reduções previstas na legislação.

Portanto, a apuração do IBS e CBS será nota a nota, item a item, sendo feita diariamente, com auxílio da apuração assistida. Todavia, a reforma não elimina a função do contador, mas ao contrário: aumenta sua relevância estratégica.



“Nas operações com pagamento parcelado, a segregação e o recolhimento do IBS e da CBS deverão ocorrer proporcionalmente em cada parcela, no momento da respectiva liquidação financeira. A liquidação antecipada de recebíveis não altera essa obrigação.”

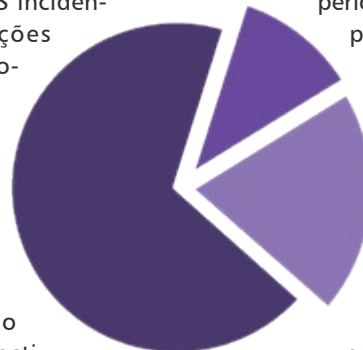
6 Apuração Assistida

Antes de adentrar na apuração assistida, cabe-se ressaltar que a Lei Complementar n.º 214, de 2025, ao tratar das modalidades de extinção dos débitos de IBS e CBS (art. 27 a 37), deixa claro que o recolhimento desses tributos não ficará restrito ao modelo tradicional de pagamento mensal pelo contribuinte. O art. 27 estabelece cinco formas de extinção dos débitos, quais sejam: compensação com créditos apropriados pelo contribuinte; pagamento pelo próprio contribuinte; recolhimento na liquidação financeira da operação (*Split Payment*); recolhimento pelo adquirente (RAD); e pagamento por responsável definido pela legislação. Essa sistemática de extinção confirma que o novo modelo de tributação sobre o consumo será operacionalizado por múltiplos canais de extinção do crédito tributário, combinando apuração mensal, compensação automática de créditos, pagamento direto, retenção financeira na liquidação da operação e hipóteses específicas de responsabilidade tributária.

A regra geral também define como essas modalidades serão imputadas aos débitos. Nos casos de compensação com créditos e pagamento pelo contribuinte, a extinção

será imputada aos débitos não extintos de IBS e CBS incidentes sobre operações ocorridas no período de apuração, observada a ordem cronológica dos documentos fiscais. Já o *Split Payment* e o recolhimento pelo adquirente serão vinculados à respectiva operação. O pagamento pelo responsável, por sua vez, será vinculado à operação específica a que se referir ou, quando não houver essa vinculação direta, seguirá a lógica de imputação cronológica aplicável ao pagamento pelo contribuinte. Essa regra explica a razão pela qual a apuração assistida do IBS e da CBS será estruturada em controles por documento fiscal e por operação, e não apenas em um confronto mensal global entre débitos e créditos.

Destaca-se que o contribuinte deverá pagar, até a data de vencimento, o saldo a recolher apurado no período. Caso efetue pagamento superior ao saldo devido, a parcela excedente, até o limite dos débitos do período que tenham sido extintos por *Split Payment*, recolhimento pelo adquirente ou pagamento



por responsável entre o fim do período de apuração e o processamento do pagamento, deverá ser transferida ao contribuinte em até três dias úteis. Essa regra busca evitar pagamento em duplicidade quando, após o encerramento do período, parte dos débitos já tiver sido extinta por outras modalidades.

Também deve-se ressaltar que o pagamento em atraso seguirá a lógica tradicional de acréscimos moratórios: multa de mora de 0,33% ao dia, limitada a 20%, além de juros calculados pela taxa Selic a partir do primeiro dia do mês subsequente ao vencimento até o mês anterior ao pagamento, acrescidos de 1% no mês do pagamento. A lei também prevê que os juros de mora incidirão sobre multas punitivas inadimplidas. Por fim, o Comitê Gestor do IBS e a Receita Federal poderão oferecer ao contribuinte mecanismo automatizado de pagamento do IBS e da CBS, condicionado à autorização prévia do contribuinte, permitindo movimentações em contas de depósito e contas de pagamento de sua titularidade.

Portanto, a extinção dos débitos de IBS e CBS será dinâmica, automática e integrada à apuração assistida. O contribuinte continuará responsável pelo saldo mensal a recolher, mas esse saldo poderá ser reduzido ou extinto, ao longo do próprio ciclo de apuração, por créditos apropriados, *Split Payment*, recolhimento pelo adquirente ou pagamento por responsável. Isso exigirá conciliação rigorosa entre documentos fiscais, créditos apropriados, pagamentos realizados, valores segregados no sistema financeiro e saldos finais apurados. A função contábil e fiscal, portanto, será menos manual, mas muito mais dependente da qualidade dos dados, da parametrização dos sistemas, da conferência diária das operações e, principalmente, da emissão correta dos documentos fiscais (notas fiscais).

Feita essa breve introdução da extinção do IBS e CBS, cabe agora apresentar a apuração assistida com base na Cartilha Orientativa da Apuração do IBS - Volume 2, versão 1.00, do Comitê Gestor do IBS (2026), a qual evidencia que a Reforma Tributária não altera apenas os tributos incidentes sobre o consumo, ela altera profundamente a forma de apuração, controle e acompanhamento das operações. O modelo proposto para o IBS e CBS é o da apuração assistida, no qual os débitos e créditos deixam de ser apurados a partir de declarações transmitidas pelo contribuinte, como ocorre hoje na EFD ICMS/IPI e EFD CONTRIBUIÇÕES, e passam a ser extraídos automaticamente dos documentos fiscais eletrônicos emitidos e recebidos pela empresa.

Esse novo modelo reforça uma mudança essencial, qual seja a qualidade da apuração dependerá diretamente da qualidade da emissão dos documentos fiscais. Erros de preenchimento, classificação

Tabela 1 - Apuração do ICMS por somatório de débitos e créditos

Débitos			Créditos		
Data	NF	Valor	Data	NF	Valor
01/xx	001	1.000	05/xx	541	1.500
07/xx	002	2.500	10/xx	269	450
18/xx	003	1.300	20/xx	1.471	1.100

Fonte: Cartilha Orientativa da Apuração do IBS - Volume 2, item I

tributária, indicação do destino da operação, vinculação de notas fiscais complementares, devoluções ou cancelamentos poderão repercutir automaticamente nos débitos, créditos e saldos apresentados pelo sistema. Em outras palavras, a apuração assistida não elimina a responsabilidade do contribuinte, mas desloca parte relevante do risco para o momento da emissão correta do documento fiscal.

Outro ponto relevante é o fim da apuração segregada por estabelecimento. No modelo atual do ICMS e do ISS, cada estabelecimento apura seus débitos e créditos de forma individualizada. No IBS, a apuração será unificada por pessoa

jurídica, concentrada no CNPJ da matriz, semelhante ao que vivemos hoje com o PIS/Cofins, independentemente do estado ou município em que estejam localizados os demais estabelecimentos. Essa mudança evita situações em que uma filial tenha imposto a recolher enquanto outra acumula saldo credor, permitindo uma visão consolidada da empresa como um todo.

A cartilha também esclarece que o momento de apropriação do crédito no IBS não estará vinculado à entrada física da mercadoria no estabelecimento do adquirente, como ocorre no ICMS. Salvo exceções legais, o crédito será apropriado quando o débito do fornecedor for extinto nos termos do art. 27 da Lei Complementar n.º 214, de 2025, ou seja, por: compensação, pagamento pelo contribuinte, *Split Payment*, recolhimento pelo adquirente ou outra modalidade a ser prevista em Lei Complementar. Assim, o crédito do adquirente passa a depender de um evento apuratório vinculado ao fornecedor, o que exigirá maior integração entre as áreas fiscal, contábil, financeira, de compras e de sistemas.

O exemplo mais didático da cartilha está na comparação entre a apuração do ICMS e a apuração do IBS. No ICMS, a lógica é somar todos os débitos do período e confrontá-los com todos os créditos do mesmo período, apresentado na Tabela 1.

Confrontando-se os somatórios dos débitos com os dos créditos, obtém-se o ICMS a ser recolhido, qual seja R\$1.750,00 (R\$4.800,00 – R\$3.050,00).



“As alíquotas serão fixadas por lei específica de cada ente federativo. Teremos uma alíquota da CBS, uma alíquota do IBS estadual e uma alíquota do IBS municipal. A alíquota aplicável à operação será a soma da CBS com o IBS do estado e do município de destino.”

Já no IBS, a lógica muda. Cada crédito apropriado passa a ser utilizado para compensar débitos específicos, observada a ordem cronológica dos documentos fiscais. Essa lógica será operacionalizada por meio de uma conta corrente para cada operação, permitindo consultar se o débito de determinado fornecimento foi total ou parcialmente extinto, qual modalidade extinguiu esse débito, qual crédito foi utilizado, se houve *Split Payment*, recolhimento pelo adquirente, devolução, cancelamento ou transferência de valor excedente ao fornecedor, conforme disposto na Tabela 2.

Comparando as Tabelas 1 e 2, fica claro que a lógica mudou completamente, pois saímos de uma apuração mensal por estabelecimentos para uma apuração diária, dentro da matriz documento fiscal, por documento fiscal. Na prática, isto mostra que a Reforma Tributária exigirá muito mais do que conhecer alíquotas. Exigirá governança de dados fiscais. A

Tabela 3 - Mudança de paradigma na apuração do IBS e CBS.			
Tema	Modelo atual (ICMS/ISS)	Novo modelo do IBS	Impacto prático
Origem da apuração	Declarações e escriturações transmitidas pelo contribuinte.	Débitos e créditos extraídos automaticamente dos documentos fiscais eletrônicos.	A emissão correta do documento fiscal passa a ser ponto crítico da apuração.
Estabelecimentos	Apuração individualizada por estabelecimento.	Apuração unificada por pessoa jurídica, centralizada no CNPJ da matriz.	Reduz saldos credores e devedores simultâneos dentro da mesma empresa.
Crédito	No ICMS, usualmente vinculado à entrada física da mercadoria e à escrituração.	Vinculado à extinção do débito do fornecedor, salvo exceções legais.	O crédito do comprador depende da regular extinção do débito da operação pelo fornecedor.
Compensação	Confronto entre somatório de débitos e somatório de créditos do período.	Vinculação cronológica de créditos e débitos, documento a documento.	Exige rastreabilidade por operação e conciliação fina de documentos.
Recolhimento	Por estabelecimento e ente federativo, conforme regras atuais.	Uma guia centralizada na matriz; distribuição aos entes feita pelo sistema.	O destino informado no documento fiscal passa a ser decisivo para distribuição correta do IBS.

Fonte: elaborado a partir da Cartilha Orientativa da Apuração do IBS - Volume 2, item 1.

apuração do IBS e CBS será fortemente dependente da qualidade dos documentos fiscais, da correta parametrização dos sistemas, da vinculação entre operações, da conciliação dos créditos e débitos e da capacidade do contribuinte de revisar criticamente a

apuração assistida apresentada pelo Fisco. O contador, portanto, deixará de ser apenas o profissional que apura tributos e passará a ser o profissional que valida a integridade econômica, fiscal e contábil de cada operação, conforme mostra a Tabela 3.

Tabela 2 - Apuração do IBS por ordem cronológica e conta corrente da operação							
Débito - Data	Débito - NF	Débito - Valor	Crédito - Data	Crédito - NF	Crédito - Valor	Saldo	Tipo
01/xx	001	1.000	-	-	-	1.000	D
-	-	-	05/xx	541	1.500	500	C
07/xx	002	2.500	-	-	-	2.000	D
-	-	-	10/xx	269	450	1.550	D
18/xx	003	1.300	-	-	-	2.850	D
-	-	-	20/xx	1.471	1.100	1.750	D

Fonte: Cartilha Orientativa da Apuração do IBS - Volume 2, item 1

7 Simples Nacional: uma Escolha que Deixará de ser Simples

As empresas optantes pelo Simples Nacional poderão seguir dois caminhos. Poderão recolher IBS e CBS dentro do regime unificado ou poderão optar pela apuração desses tributos pelo regime regular.

Se permanecerem recolhendo IBS e CBS dentro do Simples Nacional, a apropriação de créditos pelo adquirente ficará limitada ao montante efetivamente pago dentro do regime simplificado. Isso pode reduzir a atratividade comercial dessas empresas nas relações B2B, especialmente quando seus clientes forem empresas sujeitas ao regime regular e preocupadas com a apropriação integral de créditos.

Por outro lado, se optarem pelo regime regular de IBS e CBS, essas empresas poderão gerar créditos em condições semelhantes às demais empresas e passarão a conviver com obrigações, controles e sistemas mais complexos.

Esse ponto pode provocar mudança relevante no comportamento empresarial. Muitas empresas do Simples Nacional que vendem para outras empresas poderão ser pressionadas economicamente a migrar para o regime regular do IBS e da CBS, ainda que permaneçam no Simples para os demais tributos.

Na prática, o Simples Nacional deixará de ser uma escolha puramente tributária e passará a ser também uma escolha comercial. O contador terá papel essencial nessa análise, avaliando carga tributária, geração de créditos para clientes, precificação, margem, obrigações acessórias e competitividade.

8 Como se Preparar para a Reforma Tributária sobre o Consumo

A preparação para a Reforma Tributária não pode começar pela pergunta “qual será a alíquota?”. Essa é uma pergunta importante, mas insuficiente.

A pergunta correta é: **Como a reforma altera o modelo econômico, operacional, contábil, fiscal e financeiro da empresa?**

A experiência prática em projetos de Reforma Tributária mostra que a preparação precisa ser organizada por frentes de trabalho.

Não basta simular

alíquota. É necessário mapear documentos, produtos, fornecedores, clientes, sistemas, fluxos financeiros, contratos, obrigações acessórias e impactos contábeis.

O primeiro passo é colocar todos na mesma página. Um *workshop* inicial com diretoria, gerências e equipes operacionais evita que a reforma seja tratada como assunto exclusivo do departamento fiscal. A reforma mexe com suprimentos, comercial, financeiro, sistemas, contabilidade, jurídico, controladoria e alta administração e até mesmo com o departamento de gestão de pessoas (Recursos Humanos e Departamento Pessoal).

O segundo passo é solicitar, organizar e estruturar os documentos fiscais e operacionais. Essa base deve permitir a análise das notas fiscais emitidas e recebidas, a identificação dos itens de compra, venda e serviços, bem como a classificação fiscal adequada para o novo modelo, espe-

cialmente CST (Código de Situação Tributária) e cClass (Código de Classificação Tributária) de CBS e IBS.

O terceiro passo é mapear fornecedores. A reforma altera o custo de aquisição porque os créditos passam a depender da correta tributação da operação anterior, da emissão idônea do documento fiscal e da sistemática adotada pelo fornecedor. A análise de suprimentos deverá verificar fornecedores, tipos de insumos, serviços tomados, despesas compartilhadas, regimes tributários e impactos na cadeia de créditos.

O quarto passo é mapear clientes e operações de saída. A tributação no destino exige compreender onde está o consumidor final, qual é o local da entrega, qual regra se aplica à operação e como isso afetará preço, margem e competitividade. A área comercial precisará participar ativamente da reforma.

O quinto passo é revisar a formação de preços. Durante a transição, pode haver tendência de aumento de preço ou de recolhimento em alguns setores pela convivência temporária entre IBS e ICMS, pela redução gradual de benefícios fiscais, pela perda de regimes como monofasia ou substituição tributária e pela necessidade de recomposição de margens. Ao final da transição, em determinadas cadeias, pode haver efeito inverso: redução de custos pela extinção do ICMS-ST no preço de aquisição e ampliação dos créditos.

O sexto passo é projetar fluxo de caixa. O *split payment* altera o momento em que o tributo sai do caixa da empresa. Além disso, a compensação de saldos credores de ICMS em até 20 anos, atualizados pelo IPCA, exigirá planejamento financeiro e contábil. A empresa precisará saber quanto recolherá, quanto creditará, quanto ficará retido, quanto será compensado e quando esses valores afetarão o caixa.



O sétimo passo é revisar sistemas. A reforma será impossível de ser cumprida manualmente. Sistemas ERP, emissores de documentos fiscais, módulos de apuração, conciliadores financeiros e plataformas de pagamento precisarão estar preparados para parametrizar CST, cClass, alíquotas de destino, créditos, débitos, ajustes, estornos, subapurações, *split payment* e obrigações acessórias.

O oitavo passo é construir projeções tributárias de 2027 a 2033. A empresa precisa enxergar a transição ano a ano: alíquota efetiva, tributos a recolher, efeitos de créditos, impactos no custo de aquisição, impactos no preço de venda, alterações de margem e reflexos no fluxo de caixa.

8.1 Entregáveis mínimos de um projeto de Reforma Tributária

Um projeto consistente de Reforma Tributária deve produzir entregáveis objetivos, capazes de orientar decisões práticas. Na Figura 3 estão os principais entregáveis que as empresas deveriam construir antes da plena implementação do novo modelo.

Esse conjunto de entregáveis muda a forma de tratar a reforma. Em vez de uma análise abstrata, a empresa passa a ter um mapa prático de riscos, oportunidades e decisões. O trabalho deixa de ser “quanto será a nova alíquota?” e passa a ser “o que muda na operação, no preço, no caixa, no contrato, no sistema e na demonstração contábil?”.

Essa é a diferença entre estudar a reforma e implementar a reforma.

9 Impactos Esperados nas Demonstrações Contábeis

A Reforma Tributária sobre o consumo não afetará apenas guias, obrigações acessórias e notas fiscais. Ela também terá reflexos re-

Figura 3 – Entregáveis mínimos de um projeto de reforma tributária		
Frete de trabalho	Entregável	Finalidade prática
Governança do projeto	Workshop inicial, comitês internos e cronograma de trabalho	Alinhar diretoria, gerências e equipes operacionais sobre riscos, prazos e responsabilidades.
Documentação fiscal	Base estruturada de notas fiscais emitidas e recebidas	Permitir análise de entradas, saídas, créditos, débitos e obrigações acessórias.
Sistemas e itens	Classificação de itens por CST e cClass de CBS/IBS	Parametrizar corretamente produtos, serviços, operações e documentos fiscais.
Suprimentos	Análise de fornecedores, insumos, serviços e despesas compartilhadas	Identificar impactos no custo de aquisição e no aproveitamento de créditos.
Comercial	Simulação de preço de venda por cliente, produto, destino e operação	Revisar margens, contratos, competitividade e repasse tributário.
Financeiro	Projeção de fluxo de caixa e efeitos do <i>split payment</i>	Medir impacto em capital de giro, recebimentos líquidos e compensações.
Contábil/Fiscal	Projeção de carga tributária de 2027 a 2033	Medir alíquota efetiva, débitos, créditos, saldos e recolhimentos ao longo da transição.
Jurídico/Contratual	Revisão de cláusulas tributárias e pareceres por operação sensível	Evitar disputas sobre preço líquido/bruto, tributos supervenientes e reequilíbrio contratual.

Fonte: autor.



levantes nas demonstrações contábeis, na formação dos preços, no capital de giro, na mensuração de ativos tributários, na apresentação da receita e na leitura econômica do desempenho empresarial.

Há, ainda, um ponto institucional que precisa ser enfrentado com rapidez: a forma de contabilização do IBS e da CBS deverá ser normatizada pelos órgãos competentes e amadurecida pela academia contábil. Concordo, em essência, com a linha defendida por Alexandre Evaristo Pinto (2025 e 2026), especialmente quanto à necessidade de tratar os créditos recuperáveis de IBS e CBS como ativos da entidade e de não permitir que tributos recuperáveis componham custo de estoque, despesa ou ativo imobilizado. Ainda assim, não basta a boa interpretação técnica individual. O CPC, o CFC, a CVM, a Receita Federal, a

academia e os reguladores precisarão construir orientação clara sobre reconhecimento, mensuração, segregação, apresentação e evidenciação desses novos tributos. Sem essa normatização, haverá risco de cada empresa adotar um modelo próprio de contabilização, criando perda de comparabilidade, insegurança em auditorias e aumento de contencioso.

9.1 Balanço Patrimonial

No Balanço Patrimonial, veremos uma mudança significativa nas contas tributárias. Atualmente, muitos ativos tributários vinculados aos tributos sobre consumo têm baixa liquidez prática. Um exemplo conhecido é o ICMS a Recuperar sobre ativo imobilizado, normalmente apropriado de forma lenta e controlado em subcontas específicas. Com a não cumulatividade plena e o crédito imediato do IBS e da CBS, essa lógica tende a mudar: valores que hoje ficam imobilizados em créditos de difícil monetização poderão se transformar em ativos tributários de realização mensal.

A não cumulatividade ampla também poderá aumentar substancialmente os saldos de IBS e CBS a recuperar. Como todo IBS e CBS pagos nas aquisições vinculadas à atividade econômica poderão, em regra, ser utilizados para abater o IBS e a CBS cobrados dos clientes, haverá deslocamento relevante de valores que antes ficavam incorporados ao custo, à despesa ou ao ativo imobilizado para o ativo circulante tributário. Isso muda a leitura patrimonial da empresa.

Esse efeito será particularmente importante porque a reforma tende a eliminar discussões históricas sobre crédito de produtos intermediários, insumos, materiais de uso e consumo, energia, telecomunicações, serviços tomados e bens do ativo imobilizado. Se preservada a não cumulatividade plena, parte relevante das disputas sobre creditamento de ICMS, IPI, PIS e COFINS tende a perder força ao longo do tempo. Por consequência, provisões relacionadas a esse tipo de contencioso tributário também poderão diminuir gradualmente, embora novas discussões possam surgir durante a transição, especialmente em razão de regimes específicos, documentos fiscais, *split payment*, validação de créditos e aplicação das alíquotas de destino.

Há também um impacto financeiro relevante. No modelo de Fleuriet, a substituição de tributos cumulativos ou parcialmente recuperáveis por créditos amplos e líquidos pode reduzir a necessidade de capital de giro. A empresa poderá ter menor valor incorporado ao custo de estoques, despesas e ativo imobilizado e maior concentração de créditos tributários no ativo circulante. Ao mesmo tempo, se fornecedores continuarem exigindo pagamento do bem ou serviço acrescido de IBS e CBS, a boa gestão do contas a pagar, dos créditos a recuperar e do *split payment* será

decisiva para que essa oportunidade de redução da necessidade de capital de giro se materialize.

O Capex também será afetado. A aquisição de máquinas, equipamentos e outros bens do ativo imobilizado tende a gerar créditos imediatos de IBS e CBS. Com isso, parte do valor que hoje poderia permanecer incorporado ao ativo imobilizado ou ser recuperado lentamente passará a ser registrada como crédito tributário recuperável no ativo circulante, aumentando a liquidez econômica do investimento. A decisão de investimento passará a exigir uma análise integrada entre engenharia, suprimentos, fiscal, contabilidade e tesouraria.

9.2 Demonstração do Resultado

Na Demonstração do Resultado, a mudança mais relevante será a forma de apresentação da receita líquida, dos custos e das despesas. Com IBS e CBS calculados por fora, o contador precisará avaliar corretamente quais valores pertencem à entidade e quais valores são arrecadados em nome do Estado. A receita líquida tende a refletir de forma mais clara a remuneração econômica da empresa, sem a confusão provocada pela tributação por dentro.

A não cumulatividade plena poderá reduzir custos e despesas contábeis, pois IBS e CBS pagos nas aquisições deixarão de integrar o custo de estoques, o custo de ativos imobilizados e determinadas despesas, quando forem recuperáveis. Esses valores passarão a ser reconhecidos

como ativos tributários. Em consequência, poderá haver aumento do lucro contábil em empresas que hoje suportam tributos sobre consumo como custo ou despesa, especialmente em setores com elevado volume de aquisição de bens, serviços e investimentos.

Esse efeito, contudo, não pode ser interpretado de forma simplista. A reforma também exigirá revisão profunda da formação de preços. Hoje, os tributos estão embutidos nos preços; no novo modelo, IBS e CBS serão somados ao preço. Isso muda a lógica comercial. Muitas empresas se financiam temporariamente com tributos sobre o consumo e deixarão de fazê-lo com o *split payment*. A empresa que não dominar sua formação de preço poderá perder margem, caixa e competitividade.

A perda de referência de preços poderá ser semelhante, em certa medida, ao que ocorreu após o

Plano Real, quando a queda abrupta da inflação obrigou empresas a reaprenderem a formar preços sem a proteção inflacionária. Agora, a reforma retirará dos preços parte da opacidade tributária. Pelo princípio da neutralidade, os tributos não deveriam alterar o preço econômico dos bens e serviços, mas deveriam apenas ser somados ao preço formado pela empresa e pelo mercado. Na prática, porém, a transição longa e a convivência entre ICMS, ISS, IBS e CBS podem gerar distorções temporárias relevantes.



“O modelo proposto para o IBS e CBS é o da apuração assistida, no qual os débitos e créditos deixam de ser apurados a partir de declarações transmitidas pelo contribuinte, como ocorre hoje na EFD ICMS/IPI e EFD contribuições, e passam a ser extraídos automaticamente dos documentos fiscais eletrônicos emitidos e recebidos pela empresa.”

Esse risco é agravado pelo fato de Estados já sinalizarem que a CBS deve compor a base de cálculo do ICMS durante a transição, lógica que pode se repetir com o IBS a partir de 2029. Se isso ocorrer, os preços tendem a perder referência e poderão subir no período de transição. Empresas que conhecerem seu custo real, seus créditos, sua carga efetiva, sua margem e sua necessidade de financiamento terão vantagem competitiva. Poderão aumentar margem ao acompanhar o preço de mercado ou reduzir preço para ganhar participação e conquistar novos mercados.

O Imposto Seletivo merece tratamento separado. Diferentemente do IBS e da CBS, ele terá características próprias e pode produzir efeito cumulativo em determinadas cadeias. Quando incidente, o IS tende a aumentar o preço econômico dos bens e serviços alcançados, afetando margem, demanda e competitividade. Por isso, sua contabilização e seu reflexo na

formação de preços não devem ser confundidos com a lógica de neutralidade esperada para IBS e CBS.

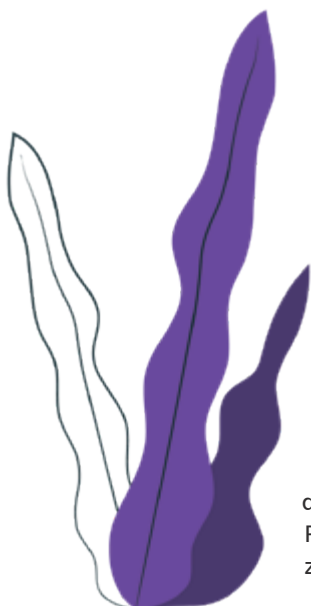
9.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa talvez seja uma das peças mais impactadas na prática. Com o *split payment*, parte do valor pago pelo cliente não ingressará no caixa livre da empresa. Isso reduzirá ou eliminará o intervalo financeiro entre o recebimento do cliente e o pagamento do tributo. Empresas que utilizavam esse intervalo como capital de giro precisarão rever sua estrutura financeira.

O preço deverá contemplar essa nova realidade. Como os tributos sobre o consumo deixarão de funcionar como fonte temporária de financiamento, as empresas precisarão explicitar suas novas fontes de capital: capital próprio, linhas bancárias, antecipação de recebíveis, renegociação com fornecedores ou melhoria do ciclo operacional. O custo financeiro que antes ficava oculto no uso temporário dos tributos deverá aparecer na precificação e no planejamento de caixa.

Também haverá efeitos nas contas a receber e nas contas a pagar. Como IBS e CBS serão calculados por fora e segregados do preço econômico, a receita líquida e as contas a receber líquidos tendem a diminuir em comparação com o modelo atual, no qual parcela dos tributos ainda permanece embutida nos preços. De outro lado, fornecedores também deverão destacar IBS e CBS, exigindo controle rigoroso entre valor do bem ou serviço, tributo destacado, tributo efetivamente recolhido e crédito apropriável.

O *split payment* trará ganhos de conformidade, mas aumentará a complexidade da conciliação contábil e fiscal. Será necessário controlar, por operação, o tributo destacado, o tributo segregado no pagamento, o crédito em validação, o crédito efetivamente apropriável, eventual recolhimento pelo adquirente, devoluções, cancelamentos, pagamentos parciais e diferenças entre documento fiscal, liquidação financeira e apuração mensal. A contabilidade precisará operar integrada ao ERP, aos meios de pagamento, à tesouraria e à escrituração fiscal.



Na prática, a Reforma Tributária exigirá que a contabilidade converse mais intensamente com a tesouraria. O tributo deixará de ser apenas despesa, custo ou obrigação; será também variável crítica de liquidez, precificação, capital de giro e estratégia competitiva.

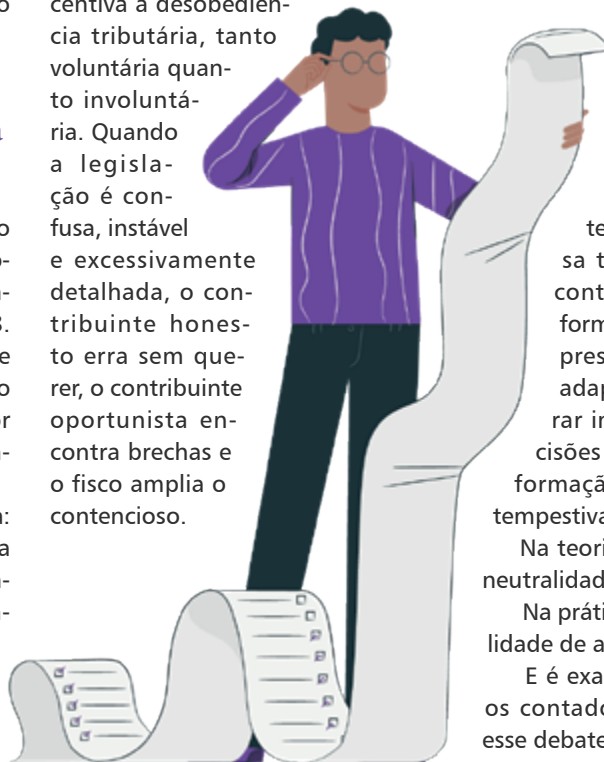
10 Conclusão: a reforma será contábil ou não será?

A Reforma Tributária sobre o consumo representa uma das maiores mudanças institucionais do Brasil desde a Constituição de 1988. Ela traz avanços importantes: base ampla, tributação no destino, não cumulatividade plena, cálculo por fora, maior transparência e potencial redução de litígios históricos.

Mas há uma verdade incômoda: a reforma só simplificará o sistema se for implementada com fidelidade aos princípios que a justificaram. Neutralidade, não cumulatividade e simplicidade não podem ser apenas palavras bonitas na Constituição. Precisam

orientar a regulamentação, a fiscalização, a tecnologia, as obrigações acessórias e a interpretação administrativa.

A experiência brasileira mostra que a complexidade tributária incentiva a desobediência tributária, tanto voluntária quanto involuntária. Quando a legislação é confusa, instável e excessivamente detalhada, o contribuinte honesto erra sem querer, o contribuinte oportunista encontra brechas e o fisco amplia o contencioso.



Por isso, o sucesso da reforma não será medido apenas pela extinção do ICMS, ISS, PIS e Cofins. Será medido pela redução efetiva da complexidade, pela diminuição do contencioso, pela transparência da carga tributária, pela segurança no aproveitamento de créditos e pela melhoria do ambiente de negócios.

A classe contábil terá papel decisivo nessa travessia. Caberá aos contadores traduzir a reforma para dentro das empresas, revisar processos, adaptar sistemas, mensurar impactos, orientar decisões e assegurar que a informação tributária seja útil, tempestiva e confiável.

Na teoria, a reforma promete neutralidade.

Na prática, ela exigirá contabilidade de alta qualidade.

E é exatamente por isso que os contadores precisam liderar esse debate.

Referências

BECKER, Alfredo Augusto. *Carnaval Tributário*.

BRASIL. Emenda Constitucional n.º 132, de 20 de dezembro de 2023.

BRASIL. Lei Complementar n.º 214, de 16 de janeiro de 2025.

BRASIL. Lei Complementar n.º 224, de 2025.

COMITÊ GESTOR DO IBS. Apuração do IBS: Cartilha Orientativa: Volume 2: Manual de Orientações do Contribuinte Usuário do Sistema de Apuração Assistida do IBS (MOC-IBS). Versão 1.00. Brasília-DF: Comitê Gestor do IBS, 2026.

GOMES, Antônio Paulo Machado. O impacto da complexidade tributária e dos parcelamentos especiais na tomada de decisão da (des)obediência tributária das empresas brasileiras listadas na B3: um estudo sob a ótica da teoria dos jogos. Tese de Doutorado. UFMG, 2020.

GOMES, Antônio Paulo Machado et al. Modelo teórico para discussão da desobediência tributária a partir da teoria dos jogos. *Brazilian Business Review*, 2023.

GOMES, Antônio Paulo Machado et al. Impacto da complexidade tributária e dos parcelamentos na desobediência tributária no Brasil: um estudo no âmbito da tributação federal relacionada ao IRPJ, à CSLL, ao PIS/Pasep e à Cofins. REPeC, 2024.

HOPPE, Thomas; SCHANZ, Deborah; STURM, Susann; SURETH-SLOANE, Caren. The Tax Complexity Index – A Survey-Based Country Measure on Tax Code and Framework Complexity. *European Accounting Review*, v. 32, n. 2, p. 239-273, 2023.

VARSANO, Ricardo. A evolução do sistema tributário brasileiro ao longo do século: anotações e reflexões para futuras reformas. IPEA, 1996.

PINTO, Alexandre Evaristo. Contabilização do IBS e CBS à luz dos precedentes do Carf. *Consultor Jurídico*, 28 maio 2025.

PINTO, Alexandre Evaristo. Contabilização dos créditos de IBS e CBS à luz dos precedentes do Carf. *Consultor Jurídico*, 9 jul. 2025.

PINTO, Alexandre Evaristo. Reforma tributária: desafios atinentes à contabilização do IBS e da CBS. *Revista de Direito Contábil Fiscal*, 2025.

PINTO, Alexandre Evaristo. Registro contábil do faturamento bruto nos regulamentos do IBS e da CBS. *Valor Investe*, 2025.





ARTIGO CONVIDADO

Características associadas à resiliência acadêmica de estudantes de Ciências Contábeis da rede pública e privada

Este estudo analisou as características individuais de estudantes de Ciências Contábeis, associadas ao processo de resiliência acadêmica. A resiliência, entendida como a adaptação positiva perante situações de estresse e adversidade, é crucial para enfrentar os desafios inerentes à experiência acadêmica, que oscila entre momentos favoráveis e difíceis. Esses desafios influenciam tanto o sucesso durante a graduação quanto o comprometimento com a carreira contábil. Para atingir o objetivo proposto, foi aplicado um questionário a alunos de Ciências Contábeis de quatro instituições em Belo Horizonte/MG, após a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa. Ao todo, 177 questionários foram respondidos – 131 por alunos de uma universidade pública e 46 por estudantes provenientes de instituições privadas. A partir dos procedimentos quantitativos adotados, os resultados indicaram que os discentes da instituição pública enfrentaram, em média, mais estresse e adversidade, sobretudo no que diz respeito à dificuldade de acompanhar as disciplinas, devido às demandas externas ao ambiente acadêmico. Apesar disso, estudantes de ambos os tipos de instituição demonstraram elevada satisfação e comprometimento com a graduação e com a profissão contábil. Os achados contribuem para a compreensão dos desafios da jornada acadêmica, ressaltando a importância do processo de resiliência para a conclusão da formação e a retenção profissional na área.

Nathalia Kathleen Rodrigues

Bacharela em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atua profissionalmente em empresa do setor de mineração.

E-mail: nathalia.rodrigues@yahoo.com.br

Samuel de Oliveira Durso

Doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Ciências Contábeis e bacharel em Ciências Econômicas pela UFMG. Atua como professor na UFMG.

E-mail: sodurso@face.ufmg.br

1 Introdução

O ingresso no ensino superior é uma das experiências mais significativas na vida de um indivíduo, pois representa uma transição importante para o desenvolvimento pessoal e profissional. De acordo com Holdsworth et al. (2018), estar matriculado em uma instituição de ensino superior é uma vivência singular, que favorece o aprimoramento de capacidades, habilidades e competências essenciais para o futuro. Contudo, embora o ambiente universitário ofereça muitas oportunidades de crescimento e aprendizado, ele também pode gerar dificuldades e desafios para os estudantes.

Em algum momento da trajetória acadêmica, muitos alunos enfrentam situações de estresse, inseguranças e adversidades que podem impactar seus resultados acadêmicos e seu bem-estar. Esses momentos de dificuldade muitas vezes surgem como consequência da necessidade de adaptação à nova realidade da vida universitária, exigindo que o aluno adquira habilidades específicas de superação. Nesse sentido, a resiliência se torna um fator crucial para a adaptação saudável do estudante ao ambiente acadêmico. A resiliência, conforme indicam os autores Simons et al. (2018), é definida como a adaptação positiva perante adversidades da vida. Taiboada et al. (2006) ampliam essa definição, incluindo o processo de superação e a adequação saudável ao contexto em que o indivíduo está inserido.



Assim, a resiliência não apenas envolve a superação de barreiras e dificuldades, como também implica uma transformação do estudante diante de situações desafiadoras. Para que a resiliência entre em ação, é necessário que o estudante esteja diante de um obstáculo que requeira uma resposta adaptativa, possivelmente envolvendo mudanças emocionais, comportamentais e cognitivas para superar esse desafio (Ebersöhn, 2012). No contexto acadêmico, a resiliência é observada quando o estudante consegue administrar suas tarefas acadêmicas e manter seu desempenho e seu equilíbrio, mesmo diante de todas as adversidades e frustrações enfrentadas.

De acordo com Meyer et al. (2006), a resiliência também pode prevenir problemas mais sérios, como o esgotamento físico e mental, a fadiga ou a depressão. A esse respeito, Durso (2020) aponta que o estudo da resiliência tem como objetivo ajudar os alunos mais propensos à evasão a permanecerem na universidade e finalizarem seus estudos. A atitude resiliente, em sua essência, oferece ferramentas que sustentam o aluno durante todo o percurso acadêmico, permitindo que ele passe pelas dificuldades sem comprometer seu desempenho e mantendo sua motivação em relação à sua escolha profissional.

Nesse contexto, as Instituições de Ensino Superior (IES) apresentam um papel relevante, já que podem promover o desenvolvimento da resiliência de diversas formas. Em termos formais, as IES contribuem por meio de um currículo e de uma infra-

estrutura de apoio escolar que oferece oportunidades de aprendizado que favorecem o aprimoramento de habilidades emocionais e comportamentais. Contudo, a resiliência também pode ser incentivada de maneira informal, com as IES oferecendo atividades comunitárias ou programas de extensão, como clubes, grupos de estudo e mentorias (Durso et al., 2021).

Nesses espaços, o aluno pode se sentir acolhido, o que facilita o seu fortalecimento diante dos desafios acadêmicos e extra-acadêmicos. Segundo Holdsworth et al. (2018), o entendimento de onde estão as brechas para o desenvolvimento da resiliência é essencial para que as instituições de ensino possam apoiar os alunos de forma eficaz, criando um ambiente onde eles se sintam confortáveis para se expressar e buscar apoio entre colegas, professores e outros membros da comunidade universitária. Além disso, a compreensão do perfil socioeconômico e acadêmico de cada instituição é fundamental para uma avaliação precisa do processo de resiliência dos estudantes.

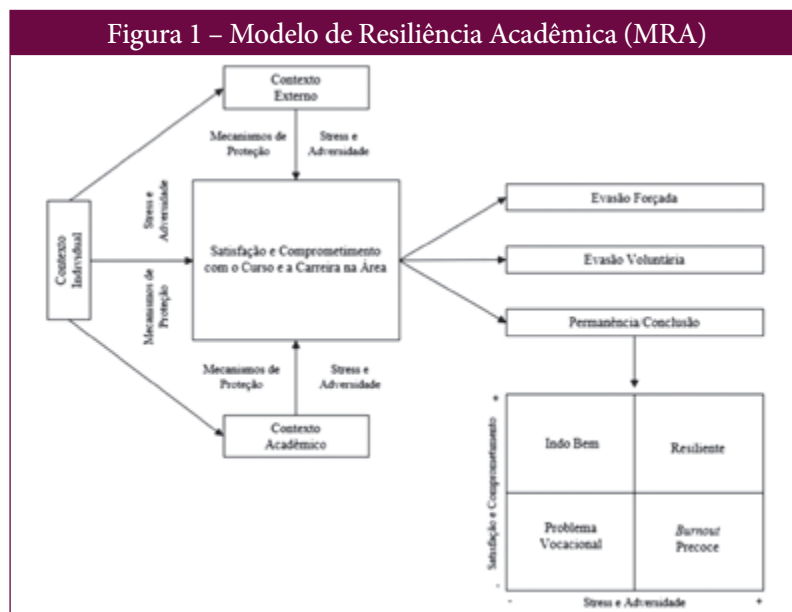
Mont'alvão (2015) descreve que as instituições públicas possuem, geralmente, uma natureza mais acadêmica, com forte ênfase em pesquisa, e um processo seletivo rigoroso que tende a atrair estudantes mais aptos academicamente, porém com desafios relacionados à competição e à pressão por aprovação. Por outro lado, as instituições privadas, apesar de possuírem menos rigidez acadêmica, são um ambiente mais voltado para a formação rápida e orientada à inserção no mercado de trabalho e, em sua maioria, apresentam critérios socioeconômicos mais exigentes. Knop (2020) complementa ao afirmar que, enquanto as IES públicas atraem um perfil variado de alunos, as privadas têm sua seleção marcada pela exigência financeira.

O tipo de instituição reflete, portanto, diretamente nos desafios enfrentados pelos estudantes, seja pela pressão acadêmica ou pela responsabilidade financeira de custear a formação. No curso de Ciências Contábeis, esses desafios podem se intensificar, especialmente para os alunos que já participam do mercado de trabalho. Muitos estudantes enfrentam o desafio de conciliar as demandas profissionais com os compromissos acadêmicos, o que pode gerar um nível de estresse adicional.

Durso (2020) também aponta que, no caso dos alunos de Ciências Contábeis, o perfil geralmente “não tradicional” se reflete em uma maior carga de responsabilidades, com a sobreposição de múltiplas esferas da vida. Esses estudantes podem estar lidando com a necessidade de manter um emprego estável ao longo da graduação, o que muitas vezes implica menos tempo disponível para os estudos e, assim, gera uma sobrecarga emocional e física. Nesse cenário, é necessário avaliar como o processo de resiliência pode atenuar esses impactos e auxiliar a manutenção da trajetória acadêmica até a conclusão do curso.

Diante desses contextos, surge a questão de pesquisa que orienta este estudo: **Quais as características individuais dos estudantes de Ciências Contábeis da rede pública e privada que estão associadas com o processo de resiliência acadêmica?** O objetivo geral da pesquisa, portanto, é analisar as características individuais desses estudantes em relação ao processo de resiliência relacionado com a formação contábil.

A relevância desta pesquisa reside no fato de que, ao compreender como esse processo de adaptação acontece nas diversas IES, torna-se possível auxiliar tanto os discentes quanto as instituições na criação de mecanismos de enfrentamento que



Fonte: Durso (2020).

facilitem a superação das dificuldades enfrentadas durante o curso. Tais informações podem contribuir não apenas para que os alunos concluam a graduação, mas também para assegurar uma trajetória acadêmica satisfatória e motivadora, de forma que o estudante se sinta realizado com sua escolha profissional na Contabilidade. Por fim, os resultados deste estudo podem colaborar significativamente para a classe contábil, pois oferecem achados que podem conduzir a uma formação empática e motivadora no contexto das Ciências Contábeis.

2 Fundamentação Teórica

2.1 O Modelo de Resiliência Acadêmica

O estudo sobre a resiliência acadêmica tem se tornado cada vez mais importante para auxiliar os estudantes não só a concluir a graduação, mas também a se sentirem satisfeitos com sua decisão e determinados a seguir a carreira escolhida (Durso, 2020). A fim de facilitar

a compreensão entre o estresse e a adversidade, que levam o aluno a concluir ou evadir de seu curso, com a satisfação e o comprometimento, tanto com a graduação quanto com a carreira escolhida, Durso (2020) propõe a utilização do Modelo de Resiliência Acadêmica (MRA), apresentado na Figura 1.

O MRA foi desenvolvido a partir da teoria da resiliência e de outras teorias utilizadas como base para compreender a dinâmica do processo de retenção e evasão no ensino superior (Durso, 2020). Logo, “o modelo facilita a compreensão de como os estudantes do ensino superior continuam sua educação ou abandonam seus respectivos programas” (Durso et al., 2021, p. 4). O MRA parte do contexto individual, o que inclui as características pessoais do discente, suas experiências prévias à graduação e sua relação familiar. O segundo contexto é o acadêmico, que trata da integração do estudante com seus pares e professores e de seu desempenho intelectual. Por fim, o contexto externo compreende o universo em que o discente está inserido, além da IES.

1 Tradução livre de: “the model facilitates an understanding of how students in higher education continue their education or dropout from their respective programs” (Durso et al., 2021).

A ideia por trás de cada contexto é que, ao mesmo tempo que ele pode significar uma causa de estresse e adversidade, ele também pode fornecer mecanismos de proteção aos alunos. Dessa forma, o MRA defende a importância da utilização de mecanismos de proteção eficazes para o processo de retenção acadêmica no âmbito do ensino superior. Quanto melhor for o mecanismo utilizado, maiores as chances de superação dos momentos de adversidade e, portanto, maior a probabilidade de conclusão do curso com satisfação e comprometimento para atuar profissionalmente na área escolhida.

A partir da relação entre cada contexto, com as situações de estresse e adversidade, bem como com os mecanismos de proteção, o MRA pode levar a três eventos: evasão forçada, evasão voluntária e permanência/conclusão. A evasão forçada acontece quando o discente não consegue cumprir os níveis exigidos pela instituição de ensino e apresenta um desempenho acadêmico insatisfatório. A evasão voluntária ocorre quando o aluno decide deixar a instituição, seja por algum problema familiar, por insatisfação com o curso e/ou com o ambiente universitário, ou ainda por alguma outra escolha individual. Por fim, o terceiro evento acontece quando o aluno consegue concluir o curso e se graduar. Dessa forma, o modelo entende que a relação do estudante com cada contexto (individual, acadêmico e externo) determinará o que irá prevalecer, se a existência de situações adversas ou a utilização de mecanismos eficientes de proteção. Se as estratégias de enfrentamento falharem, aumentam as chances de evasão ou insatisfação com o curso, o que afeta o compromisso com a área escolhida (Durso et al., 2021).

Por fim, o quadro localizado no canto inferior direito da Figura 1

traz os possíveis cenários para os discentes que permanecem no curso com o objetivo de concluir a graduação, ou seja, aqueles que, após passar por situações adversas e acionar mecanismos de proteção, seja no contexto individual, acadêmico ou externo, chegam ao evento denominado “permanência/conclusão”. O eixo das ordenadas (eixo Y do gráfico) diz respeito ao nível de satisfação e comprometimento; já o eixo das abscissas (eixo X do gráfico) trata do estresse e da adversidade. O grau de relação entre os eixos resulta em quatro possibilidades de classificação para os estudantes: “indo bem”, “resiliente”, “problema vocacional” e “*burnout* precoce”.

Para as duas primeiras possibilidades, estão aqueles discentes que seguem satisfeitos com o curso e com a carreira escolhida; entretanto, aqueles denominados como “indo bem” vivenciaram poucos momentos de estresse e adversidade, enquanto os classificados como “Resiliente” atravessaram momentos de infortúnios e dificuldades. Por outro lado, as duas últimas classificações tratam daqueles estudantes que apresentam baixa satisfação e comprometimento para continuar com o curso e/ou seguir a carreira escolhida, porém os classificados como “problema vocacional” passaram por menos situações de estresse e adversidade, enquanto estes eventos foram mais presentes na jornada acadêmica daqueles identificados como “*burnout* precoce”.

2.2 Pesquisas anteriores

A partir do entendimento da resiliência como uma capacidade adaptativa, bem como da relevância do meio acadêmico e das interações do indivíduo em sua promoção, vários estudos sobre o

processo de resiliência escolar foram realizados nos últimos anos, tanto no Brasil quanto no resto do mundo.

A pesquisa de Haveroth et al. (2019) teve como objetivo analisar a relação entre o locus de controle interno e externo com a resiliência, a partir das características sociais dos estudantes de Ciências Contábeis de universidades públicas e privadas brasileiras. Para tanto, os autores enviaram um questionário, via *e-mail*, para IES de todas as regiões do Brasil que ofertavam o curso de Contabilidade, resultando em uma amostra de 449 estudantes. Os dados foram analisados, descritiva e estatisticamente, por meio de regressão linear múltipla, ANOVA, Alfa de Cronbach e outros testes estatísticos. De forma geral, os autores perceberam que os estudantes de Ciências Contábeis possuem alta resiliência e alto locus de controle interno e, por isso, estão mais propícios a aceitar e lidar com desafios e dificuldades propostos pela graduação.

O estudo de Alkaissi et al. (2022) se propôs a identificar a resiliência para graduandos do curso de Enfermagem e teve como objetivo reconhecer os indicadores de resiliência entre os futuros enfermeiros. A pesquisa foi realizada com 290 alunos da maior universidade de Enfermagem da Palestina e se deu por meio da aplicação de questionários. Os dados obtidos foram analisados estatisticamente a partir de modelos de regressão linear múltipla e correlações de Pearson. No que se refere às pontuações, o *score* médio dos estudantes revelou correlação moderada para a resiliência de estado (0,63) e correlação alta para a resiliência de traço (0,71) e para a resiliência combinada entre as duas escalas (1,34).



“Os autores constataram que as pontuações foram significativamente mais altas para estudantes que viviam em áreas com menos conflitos e que possuíam renda mais alta, ou seja, a existência de rotinas familiares favoráveis, com maior disponibilidade de apoio, contribuiu para o desenvolvimento da resiliência entre os sujeitos da pesquisa.”

Os autores constataram que as pontuações foram significativamente mais altas para estudantes que viviam em áreas com menos conflitos e que possuíam renda mais alta, ou seja, a existência de rotinas familiares favoráveis, com maior disponibilidade de apoio, contribuiu para o desenvolvimento da resiliência entre os sujeitos da pesquisa.

Vieira et al. (2022) analisaram a associação entre o nível de estresse acadêmico e a resiliência em 34 discentes da área da saúde de uma IES privada localizada em Goiás, mediante a aplicação de questionários para avaliação sociodemográfica, um instrumento para avaliação do estresse em estudantes de Enfermagem e a Escala de Resiliência de Wagnild e Young (1993) – os dois últimos foram aplicados com esca-

la tipo Likert. Para análise dos dados, as informações foram compiladas no programa Microsoft Excel e analisadas estatisticamente no *software* Statistical Package for Social Sciences. Os autores observaram um alto nível de estresse geral (52,9%) e um nível de resiliência moderado (41,2%), concluindo que a resiliência auxilia os alunos a lidarem melhor com o estresse, proporcionando uma maior capacidade de adaptação e enfrentamento, tanto para as adversidades da vida, quanto no contexto universitário.

Por fim, o trabalho de Silva et al. (2022) verificou a relação entre a resiliência e o desempenho acadêmico de graduandos em Ciências Contábeis, por meio da aplicação de questionários a 183 alunos de uma universidade brasileira. O instrumento

de coleta foi dividido em três etapas: a primeira foi a Escala de Resiliência de Wagnild e Young (1993), que continha 14 questões a serem pontuadas de 0 a 10, conforme o grau de concordância com a pergunta, para o cálculo do Índice de Resiliência (IR); a segunda parte era formada por duas questões, que visavam identificar a percepção do estudante sobre seu desempenho acadêmico; já a terceira parte apresentou questões sociodemográficas e econômicas, a fim de analisar a influência destas na resiliência e no desempenho acadêmico dos alunos. A partir da análise descritiva e estatística das variáveis os autores identificaram uma relação direta entre o desempenho acadêmico e a resiliência, ou seja, quanto maior o IR, maior a performance universitária do discente.



3 Metodologia

Em relação aos objetivos, este estudo se classifica como uma pesquisa descritiva, uma vez que expõe as características e as relações de uma população e/ou um fenômeno (Vergara, 2006). Com relação à abordagem utilizada no estudo, por existir a necessidade de se quantificar e mensurar as variáveis da pesquisa, é possível classificá-lo como quantitativo (Richardson, 1999, p. 70). Por fim, em relação aos procedimentos para coleta de dados, classifica-se como *survey*, uma vez que foram aplicados questionários estruturados aos estudantes de Ciências Contábeis (Vergara, 2006).

A amostra da pesquisa restringiu-se ao município de Belo Horizonte, considerando a importância econômica e educacional da cidade para o cenário nacional (IBGE, 2025; RUF, 2024). A capital de Minas Gerais conta, atualmente, com cerca de 20 IES que ofertam o curso de Ciências Contábeis, ministrado nos turnos noturno e diurno, em instituições públicas e privadas, na modalidade presencial e no grau acadêmico bacharelado, totalizando mais de 2.500 vagas ofertadas anualmente (MEC, 2024). Isto posto e visando homogeneizar os sujeitos da pesquisa, entre as IES citadas anteriormente, foram selecionadas somente aquelas com nota maior ou igual a quatro no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), realizado em 2022. Dessa forma, a amostra é composta de cinco universidades localizadas em Belo Horizonte – uma pública e quatro instituições privadas.

O instrumento utilizado para essa fase da pesquisa foi um questionário estruturado, seguindo o modelo elaborado por Durso (2020) e Durso e Afonso (2021), e dividido em três partes. A primeira parte foi composta de sete questões direcionadas para possíveis fontes de

estresse e adversidade; a segunda parte, também com sete perguntas, apresentou questões voltadas à satisfação e ao comprometimento com a carreira contábil; e a terceira parte contou com 19 questões relacionadas à identificação das características socioeconômicas e demográficas dos participantes do estudo. As características identificadas encontram-se na Tabela 4, da Análise e Discussão dos Resultados, e foram levantadas considerando a literatura sobre a temática investigada (Durso, 2020; Knop, 2020).

Para a primeira parte do instrumento, os discentes deveriam responder a cada questão atribuindo uma pontuação de zero a dez – zero significa que o evento teve baixa frequência, e a nota dez indica que

a situação teve alta frequência. Para a segunda parte, as notas também variaram entre zero e dez, porém a nota zero deveria ser atribuída em caso de discordância total com a sentença, e nota dez, em caso de concordância total. A terceira parte deveria ser respondida conforme as experiências e vivências pregressas do aluno, suas relações familiares e sua jornada profissional. Ao todo, o instrumento de coleta de dados da pesquisa contou com 33 questões, além do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O instrumento foi estruturado no Google Forms e enviado às IES-alvo da investigação via e-mail e WhatsApp nos meses de maio e junho de 2024. Após o período de coleta de dados, obteve-se um total de 177 questionários válidos.

Vale ressaltar, ainda, que os questionários só foram aplicados após a realização de um pré-teste ocorrido em abril de 2024 com alunos da pós-graduação de uma IES localizada em Belo Horizonte. Os participantes do pré-teste forneceram *feedbacks* sobre a compreensibilidade do instrumento e, com base nessas respostas, foram realizadas as alterações necessárias.

Ademais, por se tratar de uma análise envolvendo seres humanos, o trabalho passou pela aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da IES vinculada aos autores (CAAE: 69544122.1.0000.5149). Após a coleta final, os dados foram organizados e manipulados em planilha eletrônica no programa Microsoft Excel e, posteriormente, transferidos para o Stata13®, para a realização dos testes de hipótese (paramétricos e não paramétricos). Seguindo o framework do MRA de Durso (2020), foi possível calcular o Índice de *Stress* e Adversidade (ISA), a partir da primeira parte do instrumento, e um Índice de Satisfação e Comprometimento (ISC), com as respostas da segunda parte.



“A amostra deste estudo foi composta de 177 alunos de Ciências Contábeis – 131 de uma instituição pública e 46 de empresas privadas –, com predominância feminina (53% dos casos). A idade média geral foi de 24,5 anos, com índice ligeiramente menor nas instituições públicas (24,0 anos) do que nas privadas (25,8 anos).”

4 Síntese e Discussão dos Resultados

A amostra deste estudo foi composta de 177 alunos de Ciências Contábeis – 131 de uma instituição pública e 46 de empresas privadas –, com predominância feminina (53% dos casos). A idade média geral foi de 24,5 anos, com índice ligeiramente menor nas instituições públicas (24,0 anos) do que nas privadas (25,8 anos). No que diz respeito à raça/cor, 53% dos respondentes se declararam brancos, 45% pretos ou pardos, com uma maior representatividade de pretos ou pardos nas universidades públicas (49%) em comparação com as instituições privadas (35%). A grande maioria dos alunos declarou ser solteira (87% no total) e não possuir filhos (94%). No que concerne à escolaridade familiar, uma parcela inferior a 40% dos alunos afirmou que ao menos um dos pais concluiu o ensino superior; esse fato caracteriza muitos desses estudantes como de primeira geração – grupo mais suscetível a enfrentar estresse e adversidades no ambiente acadêmico (Durso, 2020).

Em relação à trajetória acadêmica, cerca de 64% dos alunos cursavam Ciências Contábeis como sua primeira graduação e 60% optaram pelo curso como primeira escolha

Tabela 1 – Análise descritiva das sentenças de estresse e adversidade				
Sentenças	Média	Desvio-Padrão	Mínimo	Máximo
1 – Eu tive dificuldade para acompanhar as disciplinas por causa da minha rotina fora do ambiente acadêmico	6,75	2,70	0	10
2 – Eu tive dificuldade para me identificar com os professores que ministraram disciplinas durante o curso	5,01	2,93	0	10
3 – Eu tive dificuldade para conciliar minha vida pessoal com a vida acadêmica	6,46	2,85	0	10
4 – Eu tive dificuldade para me adaptar ao ambiente acadêmico	3,89	3,13	0	10
5 – Eu tive que lidar com problemas pessoais importantes (ex.: financeiros, de saúde e familiares) durante o curso	6,07	3,57	0	10
6 – Eu tive dificuldade para me integrar com os demais alunos do curso	3,26	3,22	0	10
7 – Eu tive dificuldade para acompanhar o curso em função do deslocamento diário até a universidade	3,52	3,36	0	10
Índice de Stress e Adversidade (ISA)	0,4994	0,2027	0,0429	1,0000
Alfa de Cronbach: 0,77				

no vestibular ou no Sistema de Seleção Unificada (Sisu). Quanto ao turno de ingresso, todos os alunos das universidades públicas iniciaram no período noturno, enquanto nas instituições privadas 83% ingressaram à noite, e 17%, no período matutino. A maioria começou o curso antes de 2022 e 70% não planejavam concluir a graduação em 2024. No campo profissional, 66% já tinham experiência de trabalho antes da graduação e 84% estavam empregados ou estagiando. Destaca-se que mais de 90% dos alunos já precisaram conciliar trabalho e estudo em pelo menos um semestre, e cerca de 40% fizeram essa conciliação por mais de quatro semestres.

A primeira parte do questionário contou com sete questões; nelas, o discente deveria atribuir uma nota de zero a dez para cada sentença, em que zero significa que o evento não aconteceu, e dez, que aconteceu frequentemente. Na Tabela 1, apresentam-se as questões da primeira parte do questionário, bem como a estatística descritiva para as respostas obtidas. Adicionalmente, encontra-se destacado o Índice de Stress e Adversidade (ISA) construído a partir do somatório da nota atribuída para cada sentença, dividido pela pontuação máxima que poderia ser obtida nessa etapa do instrumento. Assim, o ISA poderia variar de 0 a 1.

Conforme resultados demonstrados na Tabela 1, a sentença com maior média foi “1 – Eu tive dificuldade para acompanhar as disciplinas por causa da minha rotina fora do ambiente acadêmico”, com valor igual a 6,75 (desvio-padrão – DP: 2,70), enquanto a questão com menor média foi “6 – Eu tive dificuldade para me integrar com os demais alunos do curso”, com média igual a 3,26 (DP: 3,22). Vale frisar que, em todas as questões, ao menos um aluno declarou não ter vivenciado o evento (nota mínima igual a zero) e ao menos um aluno declarou ter vivenciado o evento com frequência (nota máxima igual a dez).

A partir das notas atribuídas pelos participantes para cada uma das sentenças, foi possível calcular o Índice de *Stress* e Adversidade (ISA), com valor médio igual a 0,4994, com DP de 0,2027, mínimo de 0,0429 e máximo de 1,0. Além disso, a fim de estimar a fiabilidade interna desta etapa do instrumento de coleta de dados, foi calculado o coeficiente Alfa de Cronbach, que retornou o valor de 0,77, o que indica um parâmetro aceitável pela literatura (Moroco & Garcia-Marques, 2006).

Considerando as médias obtidas nessa primeira parte do questionário, é possível inferir que, durante a jornada acadêmica, os estudantes convivem com várias situações adversas, que vão desde a dificuldade em se inserir e se sentir parte do ambiente acadêmico até os desafios de se conciliar a rotina universitária com a vida pessoal e profissional. Esses resultados estão em conformidade com os trabalhos anteriores sobre o assunto (Holdsworth et al., 2018; Durso, 2020; Brewer et al., 2019; Rosendo et al., 2022).

De modo semelhante, a segunda parte do questionário também contou com sete questões e com respostas que variavam de zero (discordo totalmente) a dez (con-

Tabela 2 – Análise descritiva das sentenças de Satisfação e Comprometimento				
Sentenças	Média	Desvio-Padrão	Mínimo	Máximo
1 – Eu sinto que fiz a escolha correta ao cursar Ciências Contábeis	7,47	2,51	0	10
2 – Eu estou seguro em relação ao conhecimento que adquiri ao longo do curso para atuar na área contábil	6,13	2,67	0	10
3 – Eu acredito que o diploma em Ciências Contábeis me ajudará a alcançar meus objetivos no futuro	8,09	2,25	0	10
4 – Eu tenho planos para me desenvolver na carreira contábil	7,40	2,86	0	10
5 – Com o meu diploma de Ciências Contábeis, poderei ocupar boas posições no mercado se eu quiser	7,95	2,27	0	10
6 – Eu acredito que o meu esforço ao longo da graduação em Ciências Contábeis será recompensado	7,99	2,20	0	10
7 – Eu penso que a profissão contábil é importante para a sociedade	9,29	1,15	4	10
Índice de Satisfação e Comprometimento (ISC)	0,7761	0,1693	0,1143	1,0000
Alfa de Cronbach: 0,85				



cordo totalmente). Conforme descrito na Tabela 2, a sentença com menor média foi “2 – Eu estou seguro em relação ao conhecimento que adquiri ao longo do curso para atuar na área contábil”, com o valor de 6,13 (DP: 2,67). A sentença com maior média, em contrapartida, foi “7. Eu penso que a profissão contábil é importante para a sociedade” no valor de 9,29 e DP de 1,15, sendo essa a questão com maior média e o menor DP, levando em consideração as duas partes do questionário.

Sobre as notas máximas e mínimas atribuídas pelos alunos, ao menos um discente concordou totalmente com cada uma das sentenças e, na maioria das questões, pelo menos um participante assinalou a nota zero (discordo totalmente), exceto na questão 7, em que a nota mínima foi quatro. Considerando as notas atribuídas para essa segunda

parte, foi calculado o Índice de Satisfação e Comprometimento (ISC), seguindo a mesma metodologia proposta para o ISA. Neste contexto, para a amostra do estudo, o ISC foi igual a 0,7761 (DP: 0,1693). Os dados da Tabela 2 indicam, ainda, que o Alfa de Cronbach foi igual a 0,85, corroborando a fiabilidade interna desta etapa do instrumento (Moroco & Garcia-Marques, 2006).

Com base nas respostas dadas para as sentenças descritas na Tabela 2, é possível dizer que, de forma geral, os participantes da pesquisa estão satisfeitos com a escolha pelo curso de Ciências Contábeis e comprometidos com a carreira na área da Contabilidade. Os resultados corroboram o estudo de Santos e Almeida (2018): ao analisar a satisfação dos estudantes com a escolha pela graduação em Ciências Contábeis, verificou-se que 68% da amostra respondeu estar satisfeita ou totalmente satisfeita com a escolha pelo curso. Entretanto, é importante destacar que, apesar de satisfeitos com o curso, os participantes do presente estudo demonstram não ter segurança para exercer a profissão contábil, a partir dos conhecimentos adquiridos durante a graduação, o que pode levar futuramente ao abandono da carreira.

“Sobre as notas máximas e mínimas atribuídas pelos alunos, ao menos um discente concordou totalmente com cada uma das sentenças e, na maioria das questões, pelo menos um participante assinalou a nota zero (discordo totalmente), exceto na questão 7, em que a nota mínima foi quatro.”

Na Tabela 3, encontram-se as frequências e proporções da classificação dos alunos por tipo de instituição, em números absolutos e relativos.

Como é possível identificar, a maioria dos alunos são categorizados como “Indo Bem” ($n=88$), indicando que os discentes vivenciaram poucas dificuldades durante a graduação e estão satisfeitos e comprometidos com a carreira contábil. Em seguida, estão os alunos classificados como “Resilientes” ($n=76$), isto é, aqueles estudantes que atravessaram significativa carga de situações de estresse e adversidade ao longo do curso, mas que seguem realizados e comprometidos com a profissão contábil.

Os alunos com “Burnout Precoce” – grupo composto de 9 discentes – são aqueles que enfrentaram muitas dificuldades durante a jornada acadêmica e possuem baixa satisfação e comprometimento com a carreira contábil. Por fim, a designação com menos representantes foi a de “Problema Vocacional” ($n=4$), na qual constam estudantes que, mesmo não vivenciando situações de estresse e adversidade, não estão comprometidos com a profissão contábil. É importante destacar que o número mais baixo para o grupo “Problema Vocacional” é es-

Tabela 3 – Frequência e percentual das categorias do MRA por tipo de IES

Categoria do MRA	Pública	Privada	Amostra Total
Indo bem	60 (46%)	28 (61%)	88 (50%)
Resiliente	60 (46%)	16 (35%)	76 (43%)
Burnout Precoce	8 (6%)	1 (2%)	9 (5%)
Problema Vocacional	3 (2%)	1 (2%)	4 (2%)

perado, tendo em vista que os discentes que estão neste grupo tendem a evadir do curso escolhido, em busca de opções que estejam mais alinhadas com suas perspectivas acadêmicas e profissionais.

Vale ressaltar, também, a diferença na proporção de cada classificação entre os tipos de IES. Entre os alunos de instituições públicas da amostra da pesquisa, 92% estão satisfeitos e comprometidos com a carreira contábil ($ISC > 0,5$); já para os estudantes de instituições privadas, essa proporção é um pouco maior, representando 96% da amostra. Todavia, a carga de estresse e adversidade vivenciada por alunos de IES públicas foi maior em comparação aos estudantes de instituições privadas: 46% tiveram nota maior que 0,5 para o ISA na IES pública e, para as IES privadas, esse percentual foi de 35%. Para as categorizações que tiveram menos representantes, destaca-se que somente dois alunos de instituições privadas foram classificados como *burnout* precoce e pro-

blema vocacional, enquanto em instituições públicas foram oito e três representantes, respectivamente.

Após a realização das análises descritivas de cada parte do questionário, os dados foram tratados e as respostas da terceira parte foram agrupadas, possibilitando a análise das características dos respondentes a partir do Índice de Stress e Adversidade (ISA) e do Índice de Satisfação e Comprometimento (ISC). Assim, o primeiro passo foi verificar se a amostra segue uma distribuição normal com base na utilização do teste de Shapiro-Wilk. Para o ISA, foi possível obter um p-valor de 0,6758, apontando que não existem evidências para rejeitar a hipótese nula do teste. Assumiu-se, portanto, que o ISA segue uma distribuição normal. Para o ISC, por outro lado, o teste retornou um p-valor de 0,0000, indicando que existem evidências para rejeitar a hipótese nula e, portanto, não se pode assumir que os dados seguem uma distribuição normal.

Nessa conjuntura, para analisar o ISA de cada característica, foi apresentada, na Tabela 4, a média das respostas e aplicado o teste paramétrico t de Student. Para o ISC,

foi apresentada a mediana e realizado o teste não paramétrico de Mann-Whitney. Os resultados de cada teste encontram-se apresentados na linha de “Significância”.



Tabela 4 – Teste de médias e medianas por característica

Características	Respostas	ISA (média)	ISC (mediana)
Gênero	Masculino (n=83)	0,4867	0,7714
	Feminino (n=94)	0,5105	0,8357
	Significância	0,4385	0,0079***
Estado civil	Solteiros (n=154)	0,4891	0,8143
	Não solteiros (n=23)	0,5677	0,7714
	Significância	0,0830*	0,3886
Cor/Raça	Negros (n=83)	0,5527	0,8143
	Não negros (n=94)	0,4749	0,7929
	Significância	0,0880*	0,5329
Filhos	Sim (n=10)	0,5643	0,9071
	Não (n=167)	0,4955	0,8000
	Significância	0,2984	0,0896*
Outros dependentes (exceto filhos)	Sim (n=23)	0,5957	0,7714
	Não (n=154)	0,4850	0,8143
	Significância	0,0142**	0,0998*
Escolaridade do pai	Sem ensino superior completo (n=121)	0,5091	0,8286
	Ensino superior completo (n=56)	0,4783	0,7786
	Significância	0,3491	0,2493
Escolaridade da mãe	Sem ensino superior completo (n=112)	0,5159	0,8143
	Ensino superior completo (n=65)	0,4708	0,7857
	Significância	0,1535	0,3755
Ciências Contábeis é a primeira graduação	Não (n=63)	0,4789	0,7714
	Sim (n=114)	0,5107	0,8214
	Significância	0,3200	0,3288
Ano de ingresso	A partir de 2023 (n=67)	0,4482	0,8143
	Até 2022 (n=110)	0,5305	0,8000
	Significância	0,0084***	0,5530
Turno de ingresso	Matutino (n=8)	0,5018	0,7571
	Noturno (n=169)	0,4992	0,8143
	Significância	0,9724	0,4624
Ciências Contábeis como primeira opção	Não (n=71)	0,5020	0,8143
	Sim (n=106)	0,4976	0,8071
	Significância	0,8870	0,3992
Tipo de instituição de ensino superior	Privada (n=46)	0,4435	0,8286
	Pública (n=131)	0,5190	0,8000
	Significância	0,0294**	0,1224
Trabalhava antes de iniciar o curso	Não (n=60)	0,4817	0,7714
	Sim (n=117)	0,5084	0,8143
	Significância	0,4074	0,0758*
Trabalhou/estagiou e estudou conjuntamente	Não (n=13)	0,3297	0,7286
	Sim (n=164)	0,5128	0,8143
	Significância	0,0015***	0,2914
Trabalha/estagia atualmente	Não (n=28)	0,4796	0,8214
	Sim (n=149)	0,5031	0,8000
	Significância	0,5754	0,7875
Formandos	Não (n=141)	0,5131	0,8214
	Sim (n=36)	0,4958	0,8000
	Significância	0,6499	0,9695

Nota: ***p-valor<0,01; ** p-valor<0,05; *p-valor<0,10.

“Acerca do estado civil dos participantes, o teste indica que há uma diferença entre as situações de estresse e adversidade vivenciadas ao longo da graduação por discentes solteiros e não solteiros.”

Também é possível perceber que participantes do gênero feminino apresentam maior mediana para o ISC e, portanto, maior satisfação e comprometimento com a carreira contábil, em relação aos homens, com uma diferença estatisticamente significativa a 1%. Em linha com o resultado encontrado, o estudo de Haverth et al. (2019) indicou que as estudantes mulheres possuem mais independência e determinação e, por isso, são mais satisfeitas e realizadas com suas vidas, quando comparadas a homens.

Acerca do estado civil dos participantes, o teste indica que há uma diferença entre as situações de estresse e adversidade vivenciadas ao longo da graduação por discentes solteiros e não solteiros. A partir da amostra analisada, é possível perceber que os alunos classificados como não solteiros, ou seja, aqueles que indicaram ser casados(as), divorciados(as), em união estável ou viúvos(as), apresentam, em média, maior ISA, com significância estatística a 10%. Aqueles que responde-

ram ter algum outro dependente, com exceção dos filhos, apresentaram maior ISA, sendo a diferença entre os grupos significativa a 5%. Adicionalmente, para aqueles que responderam ter filhos, a mediana do grupo indica maior satisfação e comprometimento com a carreira contábil em comparação aos que não possuem filhos, ao nível de 10% de significância.

Estes dois últimos resultados, em conjunto, podem indicar uma especificidade associada aos estudantes “não tradicionais” (Durso, 2020). Para esses indivíduos, a realização do ensino superior pode ser ainda mais desafiadora, pois, além das demandas acadêmicas, eles costumam apresentar compromissos financeiros e familiares que aumentam o estresse e as adversidades do dia a dia. Ainda assim, para os discentes “não tradicionais”, a oportunidade de cursar o ensino superior pode ser especialmente significativa, promovendo maior satisfação e comprometimento com o curso e a carreira escolhidos.

Outro grupo que apontou diferença estatisticamente significativa para o índice de estresse e adversidade foi o de cor/raça. De acordo com as médias identificadas, discentes negros apresentaram maior ISA em relação a alunos não negros, com significância estatística ao nível de 10%. O estudo de Knop (2020) mostra que alunos negros têm se mostrado mais resilientes durante a graduação, ou seja, eles tendem a vivenciar mais situações de estresse e adversidade, mas conseguem se adaptar positivamente ao ambiente.

Com relação ao ano de ingresso, o teste indicou que há uma diferença estatisticamente significativa entre aqueles alunos que ingressaram no curso de Ciências Contábeis até o ano de 2022 (fim do curso), em relação àqueles que entraram a partir de 2023 (início do curso). Analisando os resultados encontrados, é possível perceber que os estudantes que começaram o curso antes de 2022, isto é, estão nos períodos finais da graduação, apresentam, em média, maior ISA, sendo a diferença estatisticamente significativa a 1%. Esse resultado pode indicar que a carga de estresse e adversidade dos discentes tende a se acumular ao longo do curso, em linha com o que observaram Durso et al. (2021).



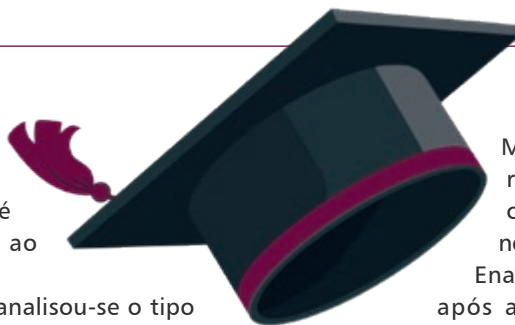
No que diz respeito aos estudantes que dividiram seu tempo entre trabalho e estudo, houve diferença estatisticamente significativa tanto para aqueles que trabalhavam antes de iniciar a graduação quanto para aqueles que estudaram e trabalharam conjuntamente. Ao observar aqueles alunos que já trabalhavam antes de ingressarem no curso de Ciências Contábeis, é possível perceber que a mediana do grupo indicou maior satisfação e comprometimento com a carreira contábil, com significância estatística a 10%. Em contrapartida, aqueles que estudaram e trabalharam ao mesmo tempo apresentaram, em média, mais situações de estresse e adversidade. Nesse contexto, a diferença em relação àqueles que não trabalharam e

estudaram concomitantemente é significativa ao nível de 5%.

Por fim, analisou-se o tipo de instituição de ensino superior em que os alunos cursam a graduação em Ciências Contábeis. O teste paramétrico indicou que há diferença estatística entre os alunos que estudam em IES pública e aqueles que estudam em IES privadas. Segundo as médias encontradas, é possível perceber que os estudantes de instituições públicas apresentam, em média, maior ISA, considerando o nível de 5% de significância estatística. De acordo com Mont'Alvão (2015), as universidades públicas possuem maior prestígio, atraem os melhores estudantes e, por isso, são mais seletivas em seus processos de admissão. Assim, é possível inferir que, de modo análogo ao processo de admissão, a exigência inerente à graduação em instituições públicas é alta, justificando que seus discentes indiquem vivenciar mais momentos de dificuldade e adversidades.

5 Considerações Finais

O objetivo deste estudo foi identificar as características individuais de estudantes de Ciências Contábeis associadas ao processo de resiliência acadêmica. Para isso, foi utilizado um questionário, dividido em três partes, para identificar possíveis fontes de estresse e adversidade, verificar a satisfação e comprometimento com a carreira contábil e analisar as características socioeconômicas e demográficas da amostra. O questionário, construído com base no *framework* do Modelo de Resiliência acadêmica, foi encaminhado para alunos de Instituições de Ensino Superior, pública e privadas, da cidade de Belo Horizonte/



MG, considerando como critério a nota obtida no Enade de 2022, após a aprovação pelo Comitê de Ética.

Assim, foram selecionadas quatro instituições privadas e uma pública. A amostra final do estudo contou com 177 participantes – 131 alunos matriculados em IES pública e 46 estudantes de IES privadas. Conforme resultados encontrados no estudo, foi possível perceber que, de forma geral, alunos de universidades públicas atravessaram mais situações de estresse e adversidade ao longo da graduação, em comparação a alunos de instituições privadas. A partir das sentenças respondidas, foi possível perceber que a maior dificuldade enfrentada pelos alunos dos dois tipos de IES foi acompanhar as disciplinas, por causa da rotina fora do ambiente acadêmico. Por outro lado, analisando a satisfação e o comprometimento dos discentes, de uma forma geral, tanto os alunos matriculados em IES públicas quanto os de instituições privadas indicaram que estão contentes e dedicados com o curso e a carreira escolhidos.

A partir do teste t de Student (paramétrico) e Mann-Whitney (não paramétrico), foi possível verificar as diferenças estatisticamente significativas dentre os respondentes, considerando as suas características socioeconômicas e demográficas. A partir deste procedimento, foi possível inferir que alunos da amostra que possuem filhos, sem outros dependentes (exceto filhos) e que trabalhavam antes de iniciar a graduação estão mais satisfeitos e comprometidos com a carreira contábil do que aqueles sem filhos, com outros dependentes (exceto filhos) e que não trabalhavam antes de começar o curso.



“Os resultados encontrados pelo presente estudo contribuem para o entendimento das dificuldades inerentes ao ingresso no ensino superior e das estratégias utilizadas por alunos em seus respectivos processos de resiliência acadêmica.”

Além disso, com relação ao gênero, o estudo demonstrou que as mulheres participantes da pesquisa possuem maior ISC (satisfação e comprometimento) em relação aos pares do gênero masculino. Para o ISA (estresse e adversidade), pôde-se perceber que alunos negros e não solteiros, com outros dependentes (exceto filhos) e matriculados em IES públicas, que trabalharam e estudaram conjuntamente e que ingressaram no curso de Ciências Contábeis até o ano de 2022 vivenciaram mais situações de estresse e adversidade, em comparação com seus pares pertencentes às outras características de seus respectivos grupos.

Os resultados encontrados pelo presente estudo contribuem para o entendimento das dificuldades inerentes ao ingresso no ensino superior e das estratégias utilizadas por alunos em seus respectivos processos de resiliência acadêmica. De modo semelhante, conseguir atravessar essas situações possibilita que o estudante chegue cada vez mais perto de concluir o curso, realizados com sua escolha acadêmica e engajados em retornar o conhecimento adquirido para a sociedade, trabalhando de forma a per-



petuar a importância e o prestígio da profissão contábil. Além disso, os achados dessa investigação servem como estímulo a novas pesquisas que se dediquem a entender e a estimular os processos de resiliência dos estudantes, o que ainda é pouco abordado pela literatura, principalmente na formação contábil.

Como limitações da pesquisa, é possível citar a restrição da amos-

tra, tanto pela cidade-foco da investigação quanto pelo balizador das IES selecionadas, fazendo com que os resultados deixem de refletir a diversidade educacional e regional proporcionada por diferentes contextos. No que concerne à abordagem utilizada, apesar de o método quantitativo proporcionar mais segurança em relação à subjetividade das interpretações, a abordagem pode, por vezes, não capturar toda a profundidade e complexidade das experiências e vivências dos indivíduos analisados. Outro ponto diz respeito à heterogeneidade do ingresso dos sujeitos da pesquisa nas respectivas instituições, já que a amostra é composta de alunos em diversos estágios da graduação.

Sendo assim, como sugestões para pesquisas futuras, aconselha-se a ampliação da amostra, principalmente considerando outras cidades e estados, além de uma mescla entre as abordagens qualitativa e quantitativa, considerando a realização de entrevistas em complemento à *survey*. Sugere-se, ainda, a realização de pesquisas longitudinais sobre a temática, que possibilitem identificar, para uma mesma coorte, os fatores ambientais que interferem na resiliência dos estudantes.



Referências

- Alkaissi, A., Said, N. B., Qadous, S., Alkony, M., & Almahmooud, O. (2022). Resilience among undergraduate nursing students: Findings of the first cross-sectional study in Palestine. *BMC Nursing*, 22, 148.
- Brewer, M. L., van Kessel, G., Sanderson, B., Naumann, F., Lane, M., Reubenson, A., & Carter, A. (2019). Resilience in higher education students: A scoping review. *Higher Education Research & Development*, 38(6), 1105–1120.
- Durso, S. de O. (2020). *Mais do que concluir, triunfar: análise da resiliência na trajetória de graduandos em Contabilidade* [Tese de Doutorado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo]. Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Durso, S. de O., & Afonso, L. E. (2021). Análise das características individuais associadas com a resiliência de discentes de contabilidade. *Anais do 21º USP International Conference in Accounting*.
- Durso, S. de O., Afonso, L. E., & Beltman, S. (2021). Resilience in higher education: A conceptual model and its empirical analysis. *Education Policy Analysis Archives*, 29, 156.
- Ebersöhn, L. (2012). Adding ‘flock’ to ‘fight and flight’: A honeycomb of resilience where supply of relationships meets demand for support. *Journal of Psychology in Africa*, 22(1), 29–42.
- Haveroth, J., Ganz, A. C. S., Bilk, Â., & Silva, M. Z. da. (2019). Relação entre lócus de controle e resiliência de acordo com as características sociais dos estudantes de Contabilidade. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 13(1), 110-131.
- Holdsworth, S., Turner, M., & Scott-Young, C. M. (2018). Not drowning, waving. Resilience and university: a student perspective. *Studies in Higher Education*, 43(11), 1837–1853.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (2024). *População estimada do país chega a 212,6 milhões de habitantes em 2024*. Recuperado de: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41111-populacao-estimada-do-pais-chega-a-212-6-milhoes-de-habitantes-em-2024>
- Knop, M. (2020). *Retenção e resiliência no ensino superior brasileiro: determinantes das chances de conclusão* [Tese de doutorado em Sociologia, Universidade de Brasília]. Brasília, Brasil: Universidade de Brasília.
- Meyer, D. E. Estermann, Mello, D. F. de, Valadão, M. M., & Ayres, J. R. de C. Mesquita. (2006). Você aprende. A gente ensina?: interrogando relações entre educação e saúde desde a perspectiva da vulnerabilidade. *Cadernos de Saúde Pública*, 22, 1335–1342.
- Ministério da Educação. (2024). *Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior*. Recuperado de: <https://emec.mec.gov.br/>
- Mont’Alvão, A. (2015). Diferenciação institucional e desigualdades no ensino superior. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 30, 129–143.
- Moroco, J., & Garcia-Marques, T. (2006). Qual a fiabilidade do alfa de Cronbach? Questões antigas e soluções modernas? *Laboratório de Psicologia*, 4(1), 65–90.
- Ranking Universitário Folha - RUF. (2024). *Ranking Universitário Folha* (RUF). Recuperado de: <https://ruf.folha.uol.com.br/2024/>
- Richardson, R. J. (1999). *Pesquisa social: métodos e técnicas* (3ª ed.). Atlas.
- Rosendo, L. dos S., Meireles, A. L., & Cardoso, C. S. (2022). Relação entre perfil, hábitos, vivências acadêmicas e resiliência de universitários. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 42, e242788.
- Santos, E. A. dos, & Almeida, L. B. de. (2018). Seguir ou não carreira na área de contabilidade: um estudo sob o enfoque da Teoria do Comportamento Planejado. *Revista Contabilidade & Finanças*, 29, 114–128.

Silva, K. M. N., & D'Angelo, M. J. (2022). O papel da resiliência na relação entre o estresse e a satisfação no trabalho. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, 21(2), 373–398.

Simons, J., Beaumont, K., & Holland, L. (2018). What factors promote student resilience on a level 1 distance learning module? *Open Learning: The Journal of Open, Distance and e-Learning*, 33(1), 4–17.

Taboada, N. G., Legal, E. J., & Machado, N. (2006). Resiliência: Em busca de um conceito. *Journal of Human Growth and Development*, 16(3), 104–113.

Vergara, S. C. (2006). *Projetos e relatórios de pesquisa*. São Paulo: Atlas.

Vieira, T. de C. R., Silva, R. M. da, Martins, K. M. Marques, Ferreira, M. V. R., & Neves, W. C. (2022). Associação entre nível de estresse acadêmico e resiliência em estudantes da área de saúde. *Revista de Divulgação Científica Sena Aires*, 11(3), 407–416.

Wagnild, G. M., & Young, H. M. (1993). Development and psychometric evaluation of the Resilience Scale. *Journal of Nursing Measurement*, 1(2), 165–178.





A influência das gerações Baby Boomers, X, Y e Z na percepção e adoção da Inteligência Artificial pelos profissionais da contabilidade do Estado de Mato Grosso

Este estudo tem como objetivo analisar a influência dos perfis geracionais na percepção dos profissionais da contabilidade do Estado de Mato Grosso quanto à adoção da Inteligência Artificial (IA) e as transformações promovidas nos serviços contábeis. A metodologia aplicada caracteriza-se por uma abordagem quantitativa, utilizando um questionário estruturado com escala Likert para a coleta de dados. O instrumento foi enviado e respondido por 71 profissionais da contabilidade atuantes em diversas regiões do Estado de Mato Grosso, abrangendo setores como contábil, fiscal e de recursos humanos. A análise dos dados foi realizada por meio de estatística descritiva, análise fatorial exploratória e regressão múltipla, permitindo identificar padrões geracionais que impactam a aceitação e a percepção da IA no contexto contábil. Os resultados deste estudo podem contribuir para a formulação de estratégias eficazes por parte das empresas contábeis, auxiliando na implementação da IA de forma mais assertiva e adaptada às particularidades de cada geração. Além disso, a pesquisa proporciona uma visão mais aprofundada sobre os desafios e oportunidades que surgem com a transformação digital no setor contábil, destacando a necessidade de capacitação contínua para garantir a eficiência e competitividade dos profissionais da área.

Lethicia Madalena Chiodi

Bacharelada em Ciências Contábeis na Unemat, é analista contábil na MT Assessoria Contábil, em Nova Mutum/MT, tem experiência nas áreas contábil e fiscal-tributária e é pós-graduanda em Direito, Contabilidade e Tributação do Agronegócio. Teve artigo selecionado e premiado no 22º Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade.

E-mail: lethiciamchiodi@gmail.com

Jusceliany Rodrigues Leonel Correa

Contadora desde 1999, é docente na Unemat e conselheira na Sefaz-MT. É doutora em Ciências Contábeis e Administração (Fucape), com mestrado e especializações na área. Atua em pesquisas sobre ESG, tributação, finanças e sustentabilidade, com publicações em periódicos Qualis e premiação internacional pela Fama Investimentos (B3).

E-mail: jusceliany.correa@unemat.br

Laercio Juarez Melz

Professor de Contabilidade na Unemat desde 2004, é doutor em Administração pela UFSM (2016), mestre em Engenharia de Produção pela UFSCar (2010), especialista em Finanças e Gestão Empresarial pela Unemat (2005) e graduado em Ciências Contábeis por esta mesma instituição (2003). Possui ampla experiência no ensino superior e ministra disciplinas de Contabilidade de Custos desde 2004.

E-mail: laercio@unemat.br

Maysa Oliveira de Melo Antonio

De 2010 a 2018, atuou nas áreas de contabilidade fiscal e recursos humanos. Graduada em Ciências Contábeis, especialista em Auditoria e Controladoria e mestra em Ciências Contábeis pela Fucape Business School, é docente na Unemat, em Nova Mutum/MT, e empresária. Tem artigos publicados em revistas de Qualis e apresentou artigos em congressos, como Ad-Cont e Semead.

E-mail: maysa.oliveira@unemat.br

1 Introdução

A Contabilidade apresentou um avanço tecnológico no século XXI (Thamara, 2018), a partir das operações robotizadas, que trouxeram efeitos positivos nos resultados desse setor, aumentando a performance das entidades. Segundo Aguiar e Gouveia (2020), a expansão da transformação digital nas empresas tornou a tecnologia disruptiva para análise de informações pelo Big Data, Inteligência Artificial (IA) e Block Chain na virada deste século.

No entendimento de Nunes (2022), o sistema de IA foi desenvolvido para ser apto a representar a capacidade da inteligência humana, pela programação do sistema de software. Logo, ela oferece benefícios à plenitude dos humanos, ao disponibilizar recursos habilitados para executar atividades exaustivas e de riscos, proporcionando oportunidades para os profissionais realizarem uma gestão eficiente e analítica (Carvalho, 2021). Para tal, Bicca (2020) observa a valorização no meio empresarial pela implementação das atualizações tecnológicas, demonstrando resultados eficientes e claros nos dados das suas informações. Por esse prisma, os autores Staats e Macedo (2021) afirmam que a classe dos profissionais da contabilidade sofreu mudanças significativas nos seus meios de trabalho e comunicação pela evolução digital.

Manes (2020) relata, pautado nos seus achados empíricos, que a contabilidade digital tem o propósito de otimizar a prestação de serviços contábeis pela automação da IA. Na esfera da Contabilidade, as referências do avanço da IA são capazes de contribuir

no modo de reunir dados e tomar decisões mais precisas (Schwindt & Costa, 2021).

Com o desenvolvimento da tecnologia da informação nos escritórios de contabilidade, surgiu uma apreensão dos profissionais da contabilidade em permanecerem à frente dos avanços da IA (Smith, 2018). Nesse contexto, o presente estudo traz como problemática o seguinte questionamento: **Qual é a percepção dos profissionais da contabilidade do Estado de Mato Grosso sobre a adoção da Inteligência Artificial (IA) e como os fatores geracionais (Baby Boomers, X, Y e Z) influenciam essas percepções?** Diante do problema apresentado, foi estabelecido como objetivo geral desta pesquisa analisar a percepção dos profissionais da contabilidade do Estado de Mato Grosso sobre a adoção da Inteligência Artificial (IA), considerando as diferenças geracionais entre Baby Boomers, Geração X, Y e Z.

Dessa forma, dentro do contexto das pesquisas realizadas no cenário brasileiro, o estudo de Gomes e Araújo (2022) traz como foco a percepção dos profissionais da contabilidade ativos em relação à prestação de serviços de consultoria, uma vez que os resultados apurados trouxeram diferentes indicadores nos perfis dos profissionais da contabilidade, bem como níveis de formação, familiaridade com ferramentas e regime de prestação de consultoria. Nesse âmbito, Oliveira (2017) ressalta que os profissionais da contabilidade enfrentam resistência às mudanças ocorridas no século XXI, devido aos desafios da implementação da tecnologia da informação.

Sob essa mesma ótica, o trabalho de Xavier, Carraro e Rodrigues (2020) aborda a Indústria 4.0 e os avanços tecnológicos na área contábil. Com base nisso, os autores identificaram a resistência entre os profissionais da contabilidade em adotar tecnologia nos serviços operacionais, especialmente entre os profissionais com menos de 35 anos de idade. Dessa maneira, a pesquisa se justifica pela ocorrência da rápida evolução da tecnologia, sobretudo no campo IA, que tem transformado significativamente diversos setores da economia, incluindo o setor contábil. Atualmente, a contabilidade, em conjunto com a sociedade, tem apresentado constante desenvolvimento, devido às mudanças ocorridas nas últimas décadas nos âmbitos econômicos, políticos e tecnológicos (Schmidt; Gass, 2018).

A esse respeito, no ponto de vista de Duarte (2020), a referida contabilidade permite que os profissionais da contabilidade atuem de forma consultiva nas empresas, contribuindo, assim, de forma assertiva para o crescimento dos clientes. No estudo de Gomes e Araújo (2022), a consultoria contábil é um modelo de integração de amplitude dos serviços prestados pelos contadores, viabilizando uma administração eficaz e estratégica.

Este estudo contribui para a literatura acadêmica ao fornecer informações sobre a conduta entre gerações, tecnologia e contabilidade. A relevância deste estudo reside no seu potencial para guiar as práticas de gestão da mudança e facilitar a implementação eficiente de novas tecnologias. Compreender as atitudes e expectativas específicas de cada geração fortalece a capacidade da empresa de adotar inovações tecnológicas de forma eficaz, mas também melhora a eficiência operacional e a competitividade no mercado atual.



“Este estudo contribui para a literatura acadêmica ao fornecer informações sobre a conduta entre gerações, tecnologia e contabilidade. A relevância deste estudo reside no seu potencial para guiar as práticas de gestão da mudança e facilitar a implementação eficiente de novas tecnologias.”

Este artigo está organizado em cinco seções principais. A primeira seção apresenta a introdução, na qual são definidos os objetivos da pesquisa e é formulada a questão central relacionada à percepção dos profissionais da contabilidade do Estado de Mato Grosso sobre a adoção da Inteligência Artificial (IA) e a influência dos fatores geracionais. A segunda seção aborda o referencial teórico, explorando conceitos importantes sobre a aplicação da IA na contabilidade. Na terceira seção, é descrita detalhadamente a metodologia aplicada para alcançar os resultados esperados. A quarta seção traz a análise dos dados coletados, acompanhada de explicações dos resultados obtidos ao longo do estudo. Finalmente, a quinta e última seção oferece uma conclusão abrangente, que resume os principais pontos destacados no decorrer do trabalho.

2 Fundamentação Teórica

2.1 Contabilidade 4.0 e Inteligência Artificial

O termo 4.0 surgiu a partir dos resultados promovidos pela quarta Revolução Industrial, decorrentes de fatores de evolução da capacidade de dados, computação, conexões e pela inovação de dados digitais (Souza &

Gasparetto, 2018). Os pilares que baseiam o termo da indústria 4.0 na virada do século são: a internet das coisas (IoT), inteligência artificial (IA), os sistemas ciberfísicos e *big data* (Durante, 2022).

O software Artificial Intelligence, conhecido também como Inteligência Artificial, foi gerado para promover as condutas da mente humana, tais como pensar, aprender e realizar resolução de problemas (Schwindt, 2020). Nos anos de 1956, o cientista John McCarthy iniciou o desenvolvimento da IA sendo considerado o fundador das programações dos sistemas (Pauleski, 2023).

A globalização ocorrida nesse período proporcionou a expansão da IA pelo mundo, gerando a implementação do uso de software no cotidiano das empresas (Rech; Petri, 2021). Sob a perspectiva das novas adaptações e das atividades econômicas geradas a partir dos progressos tecnológicos, manifestaram-se novas práticas comerciais a partir de produtos e serviços inteligentes, gerando novos modelos de negócios inovadores (Campos, 2019).

Em relação à expansão tecnológica e aos avanços da indústria, surgiram também as modificações no cotidiano dos profissionais (Hatae, 2021). Logo, pode-se observar que



o surgimento das tecnologias transformou a qualidade do trabalho e o modo de vida das pessoas (Desoutter Industrial Tools, 2021). Assim, durante o processo de evolução comercial, iniciou-se a aplicação da IA em numerosas áreas profissionais, com o objetivo de avançar quanto ao desempenho dos profissionais nas suas funções (Santos, 2021).

Nessa perspectiva de análise, com os avanços digitais aplicados na área contábil, iniciou-se o período da contabilidade 4.0, que surgiu para proporcionar aos profissionais do mercado de trabalho maior eficácia na produtividade e aumento de qualidade dos serviços realizados (Schultz, 2020). Conforme destacado por Fernandes e Nico (2020), a revolução tecnológica possibilitou à Contabilidade a evolução dos serviços prestados pelo auxílio de softwares de sistemas gerenciais, pela integração das informações, proporcionando eficiência nas análises dos resultados e tomada de decisões.

Com a aplicação da IA nos escritórios de contabilidade, surgiu a possibilidade de eficiência no processo de análise de dados e informações, contribuindo, dessa forma, para a realização de diagnósticos gerenciais detalhados e claros aos contadores e aos gestores das empresas (Smith; Jones, 2020). Para tal, nota-se também a otimização dos processos operacionais pelas informações tecnológicas nas organizações, refletindo no desempenho das atividades de administração do patrimônio das entidades (Dias, 2020).

É relevante ressaltar, ainda, que o surgimento da IA na execução das atividades operacionais se tornou essencial e considerável aos contadores (Heberle & König, 2023). De modo geral, a implementação dos softwares de IA proporcionaram aos profissionais da contabilidade a oportunidade de inovação digital nos processos, ocasionando maior agilidade nos serviços executados (Schwindt, 2020).



Dessa maneira, os sistemas tecnológicos aplicados na operação das atividades contábeis disponibilizaram o desenvolvimento na comunicação e na efetividade dos atendimentos realizados pelos profissionais (Nader, 2020). Conforme afirmado por Rocha (2018), a aplicabilidade da contabilidade consultiva é uma forma eficiente de executar os serviços ofertados na área, uma vez que a era tecnológica e social contribui para tal diferencial no mercado de trabalho. Os contadores passaram a agir como consultores ao executarem análises das informações mais precisas, amparando os seus clientes para obterem melhores resultados (Nery, 2018).

De acordo com Costa (2022), a contabilidade consultiva é capaz de contribuir com os empreendedores, apresentando conhecimentos pertinentes e confiáveis. Por fim, Gularte (2021) conclui que o objetivo da contabilidade 4.0, ao utilizar a internet e suas ferramentas

tecnológicas, é oferecer soluções ágeis e seguras, as quais levarão à satisfação das organizações.

2.2 Perfis das gerações e o clima organizacional

No atual mercado de trabalho, são destacadas quatro gerações, sendo classificadas como: Baby Bommers (1946 e 1964), Geração X (1965 a 1980), Millenium ou Geração Y (1981 a 1997) e Geração Z (a partir dos anos de 1998), (Bejtkovský, 2016). As diferenças nos perfis comportamentais das gerações são influenciadas pelo contexto histórico e social em que cresceram, sendo incluídos os aspectos sociais, históricos, tecnológicos e políticos (Granato, 2023; Zaninelli et al., 2022).

Na Tabela 1, nota-se que as diferentes concepções no atual mercado de trabalho são ocasionadas pelo fato de cada indivíduo ter se desenvolvido em épocas diferentes, gerando maneiras distintas de valores e perspectiva do mundo (Glass, 2007). Essas gerações apresentam comportamentos distintos, o que pode influenciar a dinâmica organizacional.

Tabela 1 – Características Comportamentais das Gerações

Características	Baby Boomers	Geração X	Geração Y	Geração Z
Traços	Direcionados por grupo	Confia em si	Direcionados por Feedback	Direcionamento Global
	Animados	Negativos	Orientação pela comunidade	Pragmáticos e progressivos
	Formais	Informais	Verdadeiro	
Objetivo de Carreira	Estabilidade	Equilíbrio na vida profissional e pessoal	Empreender	Trabalho Durável
	Estrutura Clara	Horário Flexível	Instruções Claras	
	Relutantes às mudanças	Poucas mudanças	Mudanças Constantes	
Comunicação e tecnologia	Telefone	E-mail	E-mail	Mensagens de texto
	Fax	Mensagens de texto	Mensagens de texto	Mídias Sociais
	E-mail	Início de utilização da internet e de computadores na fase da adolescência	Início era digital	Cresceram com dispositivos móveis e internet
	Início de uso de computadores na fase adulta		Cresceram com a internet e computadores	
Pontos Fortes no Trabalho	Trabalho em equipe	Não limitados pela estrutura	Ansiosos por causar impacto no mundo	Independentes
	Disposição para esforços	Adaptáveis às mudanças		Valorização do crescimento
Pontos Fracos no Trabalho	Dificuldade para lidar com conflitos e pensar fora da caixa	Pouco investimento pessoal no trabalho	Necessidade de supervisão e de validação	Baixa capacidade de concentração
		Rejeição da estrutura e das regras	Falta experiência	Falta experiência

Fonte: adaptado de Grubb (2018)

“Com a aplicação da IA nos escritórios de contabilidade, surgiu a possibilidade de eficiência no processo de análise de dados e informações, contribuindo, dessa forma, para a realização de diagnósticos gerenciais detalhados e claros aos contadores e aos gestores das empresas (Smith; Jones, 2020).”

Johann (2013) aponta que o ambiente organizacional é impactado pelas relações interpessoais. Assim, as ações de liderança nas empresas podem direcionar o comportamento dos colaboradores para a consolidação da estrutura organizacional (McClelland, 1972).

Pelos avanços das organizações no decorrer do século, é notória a relevância de compreender as necessidades e expectativas dos indivíduos de diferentes gerações em relação ao mercado de trabalho atual, devido ao impacto no comportamento direto na estrutura da empresa (Lancaster & Stillman, 2011). Dessa maneira, pela compreensão das características e comportamentos individuais de cada geração, é possível realizar relacionamentos e trabalhos de maneira propícia para cada objetivo (Tani, 2022).

3 Metodologia

Nesta pesquisa, foi utilizada a escala Likert de 5 pontos, considerada uma estrutura de mensuração de atitudes em um sistema de cinco categorias de respostas, que variam de concordo totalmente discordo totalmente (Edmondson, 2005). Os métodos quantitativos utilizados na pesquisa incluíram a

Tabela 2 – Análises Quantitativas Aplicadas		
Análises	Descrição	Fonte
Estatística descritiva	São conjuntos de amostras, com objetivo de analisar as características dos dados de forma resumida.	Oliveira (2011)
Análise de Correlação	Método de análise de duas variáveis quantitativas, a fim de identificar, no conjunto de dados, se a variável é monatômica, linear ou normal.	Miot (2018)
Análise Fatorial	Técnica de descrição dos dados em menor número de variáveis, tornando os dados mais interpretáveis.	Figueiredo Filho, Silva Junior (2010)

análise de dados a partir de técnicas de estatística descritiva, análise de correlação e análise fatorial. As características dessas análises de dados estão detalhadas na Tabela 2.

O processamento técnico utilizado foi o levantamento ou *survey*. Segundo Babbie (2015), o método *survey* permite a realização de apenas uma amostragem de público para a obtenção de informações de uma amostra própria, que possibilita compreender a visibilidade dessa população.

3.1 Abordagem metodológica

A metodologia adotada neste estudo é de abordagem primária. Os profissionais da contabilidade responderam a um questionário via Google Forms, com a coleta de dados estimada para ocorrer em um mês, em corte transversal. A pesquisa é descritiva e explora-

tória, visando examinar a percepção dos profissionais da contabilidade. Segundo Prodan e Freitas (2013), a pesquisa descritiva busca observar e registrar as características e ações de um grupo social pela aplicação de formulários.

3.2 População e amostra

A população-alvo deste estudo consistiu em profissionais da contabilidade que atuam em escritórios de contabilidade no Estado de Mato Grosso, abrangendo as áreas contábil, tributária, fiscal, de recursos humanos e financeira. Esse grupo foi escolhido devido à relevância das suas funções para o contexto da adoção de novas tecnologias, como a Inteligência Artificial (IA), nas atividades contábeis.



Para garantir uma representatividade adequada dentro desse universo, foi selecionada uma amostra de 71 profissionais, distribuídos por diferentes regiões do Estado de Mato Grosso. A amostra foi definida por conveniência, levando em consideração a acessibilidade aos participantes e o perfil profissional relevante ao objetivo do estudo. Esse número foi considerado suficiente para captar variações nas percepções de profissionais da contabilidade pertencentes a diferentes gerações (Baby Boomers, Geração X, Geração Y e Geração Z), permitindo uma análise comparativa entre esses grupos.

A escolha da amostra teve como base critérios como a atuação direta em serviços contábeis e o uso de tecnologias no ambiente de trabalho. Além disso, foram consideradas as diferentes faixas etárias e experiências profissionais, a fim de explorar como fatores geracionais podem influenciar a percepção sobre a adoção da IA nas atividades contábeis.

A pesquisa foi realizada no Estado de Mato Grosso, envolvendo 43,7% de participantes do sexo masculino e 56,3% do sexo feminino. Além disso, constatou-se que 66,7% da amostra pertencia ao Município de Nova Mutum.

3.3 Coleta de dados

O estudo foi direcionado a profissionais atuantes em escritórios de contabilidade, abrangendo as áreas contábil, tributária, fiscal, de recursos humanos e financeira. Para garantir a representatividade adequada, a amostra incluiu 71 profissionais de diferentes regiões do Estado de Mato Grosso.

As variáveis do estudo foram definidas para explorar a percepção dos profissionais da contabilidade sobre a adoção e as transformações introduzidas pela IA nos serviços contábeis. A coleta de dados foi realizada entre os dias 9 de setembro de 2024 e 9 de outubro de 2024, sendo utiliza-

das perguntas estruturadas, utilizando a escala Likert para medir opiniões e experiências de forma quantitativa. Essa abordagem permitiu uma análise detalhada do grau de adesão à IA e das mudanças resultantes em diferentes aspectos do trabalho contábil.

A coleta de dados foi conduzida por ferramentas sociais, como o WhatsApp e o e-mail, com o objetivo de divulgar a pesquisa e colher as respostas dos participantes. Para acessar os dados de contato dos profissionais, foram realizadas buscas por profissionais do setor e empresas nas redes sociais. Essa fase consistiu em uma busca ativa e na obtenção direta dos contatos dos profissionais que se enquadravam nos critérios estabelecidos para a pesquisa.

O envio de Requerimento de Autorização visou a proteção das informações dos dados da empresa, consoante à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei n.º 13.709, de 2018, juntamente com a carta de apresentação e o [link](#) para o acesso ao questionário.



3.4 Análise de dados

Na pesquisa foi desenvolvida a Análise Fatorial Exploratória (AFE), usada para reduzir a dimensão das variáveis V04 a V05. As análises multivariadas são técnicas estatísticas que permitem uma avaliação mais aprofundada das variáveis em pesquisas quantitativas (Neisse; Hongyu, 2016). Dessa maneira, o objetivo da AFE é buscar estudar as correlações entre as variáveis medidas, agrupando-as em fatores.

Na Tabela 3 são apresentadas as variáveis utilizadas para a análise fatorial exploratória. Na primeira coluna, são evidenciadas as variáveis utilizadas no software de processamento de dados. Na segunda coluna, são demonstradas as questões que originaram as variáveis e, por fim, na terceira são exibidas as escalas de cada variável.

As estatísticas descritivas utilizadas na pesquisa foram moda, desvio-padrão e *média aritmética*. Essas três medidas permitem uma compreensão mais aprofundada dos dados, ao descrever a tendência central, a frequência de valores recorrentes e a variabilidade dos resultados.

4 Resultados e Discussão

4.1 Estatística descritiva da amostra

Neste tópico é tratada a estatística descritiva da amostra utilizada na pesquisa, com o objetivo de caracterizar o perfil dos respondentes e analisar as variáveis envolvidas. A amostra é composta por 71 profissionais da contabilidade atuantes no Estado de Mato Grosso, abrangendo diferentes gerações com base nos fatores demográficos e profissionais. A Tabela 4, a seguir, apresenta um resumo das estatísticas descritivas para as variáveis relevantes da pesquisa.

Tabela 3 – Variáveis

Tabela 3 – Variáveis		
Variável	Variáveis Dependentes	Respostas
	Questão	
V_01	Em qual município você trabalha?	Lista de Municípios de Mato Grosso
V_02	Faço o uso de inteligência artificial no meu dia a dia.	1= nunca 5= todos os dias
V_03	Sou formado (a) em Ciências Contábeis:	0= não 1=Sim
Variável	Variáveis Independentes	Respostas
	Questão	
V_04	No meu trabalho, tenho acesso, por meio da internet, aos serviços de inteligência artificial.	1= discordo totalmente 5= concordo totalmente
V_05	No meu trabalho ou no meu celular, tenho acesso, por meio da internet, a serviços de comunicações.	1= discordo totalmente 5= concordo totalmente
V_06	Mantenho-me atualizado quanto às novidades tecnológicas no âmbito profissional.	1= discordo totalmente 5= concordo totalmente
V_07	Possuo dificuldade no uso das tecnologias na execução do trabalho.	1= discordo totalmente 5= concordo totalmente
V_08	Tenho alto nível de estresse diante das inovações, mudanças e experimentos tecnológicos.	1= discordo totalmente 5= concordo totalmente
V_09	Tenho uma vida estruturada e com poucas mudanças culturais devido à tecnologia da informação.	1= discordo totalmente 5= concordo totalmente
V_10	A unidade de negócio em que atuo valoriza pessoas com experiências e habilidade.	1= discordo totalmente 5= concordo totalmente
V_11	A unidade de negócio em que atuo encoraja todos os funcionários a gerarem soluções e alternativas dos problemas ao máximo possível.	1= discordo totalmente 5= concordo totalmente
V_12	No meu trabalho, conheço pessoas importantes e estou bem conectado a elas.	1= discordo totalmente 5= concordo totalmente
Variável	Variáveis Independentes	Respostas
	Questão	
V_13	Minhas redes de relacionamento me auxiliam na compreensão da inteligência artificial.	1= discordo totalmente 5= concordo totalmente
V_14	A empresa busca novas tecnologias no mercado, a fim de facilitar e otimizar as atividades.	1= discordo totalmente 5= concordo totalmente
V_15	A empresa proporciona treinamentos para o uso de novas tecnologias.	1= discordo totalmente 5= concordo totalmente
Variáveis Controle		
Sexo	Sexo:	0= masculino, 1=feminino
Idade	Idade (anos completos):	Aberta
Escolaridade	Qual é o seu grau de escolaridade (concluída)?	
Escolaridade_3	Escolaridade_3	1. Educação Básica: 2. Graduação: 3. Pós-graduação:
Área	Qual é a sua área de atuação?	
s_contabil	Setor contábil	0= não, 1= sim
s_gerencial	Setor gerencial, sócios	0= não, 1=Sim
s_fiscal_trib	Setor fiscal e tributário	0= não, 1=Sim
Tempo	Qual é o seu tempo de atividade profissional (em anos completos)?	Aberta
Conhece_ger	Conhece as denominações: Geração baby boomers, Geração X, Geração Y ou Millennials, Geração Z?	1= não conheço nenhuma 2= conheço algumas 3= conheço todas
Geracao_1	Geração conforme a idade	1. Geração Silenciosa: 79 a 96 anos 2. Baby Boomers: 60 a 78 anos 3. Geração X: 44 a 59 anos 4. Geração Y (Millennials): 28 a 43 anos 5. Geração Z: 12 a 27 anos 6. Geração Alfa: 0 a 11 anos
Geração	Caso a sua resposta seja afirmativa para a o item anterior, em qual geração você se encaixa?	1. Geração Silenciosa: 79 a 96 anos 2. Baby Boomers: 60 a 78 anos 3. Geração X: 44 a 59 anos 4. Geração Y (Millennials): 28 a 43 anos 5. Geração Z: 12 a 27 anos 6. Geração Alfa: 0 a 11 anos

Fonte: adaptação de Xavier, Carraro e Rodrigues (2020), Correa (2018)

A Tabela 4 evidencia que a moda para a variável sexo é 1.0000, indicando uma predominância de participantes do sexo masculino. A média para a variável escolaridade foi de 2.3662, com maior concentração no nível de escolaridade superior (3.0000). As variáveis relacionadas aos setores de atuação dos respondentes mostram que o setor gerencial é o mais representado, com uma média de 0.6761.

Os dados também revelam que a maioria dos participantes possui algum nível de conhecimento em gestão, com a moda de 2.0000 para a variável conhecimento sobre as gerações. A variável geração_1, que avalia a percepção de IA no gerenciamento contábil, apresentou uma média de 4.1127, sugerindo uma tendência positiva em relação à adoção da tecnologia.

A idade média dos participantes é de 33.97 anos, com um desvio-padrão de 11.07, o que demonstra uma ampla variação na faixa etária da amostra. Em relação ao tempo de experiência profissional, a média foi de 10.78 anos, também com significativa variação, refletida no desvio-padrão de 9.44.

O método de análise descritiva retrata informações sobre os dados coletados, analisando as características de dois ou mais conjuntos de variáveis (Reis; Reis, 2002). Essas informações indicam, na Tabela 4, que os respondentes apresentam uma variação considerável em termos

de experiência profissional e idade, o que pode impactar a percepção e a aceitação da Inteligência Artificial nas práticas contábeis.

Profissionais mais jovens e com menos tempo de experiência tendem a ter uma visão mais favorável

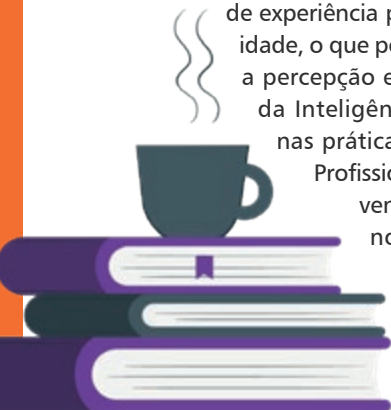


Tabela 4 – Estatística Descritiva					
Variável	Validos	Ausentes	Moda	Média	Desvio Padrão
Sexo	71	0	10.000	0.5634	0.4995
Escolaridade_3	71	0	30.000	23.662	0.6812
Setor Contábil	71	0	0.0000	0.1690	0.3774
Setor Gerencial	71	0	10.000	0.6761	0.4713
Setor Fiscal	71	0	0.0000	0.2958	0.4596
Conhece Geração	71	0	20.000	22.676	0.6537
Geração_1	71	0	40.000	41.127	0.7847
Idade	71	0	22.000	39.718	11.725
Tempo	70	1	30.000	107.857	94.469

em relação à IA, enquanto os mais experientes demonstram maior cautela, o que pode ser explicado pelas diferenças geracionais.

4.2 Análise Fatorial Exploratória da Escala

A Análise Fatorial Exploratória (AFE) foi realizada com o objetivo de identificar os fatores latentes subjacentes às variáveis utilizadas na pesquisa. A AFE é uma técnica estatística multivariada, que visa reduzir a dimensionalidade dos dados, agrupando variáveis correlacionadas em fatores, de modo a facilitar a interpretação e a compreensão das relações entre os itens da escala. A análise multivariada consiste em um conjunto de técnicas estatísticas que facilita a avaliação e a compreensão de dados quantitativos com um grande número de variáveis, proporcionando uma interpretação simplificada (Neisse; Hongyu, 2016).

Logo, antes de proceder com a AFE, foi necessário verificar a adequação da amostra pelo teste de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) e do teste de Esfericidade de Bartlett. No teste aplicado, a métrica que varia de 0 a 1 indica a proporção da variância das variáveis explicada pelos fatores ou traços latentes, considerando que quanto mais próximo esse valor estiver de 1, mais apropriados os dados estarão para o ajuste em uma Análise Fatorial. A Tabela 5 demonstra os resultados obtidos.

Field (2012) aponta que a maioria das entradas na matriz

Tabela 5 – Teste KMO	
Kaiser Meyer Olkin	MSA
MSA geral	0.8554
V04	0.8900
V05	0.8321
V06	0.9035
V10	0.8865
V11	0.8610
V12	0.9093
V13	0.8829
V14	0.7681
V15	0.8040

Tabela 6 – Teste Bartlett		
X²	gl	p
437.1349	36	2.1589×10-70

Fonte: elaborado pelos autores (2024).

deve ser superior a 0,3. Se algumas variáveis apresentarem várias correlações abaixo desse limite, elas podem ser consideradas para exclusão das análises. Air (2005) e Kaiser (1974) sugerem que um valor total do KMO de 0,5 é o mínimo aceitável, pois valores inferiores a esse indicam a necessidade de coletar mais dados ou reconsiderar quais variáveis devem ser incluídas. Desta forma, foram excluídas da pesquisa as variáveis V07, V08 e V09, por apresentarem MSA inferior a 0,5.

O valor de KMO final obtido foi de 0.8554, indicando que os dados são adequados para a realização da análise fatorial, uma vez que valores acima de 0.6 são considerados satisfatórios. O teste de esfericidade de Bartlett também foi significativo ($X^2 = 437.1349$, $gl = 36$, $p < 0.001$), confirmando que existe correlação suficiente entre as variáveis para justificar a aplicação da AFE.

A extração dos fatores foi realizada utilizando o método de componentes principais (Principal Component Analysis – PCA), com rotação Varimax, a fim de maximizar a variância explicada pelos fatores. Dois fatores principais foram extraídos com valores maiores que 1, explicando juntos 65.49% da variância total dos dados. Na Tabela 7, são apresentados os fatores extraídos, as suas respectivas cargas fatoriais e as variáveis que os compõem.

As cargas fatoriais indicam o grau de correlação entre cada variável e o fator a que está associada. As variáveis com cargas maiores que 0.5 foram consideradas relevantes para a formação dos fatores. A confiabilidade interna dos fatores foi avaliada pelo Alfa de Cronbach utilizado para determinar se as variantes dos questionários expressam a sua confiabilidade (Salomi *et al.*, 2005; Hora *et al.*, 2010). Na Tabela 8, serão demonstrados os resultados obtidos a partir das variantes.

O valor do Alfa de Cronbach foi de 0.90 para o primeiro fator e 0.92 para o segundo, indicando uma excelente consistência interna entre as variáveis que compõem cada fator. O Fator 1 está relacionado à Cultura de Inovação e Conexões Profissionais, enquanto o Fator 2 se refere à Adoção de Novas Tecnologias pela Empresa. Ambos os fatores mostram que a implementação de IA está as-

Tabela 8 – Matriz Com Rotação Varimax E Cargas Fatoriais

Código	Variável	Fator 1: Cultura de Inovação e Conexões Profissionais	Fator 2: Adoção de Novas Tecnologias pela Empresa
V11	A unidade de negócio em que atuo encoraja todos os funcionários a gerarem soluções e alternativas dos problemas ao máximo possível.	0.8253	
V04	No meu trabalho, tenho acesso, por meio da internet, aos serviços de inteligência artificial.	0.7237	
V10	A unidade de negócio em que atuo valoriza pessoas com experiências e habilidade.	0.7213	
V12	No meu trabalho, conheço pessoas importantes e estou bem conectado a elas.	0.6642	
V06	Mantenho-me atualizado quanto às novidades tecnológicas no âmbito profissional.	0.6488	
V05	No meu trabalho ou no meu celular, tenho acesso, por meio da internet, a serviços de comunicações.	0.6038	0.5601
V13	As minhas redes de relacionamento me auxiliam na compreensão da inteligência artificial.	0.5816	
V14	A empresa busca novas tecnologias no mercado, a fim de facilitar e otimizar as atividades.		0.967
V15	A empresa proporciona treinamentos para o uso de novas tecnologias.		0.778
	Alfa de Cronbach	0.90	0.92

sociada não apenas ao uso de novas tecnologias, mas também ao ambiente cultural e às relações profissionais no local de trabalho.

4.3 Estatística Descritiva das Variáveis da AFE

As estatísticas descritivas das variáveis resultantes da AFE também foram analisadas. A média e o desvio-padrão das variáveis indicam uma tendência geral na percepção da adoção da inteligência artificial entre as diferentes gerações. Os valores mínimo e máximo das variáveis também foram considerados para entender a amplitude das respostas. A Tabela 9, resume as principais métricas descritivas de cada variável, como média, moda, desvio-pa-

drão, além dos resultados do teste de normalidade de Shapiro-Wilk.

As variáveis analisadas na AFE apresentaram médias relativamente altas, indicando uma tendência positiva nas respostas relacionadas à aceitação da IA. A moda das variáveis V04, V05, V10, V11 e V14 foi 5.0000, o que reforça essa percepção favorável em relação à adoção da tecnologia.

A variabilidade dos dados, medida pelo desvio-padrão, também foi significativa. As variáveis V07 (2.2113 ± 1.0679) e V08 (2.0563 ± 1.0541) apresentam maior dispersão, sugerindo respostas mais heterogêneas em questões relacionadas ao impacto da IA em tarefas específicas.



Tabela 7 – Variância Média Explicada

	Autovalor	Soma das cargas ao quadrado	Variável proporcional	Variância Acumulada	Soma das cargas ao quadrado	Variável proporcional	Cumulativo
Fator 1	5.4507	5.1267	0.5696	0.5696	3.5017	0.3891	0.3891
Fator 2	1.0096	0.7672	0.0852	0.6549	2.3926	0.2658	0.6549

Os testes de Shapiro-Wilk foram aplicados para verificar a normalidade da distribuição das variáveis. Em todas as variáveis, o p-valor foi extremamente baixo ($p < 0.05$), indicando que os dados não seguem uma distribuição normal. Isso sugere a presença de assimetria ou curtose, fatores que precisam ser considerados na interpretação dos resultados da AFE e na modelagem subsequente.

A estatística descritiva das variáveis da AFE confirma a variabilidade das respostas em relação à adoção da IA pelos profissionais da contabilidade. As análises indicam que, embora haja uma tendência positiva nas percepções sobre a IA, há também uma dispersão considerável, especialmente em questões relacionadas ao impacto direto da tecnologia nas atividades contábeis.

4.4 Análise de Regressão

Para investigar a relação entre o Fator 1 e as variáveis independentes selecionadas (Sexo e o envolvimento em atividades fiscais – s_fiscal), foi realizada uma regressão linear múltipla. O objetivo dessa análise foi avaliar o quanto essas variáveis explicam as percepções sobre a adoção de Inteligência Artificial (IA) e o uso de novas tecnologias no ambiente de trabalho.

Além dos coeficientes, a Tabela 10 apresenta os valores de RRR, R^2 , R^2 ajustado, RMSE (raiz do erro médio quadrático), Critério de Informação de

Variável	Válidos	Ausentes	Moda	Média	Desvio-Padrão	Shapiro-Wilk	P-valor Shapiro-Wilk
V04	71	0	50.000	42.958	10.875	0.6525	1.1068×10 ⁻¹¹
V05	71	0	50.000	44.930	0.9392	0.5872	7.9713×10 ⁻¹³
V06	71	0	40.000	40.845	0.8577	0.8186	6.5973×10 ⁻⁸
V07	71	0	20.000	22.113	10.679	0.8645	1.7283×10 ⁻⁶
V08	71	0	10.000	20.563	10.541	0.8442	3.8088×10 ⁻⁷
V09	71	0	30.000	25.211	0.8596	0.8715	3.0057×10 ⁻⁶
V10	71	0	50.000	40.845	11.307	0.7437	8.2539×10 ⁻¹⁰
V11	71	0	50.000	41.268	10.681	0.7443	8.5345×10 ⁻¹⁰
V12	71	0	40.000	38.169	10.732	0.8603	1.2560×10 ⁻⁶
V13	71	0	40.000	37.183	0.9883	0.8794	5.7314×10 ⁻⁶
V14	71	0	50.000	42.535	11.048	0.6799	3.7058×10 ⁻¹¹
V15	71	0	40.000	40.000	11.588	0.7600	1.9834×10 ⁻⁹



Akaike (AIC), Critério de Informação Bayesiano (BIC) e a autocorrelação para os modelos analisados: o modelo nulo (M_0), sem variáveis preditoras, e o modelo com variáveis preditoras (M_1).

No modelo com variáveis preditoras (M_1), o coeficiente RRR foi 0,515, com um R^2 de 0,265, o que indica que 26,5% da variação na percepção sobre a adoção de IA pode ser explicada pelo modelo. O R^2 ajustado foi de 0,157 e o RMSE caiu para 1,281, indicando

uma melhoria na precisão do modelo em relação ao M_0 . Os valores de AIC e BIC também foram reduzidos para 247,834 e 272,723, respectivamente, confirmando um ajuste mais adequado.

A análise de variância para o modelo M_1 revelou uma soma dos quadrados da regressão de 36,158 com 9 graus de liberdade, resultando em uma média dos quadrados de 4,018. A soma dos quadrados residuais foi de 100,039, com uma média dos quadrados residuais de 1,640. O teste F foi significativo ($F = 2,450$, $p = 0,019$), indicando que o modelo explica uma quantidade relevante de variabilidade na percepção sobre IA.

A Tabela 11, apresenta os coeficientes não padronizados, padronizados, os erros padrões, estatísticas t, valores p, além das estatísticas de colinearidade (tolerância e VIF) para cada variável incluída no modelo de regressão múltipla.

Tabela 10 – Durbin-Watson

Modelo	R	R ²	R ² ajustado	RMSE	AIC	BIC	Autocorrelação	Estatística Durbin-Watson	p
M_0	0.000	0.000	0.000	1.395	251.740	256.266	-0.075	2.085	0.718
M_1	0.515	0.265	0.157	1.281	247.834	272.723	-0.077	2.132	0.808

Tabela 11 – Estatísticas de Colinearidade

Modelo M7	Não padronizado	Erro-Padrão	Padronizado	T	P	Tolerância	VIF
(Intercept)	3.1506	0.2391		13.1751	3.8108×10 ⁻²⁰		
FATOR_1	0.5558	0.1622	0.3767	3.4276	0.0011	0.9803	1.0201
Sexo	0.5433	0.3095	0.1948	1.7556	0.0838	0.9618	1.0398
s_fiscal	0.5998	0.3331	0.1984	1.8008	0.0763	0.9753	1.0254

“A análise multivariada consiste em um conjunto de técnicas estatísticas que facilita a avaliação e a compreensão de dados quantitativos com um grande número de variáveis, proporcionando uma interpretação simplificada (Neisse; Hongyu, 2016).”

O valor do intercepto (3.1506, $p < 0.001$) representa o valor esperado da variável dependente quando todas as variáveis independentes são iguais a zero. Nesse caso, o intercepto reflete o nível de percepção sobre a adoção de IA e tecnologias sem a influência das demais variáveis do modelo.

O coeficiente para o Fator 1 foi positivo e significativo (0.5558, $p = 0.0011$), indicando que, à medida que a cultura de inovação e as conexões profissionais aumentam,

há um impacto positivo na percepção de adoção de IA e novas tecnologias. O coeficiente padronizado (0.3767) sugere que o Fator 1 tem uma influência moderada sobre a variável dependente.

O coeficiente da variável Sexo também foi positivo, mas não significativo ao nível de 5% ($p = 0.0838$). Isso indica que, embora haja uma tendência de que o gênero possa influenciar a percepção de adoção de IA, essa relação não foi suficientemente forte para ser considerada estatisticamente significativa com base nos dados deste estudo.

De forma similar ao Sexo, a variável s_fiscal apresentou um coeficiente positivo (0.5998), mas não foi estatisticamente significativa ao nível de 5% ($p = 0.0763$). Assim, o envolvimento em atividades fiscais não parece impactar diretamente a percepção de adoção de IA, embora haja uma tendência de relação positiva.

As estatísticas de colinearidade, representadas pelos valores de Tolerância e Fator de Inflação da Variância (VIF), indicam que não há problemas de multicolinearidade no modelo. Todos

os valores de Tolerância estão próximos de 1 e os VIFs estão abaixo de 2, confirmando que as variáveis independentes não estão fortemente correlacionadas entre si.

Por fim, o modelo de regressão mostra que o Fator 1: Cultura de Inovação e Conexões Profissionais tem um efeito significativo sobre a percepção dos contadores em relação à adoção de Inteligência Artificial e novas tecnologias no trabalho. Embora as variáveis Sexo e s_fiscal não tenham sido estatisticamente significativas, elas apresentam uma tendência de influência que poderia ser explorada em futuras pesquisas com amostras maiores ou diferentes.

5 Conclusão

Este trabalho teve como objetivo investigar as percepções dos profissionais da contabilidade do Estado de Mato Grosso em relação à adoção da Inteligência Artificial (IA) e compreender como as diferenças geracionais influenciam essas percepções. A análise foi estruturada considerando quatro gerações: Baby Boomers, Geração X, Geração Y (Millennials) e Geração Z, com o intuito de identificar variações nos níveis de aceitação e uso da IA no contexto da Contabilidade 4.0.



Os resultados obtidos mostraram que as gerações mais jovens, especialmente a Geração Z e os Millennials, evidenciaram uma maior propensão à adoção da IA nas suas atividades contábeis, visto que cresceram em um ambiente bastante digitalizado e têm facilidade para integrar novas tecnologias nas suas rotinas profissionais. Em contraste, os Baby Boomers e a Geração X apresentaram uma postura mais cautelosa quanto à adoção dessas inovações, refletindo uma preferência por métodos tradicionais e uma percepção da IA mais como ferramenta de suporte do que como um diferencial competitivo.

Adicionalmente, os resultados da Análise Fatorial Exploratória (AFE) revelaram dois fatores principais: Cultura de Inovação e Conexões Profissionais e Adoção de Novas Tecnologias pela Empresa, ambos associados positivamente à aceitação da IA. O primeiro fator, especialmente,

mostrou-se relevante para as gerações mais jovens, sugerindo que a presença de um ambiente organizacional inovador e o suporte interpessoal influenciam significativamente a disposição para adotar novas tecnologias.

Essas conclusões destacam a relevância de entender as especificidades de cada geração para implementar a IA de forma eficaz e bem-sucedida na Contabilidade. Ao ajustar o treinamento e as estratégias de adoção tecnológica às características de cada grupo etário, as empresas contábeis podem promover uma transição mais harmoniosa para um ambiente digital, reduzindo resistências e aprimorando a integração da IA nos processos contábeis.

Este estudo se limitou a uma amostra de profissionais da contabilidade do Estado de Mato Grosso, o que restringe a generalização dos resultados para outras regiões. Futuras pesquisas poderiam expandir essa análise para outras áreas

as do Brasil, permitindo comparações regionais e o desenvolvimento de estratégias de adoção da IA ajustadas a diferentes realidades locais. Além disso, o estudo focou apenas a percepção inicial da IA sendo relevante investigar o impacto em longo prazo da sua implementação na produtividade e no bem-estar dos profissionais da contabilidade.

Sugere-se, também, a realização de estudos qualitativos que possam aprofundar a compreensão das razões subjacentes às resistências e às preferências de cada geração em relação à IA. Outro aspecto interessante para futuras pesquisas seria a análise da relação entre os diferentes níveis de experiência com IA e o desempenho profissional, identificando como essa tecnologia pode, efetivamente, contribuir para a melhoria dos serviços contábeis.

Em suma, este estudo contribui para a literatura acadêmica, ao fornecer uma visão sobre o impacto da IA e os fatores geracionais na Contabilidade, promovendo uma compreensão mais aprofundada das atitudes e expectativas de cada geração. Isso oferece uma base valiosa para o desenvolvimento de estratégias de gestão da mudança e de capacitação voltadas para uma adoção tecnológica mais eficiente e inclusiva no setor contábil.



“O coeficiente da variável Sexo também foi positivo, mas não significativo ao nível de 5% ($p = 0.0838$). Isso indica que, embora haja uma tendência de que o gênero possa influenciar a percepção de adoção de IA, essa relação não foi suficientemente forte para ser considerada estatisticamente significativa com base nos dados deste estudo.”

Referências

Agnolin, T. D. (2017). A importância da tecnologia da informação na contabilidade: Um estudo em uma empresa de prestação de serviços contábeis em Caxias do Sul-RS [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade de Caxias do Sul].

Almeida, M. S., Souza, G. H. D., & Durso, S. O. (2024). Transformação digital na contabilidade: Um estudo da percepção de profissionais contábeis. *Revista Eletrônica de Ciências Contábeis*, 13(2), 24-53.

Alves, B. T., & Martins, Z. B. (2022). A contabilidade digital: Uma percepção de profissionais contábeis do Estado de Santa Catarina acerca do novo modelo de escritório digital. *Revista da Educação Superior do Senac-RS*, 15(1), 1-13.

Antonialli, F., Antonialli, L. M., & Antonialli, R. (2016). Usos e abusos da escala Likert: Estudo bibliométrico nos anais do ENANPAD de 2010 a 2015. In *Congresso de Administração, Sociedade e Inovação*.

Belanda, T., & De Gênova, L. (2019). Blockchain e inteligência artificial na contabilidade.

Bruchêz, A., Avila, A. A. F., Fernandes, A. M., Castilhos, N. C., & Olea, P. M. (2018). Metodologia de pesquisa de dissertações sobre inovação: Análise bibliométrica. *Desafio Online*, 6(1).

Cavazzola, R. C. (2019). Tecnologia da informação e contabilidade: Uma análise da percepção dos profissionais dos escritórios contábeis de Antônio Prado [Dissertação de Mestrado, Universidade do Sul].

Correa, J. R. L., & Nossa, V. (2019). Fatores que influenciam a utilização de sistemas de monitoramento E-Government no Brasil. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 13(3).

Ferreira, O. S., Dobelin, S., & Kettle, W. M. (2021). Contabilidade e avanços tecnológicos: Um estudo da percepção de contadores na região de Campinas sobre o perfil do contador no mercado de trabalho.

Field, A. (2020). Descobrimos a estatística usando o SPSS-5. Penso Editora.

Figueiredo Filho, D. B., & Silva Júnior, J. A. (2010). Visão além do alcance: Uma introdução à análise fatorial. *Opinião Pública*, 16, 160-185.

Franco, C. M. (2021). Mudanças tecnológicas em empresas de serviços contábeis: Uma análise da resistência e aderência na percepção dos profissionais contábeis. Franco, G. (2021). Contabilidade 4.0: Análise dos avanços dos sistemas de tecnologia da informação no ambiente contábil. *Café*, 4(1), 55-73.

Heberle, É. L., & König, J. G. (2023). Inteligência artificial e a robotização de tarefas para o aumento de eficiência em escritórios de contabilidade. *RAGC*, 11(45).

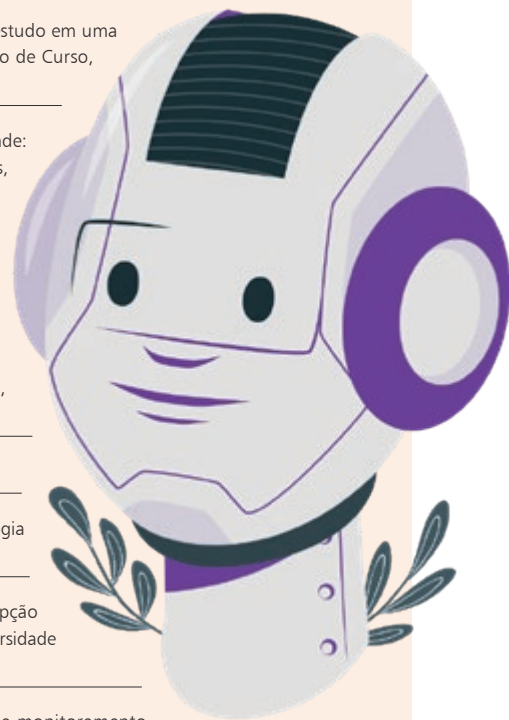
Hongyu, K. (2018). Análise fatorial exploratória: Resumo teórico, aplicação e interpretação. *E&S Engineering And Science*, 7(4), 88-103.

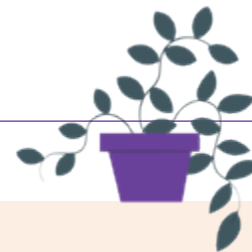
Laudon, K. C., & Laudon, J. P. (2004). *Management information systems: Managing the digital firm*. Pearson Educación.

Laurindo, F. J. B., et al. (2001). O papel da tecnologia da informação (TI) na estratégia das organizações. *Gestão & Produção*, 8, 160-179.

Lima, E. P., et al. (2019). A contabilidade na era digital: Prospecção tecnológica para uma análise de tendências. *Cadernos de Prospecção*, 12(5), 1374.

Martendal, G., Hoffmann, G. B., & Martins, Z. B. (2020). A evolução e perspectivas da profissão contábil: Uma percepção de profissionais contábeis. *Ciência & Trópico*, 44(2).





Medeiros, J. C., da Silva Monciatti, P. D., & Kanaane, R. (2024). As relações intergeracionais e a educação profissional técnica. *Cadernos de Pós-graduação*, 23(1), 43-55.

Miot, H. A. (2018). Análise de correlação em estudos clínicos e experimentais. *Jornal Vascular Brasileiro*, 17, 275-279.

Mozzato, A. R., & Grzybovski, D. (2011). Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: Potencial e desafios. *Revista de Administração Contemporânea*, 15, 731-747.

Oliveira, A., & Oliveira, T. A. (2011). Elementos de estatística descritiva.

Oliveira, L. S., & Hatakeyama, K. (2012). Um estudo sobre a implantação de sistemas ERP: Pesquisa realizada em grandes empresas industriais. *Production*, 22, 596-611.

Padilha, T. C. C., & Marins, F. A. S. (2005). Sistemas ERP: Características, custos e tendências. *Production*, 15, 102-113.

Pimentel, A. F. A., et al. (2023). A importância da contabilidade consultiva profissionais contábeis em Maceió-AL.

Pinheiro, S. F., et al. (2021). Contabilidade 4.0 e o reflexo na prestação de serviços contábeis na cidade de João Pessoa.

Reginato, L., & Nascimento, A. M. (2007). Um estudo de caso envolvendo Business Intelligence como instrumento de apoio à controladoria. *Revista Contabilidade & Finanças*, 18, 69-83.

Reis, E. A., & Reis, I. A. (2002). Análise descritiva de dados. Relatório Técnico do Departamento de Estatística da UFMG, 1.

Rodrigues Gomes, F. (2002). Clima organizacional: Um estudo em uma empresa de telecomunicações. *Revista de Administração de Empresas*, 42, 95-103.

Rosa, L. G., et al. (2023). Ascensão da contabilidade: A percepção dos profissionais contábeis na cidade Portal da Amazônia. *Revista de Gestão e Secretariado*, 14(5), 8504-8522.

Russell, S. J., & Norvig, P. (2016). Artificial intelligence: A modern approach. Pearson.

Santos, R. J. S. (2023). Evolução digital na contabilidade e na autoridade tributária.

Santos, I. M. S., Paes, A. P., & Lima, T. H. C. (2022). Adoção e uso da contabilidade digital: Uma percepção de organizações contábeis. *RC&C. Revista de Contabilidade e Controladoria*, 14(1).

Silva, A. G. A., & Gomes, M. Z. (2023). Sistema Público de Escrituração Digital-SPED: Uma análise dos impactos na visão de profissionais da contabilidade e auditores fiscais na Região Metropolitana de Belém do Pará. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 26(2), 130-153.

Silva, D. R., Costa, D. F., & Pimenta, A. (2022). A influência da inteligência artificial na contabilidade e na tributação das organizações: Uma revisão de literatura. In *Conferência Internacional de Contabilidade - USP, São Paulo, Brasil*.

Silva, P. O. C., & Krüger, C. (2013). O papel do contador frente às novas tecnologias da escrituração contábil com as empresas. *Observatorio de la Economía Latinoamericana*, 187.

Tadeu, S., Almeida, N., & Gonçalves, A. (2021). Contabilidade 4.0, a tecnologia a favor dos contadores na era digital. *Revista Projetos Extensionistas*, 1(1), 146-153.

Tessmann, G. M. (2011). O desafio da contabilidade digital para os profissionais contábeis.



Apêndice

Matriz de Associação												
	V04	V05	V06	V07	V08	V09	V10	V11	V12	V13	V14	V15
V04	10.000	0.7503	0.5242	0.0438	0.0351	-0.0144	0.5603	0.7052	0.5734	0.5306	0.4955	0.4874
V05	0.7503	10.000	0.4796	0.0656	-0.0429	0.1904	0.4714	0.7485	0.5302	0.3980	0.6901	0.6169
V06	0.5242	0.4796	10.000	-0.0042	-0.0211	0.0363	0.5376	0.6431	0.5137	0.5847	0.4294	0.5031
V07	0.0438	0.0656	-0.0042	10.000	0.3319	-0.0750	0.1388	0.0388	0.0716	0.0843	0.1235	0.1154
V08	0.0351	-0.0429	-0.0211	0.3319	10.000	0.2194	0.0679	0.0063	-0.0665	0.0840	0.0980	0.1520
V09	-0.0144	0.1904	0.0363	-0.0750	0.2194	10.000	0.0716	0.0359	0.1359	0.0744	0.2199	0.2582
V10	0.5603	0.4714	0.5376	0.1388	0.0679	0.0716	10.000	0.6652	0.5663	0.5074	0.3600	0.5124
V11	0.7052	0.7485	0.6431	0.0388	0.0063	0.0359	0.6652	10.000	0.7185	0.4809	0.5656	0.6002
V12	0.5734	0.5302	0.5137	0.0716	-0.0665	0.1359	0.5663	0.7185	10.000	0.4760	0.5217	0.5744
V13	0.5306	0.3980	0.5847	0.0843	0.0840	0.0744	0.5074	0.4809	0.4760	10.000	0.3280	0.3992
V14	0.4955	0.6901	0.4294	0.1235	0.0980	0.2199	0.3600	0.5656	0.5217	0.3280	10.000	0.8481
V15	0.4874	0.6169	0.5031	0.1154	0.1520	0.2582	0.5124	0.6002	0.5744	0.3992	0.8481	10.000





Avaliação da eficiência nos programas de transferência de renda nos estados brasileiros

Este estudo avalia a eficiência dos programas de transferência de renda no Brasil (Bolsa Família, Auxílio Emergencial, Auxílio Brasil e Novo Bolsa Família) entre 2014 e 2024, considerando as 27 unidades federativas. A eficiência foi estimada por meio da Análise Envoltória de Dados (DEA), sob retornos constantes (CRS) e variáveis de escala (VRS), utilizando orçamento e número de beneficiários como *inputs* e indicadores sociais como *outputs*. Os resultados mostram elevada eficiência técnica, mas baixa eficiência de escala em grande parte dos estados, evidenciando limitações estruturais associadas ao federalismo fiscal e às desigualdades regionais. Modelos econométricos robustos indicam que a eficiência técnica está associada a menor desigualdade, embora condicionada por fatores estruturais como desemprego, IDH e capacidade institucional. O estudo destaca a importância do porte adequado das operações e da coordenação intersetorial para o desempenho distributivo, apresentando limitações e sugestões metodológicas futuras.

Presline Blum

Profissional com experiência em organização acadêmica e gestão de processos. Atua em atividades administrativas, na elaboração de documentos e no suporte a projetos educacionais, com foco em qualidade, padronização e melhoria contínua de rotinas. Possui interesse em pesquisa aplicada, comunicação e colaboração institucional, áreas nas quais busca contribuir com responsabilidade, clareza e resultados mensuráveis.

E-mail: presline.blum@gmail.com

Felipe Storch Damasceno

Professor e pesquisador na Fucape Business School. Atua em contabilidade, finanças e educação executiva. Produz e orienta pesquisas com foco em aplicação prática e impacto. Tem experiência em produção científica e na participação em eventos acadêmicos. É comprometido com o desenvolvimento crítico e profissional dos alunos.

E-mail: fdamasceno@fucape.br

1 Introdução

Os programas de transferência de renda cumprem papel fundamental na redução da pobreza e desigualdade no Brasil. Criado em 2003 e instituído pela Lei n.º 10.836, de 2004, o Programa Bolsa Família (PBF) transfere renda a famílias pobres e extremamente pobres, condicionando o benefício a fatores como frequência escolar, vacinação, acompanhamento de saúde infantil e pré-natal, contribuindo para romper o ciclo intergeracional da pobreza (Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, 2017; Suarez-Campoli *et al.*, 2020).

As condicionalidades incluem frequência escolar mínima, acompanhamento de crescimento infantil, vacinação atualizada e realização do pré-natal, além da obrigatoriedade de atualização cadastral, garantindo integração entre assistência social, saúde e educação (Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, 2017). Estudos mostram que o PBF melhora indicadores sociais e reduz desigualdades, mas também destaca a necessidade de avaliar sua eficiência e os resultados alcançados (Rassella *et al.*, 2018).

Este estudo analisa a eficiência dos programas de transferência de renda (Bolsa Família, Auxílio Emergencial, Auxílio Brasil e Novo Bolsa Família) no período de 2014 a 2024, considerando alocação de recursos, cumprimento de condicionalidades e efeitos sobre as condições de vida das famílias. O recorte temporal inicia-se em 2014 devido à disponibilidade de dados consis-

tes e contempla momentos-chave: consolidação do PBF, criação do Auxílio Emergencial durante a pandemia, transição para o Auxílio Brasil e reestruturação do Novo Bolsa Família com reforço das condicionalidades (Ipea, 2019; Soares; Ribas; Osório, 2010; Paiva *et al.*, 2021; MDS, 2023).

Embora seja um tema amplamente estudado quanto a seus impactos, há lacuna na literatura sobre a eficiência técnica entre estados, especialmente com uso de métodos quantitativos como DEA combinada a modelos econométricos. Este estudo avança ao integrar indicadores de estrutura (recursos e cobertura) e resultado (educação, saúde e bem-estar), permitindo uma avaliação mais completa da eficiência e fornecendo subsídios para aperfeiçoamento da gestão pública. Justifica-se, portanto, pela necessidade de assegurar o uso adequado dos recursos públicos e de aprimorar a efetividade das políticas sociais. Avaliações desse tipo são fundamentais para identificar sucessos, limitações e oportunidades de melhoria (Whitsel *et al.*, 2024), contribuindo para fortalecer a formulação de políticas e orientar outros países na implementação de programas semelhantes.

2 Fundamentação teórica

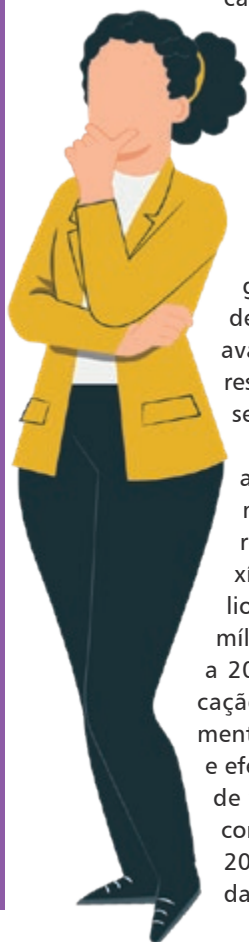
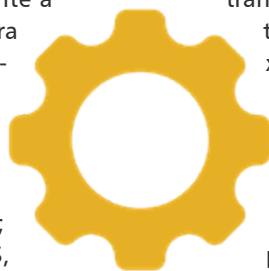
2.1 Eficiência dos gastos públicos

No presente estudo, adota-se uma concepção ampliada de políticas públicas, alinhada à perspectiva multicêntrica, segundo a qual tais políticas não são exclusivamente estatais, mas resultam da interação entre Governo, sociedade civil organizada, instituições multilaterais e atores privados (Pase & Melo, 2017;

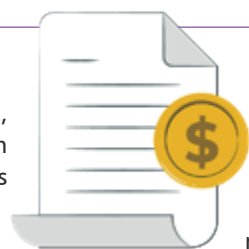
Howlett & Ramesh, 2003). Assim, entende-se que os programas de transferência de renda constituem arranjos complexos de governança, nos quais diversos atores influenciam sua formulação, implementação e resultados. Essa abordagem é relevante para este estudo, pois a eficiência observada nos estados reflete não apenas o papel do Estado, mas também as capacidades institucionais e sociais presentes em cada território.

A eficiência está diretamente relacionada à capacidade institucional e aos mecanismos de *accountability* que orientam a execução das políticas públicas. Estados com maior capacidade administrativa apresentam sistemas mais robustos de monitoramento e integração entre saúde, educação e assistência social, o que melhora a operacionalização das condicionalidades e a focalização dos recursos (Nascimento, 2017; Tabosa & Castelar, 2022). Essas diferenças estruturais ajudam a explicar por que estados com o mesmo volume de recursos podem apresentar desempenhos distintos.

A eficiência do gasto público refere-se à capacidade do Governo de utilizar os recursos disponíveis para alcançar resultados com o menor custo possível, alinhando planejamento, execução e objetivos estratégicos (Sperling *et al.*, 2023; Forte & Vieira, 2021; Silva *et al.*, 2019). A adoção de tecnologias, a capacitação de equipes e o uso de indicadores de desempenho contribuem para reduzir desperdícios e aprimorar a qualidade dos serviços públicos (Sperling *et al.*, 2023). Assim, a mensuração contínua de desempenho fortalece a transparência, a responsabilização e a efetividade da gestão pública (Tabosa & Castelar, 2022; Silva *et al.*, 2019).



“Este estudo analisa a eficiência dos programas de transferência de renda (Bolsa Família, Auxílio Emergencial, Auxílio Brasil e Novo Bolsa Família) no período de 2014 a 2024, considerando alocação de recursos, cumprimento de condicionalidades e efeitos sobre as condições de vida das famílias.”



As políticas públicas, por sua vez, consistem em ações governamentais destinadas a atender demandas sociais, implementadas por meio de programas e projetos que envolvem recursos materiais, humanos e financeiros (Queiroz & Capelari, 2020; Pase & Melo, 2017). Para sua efetividade, é necessário definir metas claras, garantir transparência e avaliar os resultados alcançados, permitindo que a sociedade acompanhe a aplicação dos recursos e cobre eficiência (Forte & Vieira, 2021; Queiroz & Capelari, 2020).

Políticas de *accountability* têm demonstrado impacto positivo na gestão pública, ao reforçar responsabilidade no uso dos recursos e melhorar o desempenho institucional (Nascimento, 2017). Nesse sentido, a análise da eficiência de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, contribui para aprimorar a gestão, promover transparência e orientar a alocação eficaz de recursos públicos, fortalecendo o desenvolvimento social e econômico (Ipea, 2019).

As desigualdades regionais exercem influência marcante na execução das políticas sociais. Estados do Norte e Nordeste enfrentam limitações históricas na oferta de servi-

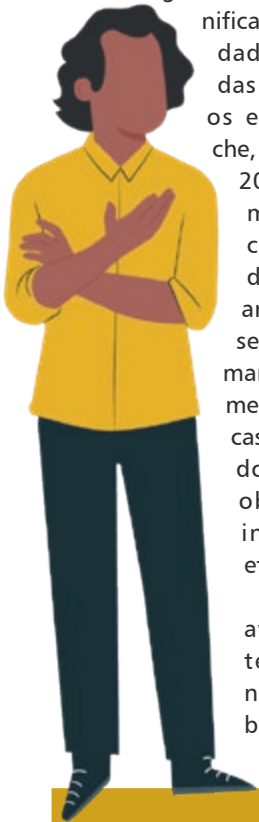
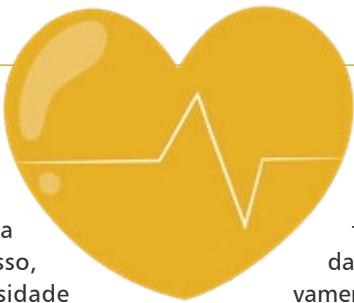
ços públicos essenciais, o que reduz sua capacidade de transformar insumos em resultados, mesmo quando a gestão relativa é eficiente (Soares, Ribas & Osório, 2010; Rasella *et al.*, 2018). Já estados do Sul e Centro-Oeste tendem a operar com maior capacidade institucional, o que se reflete em melhores escores de eficiência de escala.

Os programas de transferência de renda têm sido centrais na redução da pobreza no Brasil, destacando-se o Programa Bolsa Família (PBF), criado em 2004 a partir da unificação de iniciativas anteriores (Leite, Alves & Bezerra, 2024). Combinando transferência monetária e condicionalidades em saúde, educação e assistência, o PBF obteve reconhecimento por sua efetividade na redução da extrema pobreza e da desigualdade (Soares, Ribas & Osório, 2022; IPEA, 2019). Estudos mostram que, mesmo com baixo custo fiscal, o programa reduziu significativamente a pobreza e ampliou a frequência escolar (Souza *et al.*, 2019; Ribeiro, Shikida & Hillbrecht, 2017).

Comparações internacionais indicam resultados semelhantes aos de programas como o Progreso/Oportunidades, no México, especialmente em educação e saúde, embora per-

sistam limites na inclusão produtiva (Parker & Todd, 2017; Soares, Ribas & Osório, 2022). Em termos conceituais, a distinção entre eficiência técnica e eficiência de escala é fundamental para avaliações de políticas públicas. Uma unidade federal pode operar de forma tecnicamente eficiente ($VRS = 1$) e ainda assim não estar próxima do ponto ótimo de escala, produzindo deseconomias relacionadas ao tamanho da operação (Farrell, 1957; Banker, Charnes & Cooper, 1984). Estudos recentes mostram que deseconomias são mais frequentes em estados de grande porte e alta complexidade territorial (Narbón-Perpiñá & De Witte, 2018), o que dialoga diretamente com os achados da presente pesquisa.

Durante a pandemia, o Auxílio Emergencial ampliou, substancialmente, a proteção social, reduzindo pobreza e desigualdade, ainda que com alto custo fiscal (Brollo, Lara Ibarra & Campante Vale, 2024). Em 2021, o PBF foi substituído pelo Auxílio Brasil, que ampliou benefícios, porém apresentou menor estabilidade institucional (Costa, Magalhães & Cardoso, 2023). Em 2023, o Novo Bolsa Família retomou condicionalidades e reforçou a integração com políticas públicas, atendendo mais de 21 milhões de famílias (MDS, 2024).



A literatura sobre federalismo fiscal destaca que a estrutura federativa brasileira, marcada pela centralização de receitas e descentralização de responsabilidades, gera desigualdades significativas na capacidade de execução das políticas entre os estados (Arretche, 2012; Rezende, 2015). Essas assimetrias influenciam a qualidade da gestão, a articulação inter-setorial e o custo marginal da implementação de políticas sociais, afetando os resultados observados nos indicadores de eficiência.

Apesar dos avanços, persistem limitações nos impactos sobre saúde e nu-

trição, relacionadas à oferta insuficiente de serviços (Rasella *et al.*, 2018). Por isso, destaca-se a necessidade de avaliar não apenas resultados sociais, mas também a eficiência no uso de recursos, o que torna relevante o uso de metodologias como Análise Envoltória de Dados (DEA) combinada a modelos econométricos (Coelli, Rao & Battese, 1998; Thanassoulis, 2001).

Assim, a eficiência observada nos programas de transferência de renda resulta da combinação entre capacidade institucional, estrutura federativa, economias ou deseconomias de escala, integração entre políticas setoriais e desigualdades regionais. A DEA, ao separar eficiência técnica de eficiência de escala, permite identificar como essas dimensões estruturais influenciam o desempenho dos estados, oferecendo base analítica para compreender diferenças persistentes entre unidades federativas e orientar o aprimoramento das políticas sociais.

Hipótese: os programas de transferência de renda contribuem, positivamente, para a eficiência distributiva, reduzindo pobreza e desigualdade no Brasil.

3 Metodologia

3.1 Design da pesquisa

O estudo adota abordagem quantitativa, de natureza descritiva e analítica, com base em dados secundários oficiais. Utiliza-se a Análise Envoltória de Dados (DEA) para mensurar a eficiência relativa dos programas de transferência de renda nos estados brasileiros, complementada por modelos econométricos para identificar determinantes estruturais associados aos escores de eficiência. A pesquisa é documental, fundamentada em bases públicas como IBGE, Ipea, MDS, Datasus, Sinasc, Sisvan, Atlas Brasil e Portal da Transparência, assegurando comparabilidade e rastreabilidade dos dados.

Quadro 1- Indicadores de Estrutura e de Resultado (DEA)

Categoria	Indicador	Dimensão/Descrição	Fonte de coleta de dados	Notas
Input (Estrutura)	Orçamento Alocado para cada programa (R\$)	Recursos financeiros destinados ao programa	Portal da Transparência / MDS	Deflacionar; usar valores reais; compatibilizar por UF/ano
Input (Estrutura)	Número de Beneficiários para cada programa	Escala operacional (famílias/pessoas atendidas)	MDS / CadÚnico	Mantido como <i>input</i> ; em robustez pode ser <i>output</i> de cobertura
Output (resultado)	Pobres (%)	Percentual de pessoas em situação de pobreza	IBGE (PNAD Contínua) / IPEA Data	Considerar linha de pobreza oficial (R\$ 218 <i>per capita</i> /mês)
Output (resultado)	Extremos Pobres (%)	Percentual de pessoas em extrema pobreza	IBGE (PNAD Contínua) / IPEA Data	Linha de extrema pobreza (R\$ 105 <i>per capita</i> /mês)
Output (resultado)	Taxa de Empregabilidade	Participação/ocupação no mercado de trabalho	IBGE / (ex) Ministério da Economia	Alternar com emprego formal (%) conforme disponibilidade
Output (resultado)	Taxa de Analfabetismo	Capital humano básico	Atlas Brasil / IBGE	Quanto menor, melhor; possível inversão/normalização
Output (resultado)	Taxa de Mortalidade Infantil	Saúde materno-infantil / qualidade de vida	IBGE / DATASUS	Quanto menor, melhor; checar comparabilidade temporal
Output (resultado)	Cobertura Vacinal (%)	Acesso a políticas preventivas de saúde	Ministério da Saúde / DATASUS	Selecionar imunização básica (BCG, Penta, Polio, etc.)
Output (resultado)	Pré-natal adequado (%)	Qualidade da atenção à gestante	Ministério da Saúde / SINASC	Considerar ≥7 consultas de pré-natal
Output (resultado)	Nutrição Gestantes (%)	Atendimento nutricional pré-natal	Ministério da Saúde / SISVAN	Pode ter falhas de preenchimento em alguns estados
Output (resultado)	Nutrição Crianças (%)	Monitoramento nutricional infantil	Ministério da Saúde / SISVAN	Complementar com dados de desnutrição/obesidade infantil

Nota: elaborado pela autora (2025).
Fonte: adaptado de Brauw & Gilligan (2016); IPEA (2019); Ichihara *et al.*, (2018); Leite *et al.*, (2024); Martins *et al.*, (2023); Narbón-Perpiñá & De Witte (2018); Parker & Todd (2017); Rasella *et al.*, (2018) e Suarez-Campoli *et al.*, (2020).

“A DEA, ao separar eficiência técnica de eficiência de escala, permite identificar como essas dimensões estruturais influenciam o desempenho dos estados, oferecendo base analítica para compreender diferenças persistentes entre unidades federativas e orientar o aprimoramento das políticas sociais.”

É importante ressaltar que, embora indicadores sociais como mortalidade infantil, empregabilidade e analfabetismo estejam associados aos potenciais efeitos dos programas de transferência de renda, eles não podem ser interpretados como resultados causados exclusivamente pelos benefícios. Diversos fatores externos influenciam esses indicadores, de modo que a DEA, neste estudo, capta apenas associações entre insumos e resultados e, não, relações de causalidade. Assim, os escores de eficiência devem ser compreendidos como medidas relativas, condicionadas ao conjunto de variáveis selecionadas e ao contexto socioeconômico de cada estado.

3.2 Unidade de análise e escopo temporal

O estudo não utiliza amostragem, pois abrange todas as unidades federativas brasileiras (26 estados e o Distrito Federal). Trata-se, portanto, de um censo dos estados brasileiros, utilizando observações anuais entre 2014 e 2024, conforme disponibilidade dos dados. O período foi delimitado pela existência de informações consistentes das variáveis sociais e de estrutura, com destaque para indicadores de saúde que apresentam lacunas entre 2014 e 2017. Esses anos foram excluídos

especificamente da análise do PBF, pois a DEA não admite *missing* em *outputs* — procedimento alinhado à boa prática metodológica.

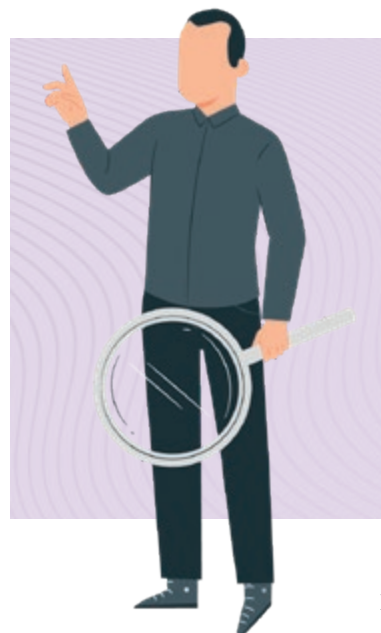
3.3 Variáveis

3.3.1 Definição e descrição das variáveis

A seleção dos indicadores de estrutura e resultado do DEA seguiu critérios de: i) disponibilidade e comparabilidade dos dados; ii) aplicabilidade a todas as unidades federativas; iii) relevância teórica para avaliação de políticas sociais; e iv) simplicidade e interpretação substantiva.

A variável dependente central na primeira etapa é o escore de eficiência dos programas Bolsa Família

(PBF), Auxílio Emergencial (AE), Auxílio Brasil (AB) e Novo Bolsa Família (NBF), estimado via DEA. Esse escore representa a capacidade relativa de cada estado em transformar insumos — orçamento e número de beneficiários — em resultados sociais. Seguindo Farrell (1957), a eficiência corresponde à distância em relação à fronteira ótima, aqui estimada pelos modelos CCR (Charnes, Cooper & Rhodes, 1978) e BCC (Banker, Charnes & Cooper, 1984). A utilização da DEA em políticas sociais é amplamente documentada em Rasella *et al.* (2018), Suarez-Campoli *et al.* (2020) e Afsharian, Ahn & Harms (2021). Os *inputs* adotados refletem dimensões estruturais dos programas: (i) Orçamento alocado, indicador do esforço financeiro e variável recorrente em estudos de eficiência fiscal (Leite *et al.*, 2024; Coelli *et al.*, 1998); (ii) Número de beneficiários, que representa a escala operacional e permite captar economias ou deseconomias de escala, conforme abordado em avaliações de programas como Progres/Oportunidades e PBF (Brauw & Gilligan, 2016; Parker & Todd, 2017). Esses dois *inputs* capturam, simultaneamente, porte e volume de recursos, essenciais para comparações intergovernamentais.



Os *outputs* foram definidos com base em evidências empíricas sobre programas de transferência de renda: Pobreza e extrema pobreza, centrais para medir efeitos redistributivos (Suarez-Campoli *et al.*, 2020; IPEA, 2019); Empregabilidade, associada à inclusão produtiva (Brauw & Gilligan, 2016); Analfabetismo, indicador do capital humano básico vinculado às condicionalidades educacio-



nais (Soares, Ribas & Osório, 2010; IPEA, 2019); Saúde materno-infantil (mortalidade infantil, vacinação, pré-natal e nutrição), para os quais há sólida evidência de impacto positivo das transferências condicionadas (Ichihara *et al.*, 2018; Rasella *et al.*, 2018).

Variáveis com elevada incidência de dados faltantes — especialmente indicadores de saúde entre 2014 e 2017 — foram tratadas por exclu-

são temporal, garantindo consistência técnica das fronteiras DEA. A combinação desses indicadores permite captar efeitos imediatos e estruturais das políticas de transferência, em consonância com recomendações da literatura nacional e internacional (Parker & Todd, 2017; Narbón-Perpiñá & De Witte, 2018). O Quadro 2 apresenta as variáveis utilizadas no modelo econométrico, classificadas em explicada, explicativas e de controle, com suas definições e fontes de coleta.

Quadro 2 - Variáveis do Modelo Econométrico dos Programas de transferência de Renda (Bolsa Família, Auxílio Emergencial, Auxílio Brasil e Novo Bolsa Família)

Tipo	Nome da variável	Definição	Interpretação	Coleta de Dados	Transformação sugerida
Variável explicada	Índice de Gini	Desigualdade de renda	Valores próximos de 1 indicam maior desigualdade; valores próximos de 0 indicam maior igualdade.	IBGE (PNAD Contínua) / IPEA Data	Quanto menor, melhor; considerar defasagem $t-1$ na 2ª etapa.
Desenvolvimento Econômico	Efic_PBF, Efic_AE, Efic_AB, Efic_NBF	Escore de eficiência técnica (DEA: 0–1)	Mede a relação entre insumos (recursos/beneficiários) e <i>outputs</i> sociais	Estimado pela autora via DEA	Usar diretamente (0–1)
Temporal	Ano	Índice temporal (ano-calendário)	Captura choques macroeconômicos e mudanças nos regimes dos programas	—	Usar como efeito fixo (FE_t)
Variável Operacional do Programa	Informal	Proporção de trabalhadores ocupados que atuam sem carteira assinada, sem CNPJ e sem proteção previdenciária.	A informalidade afeta diretamente a capacidade do Estado de identificar, focalizar e acompanhar os beneficiários dos programas de transferência de renda. Em regiões com maior informalidade, há maior rotatividade no mercado de trabalho, menor registro administrativo dos rendimentos e maior dificuldade para monitorar condicionalidades, o que tende a reduzir a eficiência distributiva.	PNAD Contínua – IBGE (microdados trimestrais e anuais).	Utilização do valor percentual padronizado (0–100) ou escalonado (0–1) para análise em painel.
Variável Operacional do Programa	Cob_esf	Percentual da população residente coberta por equipes de atenção primária da ESF, segundo registros administrativos do Ministério da Saúde.	A ESF é responsável pelo acompanhamento das condicionalidades de saúde vinculadas aos programas de transferência de renda (vacinação, pré-natal, assistência infantil). Estados com maior cobertura de ESF possuem maior capacidade de monitorar famílias beneficiárias, ampliando os efeitos sociais dos programas e contribuindo para melhores resultados de eficiência técnica.	e-Gestor AB / Ministério da Saúde / DATASUS.	Manter como percentual (0–100) ou normalizar (0–1); pode-se usar média anual para suavizar flutuações mensais.
Controle Capital Humano	Escolaridade	Anos médios de estudo	Nível agregado de capital humano	IBGE / Atlas Brasil	—
Controle Desenvolvimento Econômico	PIB_per_capita	PIB <i>per capita</i> em R\$	Desenvolvimento econômico estadual	IBGE	log(PIB <i>per capita</i>)
Controle Desenvolvimento Social	IDH	Índice de Desenvolvimento Humano	Condição socioeconômica agregada	Atlas Brasil / PNUD	Normalizado (0–1)
Controle - Demografia	Pop_t	População total	Tamanho e escala demográfica da UF	IBGE	log(população) (robustez)
Controle - Mercado de Trabalho	Desemprego (%)	Taxa de desocupação	Captura ciclos econômicos e condições do mercado de trabalho	IBGE (PNAD Contínua)	—

Nota: elaborada pela autora (2025). Variável explicada (1), variáveis explicativas (4), variáveis de controle (5).

Fonte: adaptado de Charnes *et al.* (1978); Barros, Carvalho & Franco (2006); Farrell (1957); IPEA (2019); Martins *et al.*, (2023); Leite *et al.* (2024); Parker & Todd (2017); Suarez-Campoli *et al.* (2020); Rasella *et al.* (2018); Suzigan & Furtado (2021)

Neste estudo, o índice de Gini é adotado como variável dependente, representando o nível de desigualdade de renda em cada estado e ano. O objetivo é verificar se a eficiência técnica dos programas de transferência de renda contribui para reduzir desigualdades após controlar fatores econômicos, institucionais e sociais (Rasella *et al.*, 2018; Narbón-Perpiñá & De Witte, 2018).

As variáveis explicativas e de controle são utilizadas da seguinte forma:

Eficiência técnica dos programas (Efic_PBF, Efic_AE, Efic_AB, Efic_NBF): principais variáveis de interesse; espera-se que maior eficiência esteja associada à redução da desigualdade (Suarez-Campoli *et al.*, 2020).

Ano (efeito temporal): controlar choques comuns a todos os estados, como crise econômica, pandemia e mudanças institucionais nos programas.

Informalidade: captura a estrutura do mercado de trabalho, afetando a capacidade estatal de identificar renda e acompanhar beneficiários.

Cobertura da ESF (Cob_ESF): aproxima a capacidade institucional de monitorar condicionalidades de saúde e integrar serviços públicos (Macinko & Harris, 2015).

IDH, PIB per capita (log), escolaridade média, população total e taxa de desemprego: controles estruturais e macroeconômicos que incorporam desenvolvimento humano, capacidade produtiva, capital humano, escala demográfica e ciclo econômico, evitando que diferenças estruturais sejam indevidamente atribuídas à eficiência técnica (Ipea, 2019; Leite *et al.*, 2024).



3.3.3 Modelo econométrico

O modelo econométrico busca identificar se a eficiência técnica dos programas de transferência de renda está associada à desigual-

dade de renda entre estados, controlando características estruturais, institucionais e de mercado de trabalho. A Equação (1) apresenta a forma geral do modelo:

$$Gini_{it} = \beta_1 Efic_{it}^{TR} + \beta_2 Ano_{it} + \beta_3 Informal_{it} + \beta_4 Cob_ESF_{it} + \gamma_1 IDH_{it} + \gamma_2 Pop_{it} + \gamma_3 Desemp_{it} + \gamma_4 Escol_{it} + \gamma_5 PIBpc_{it} + \mu_{it} + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

$Gini_{it}$: índice de desigualdade de renda no estado i no período t .

$Efic_{it}^{TR}$: escore de eficiência técnica obtido via DEA (com correção bootstrap), associado à execução dos programas de transferência de renda.

Ano_{it} : controlar variações ao longo do tempo que não são atribuíveis aos estados.

$Informal_{it}$: variável explicativa que captura como a estrutura do mercado de trabalho influencia a desigualdade e a efetividade dos programas sociais.

Cob_ESF_{it} : variável explicativa relacionada à infraestrutura social e ao suporte institucional para o cumprimento das condicionalidades.

IDH_{it} : indicador de desenvolvimento humano do estado i no período t , controlando condições socioeconômicas estruturais.

Pop_{it} : população total do estado, representando a escala de atendimento das políticas sociais.

$Desemp_{it}$: taxa de desemprego estadual, que captura condições do mercado de trabalho e flutuações macroeconômicas.

$Escol_{it}$: anos médios de escolaridade, indicador agregado de capital humano.

$PIBpc_{it}$: PIB *per capita* em valores reais, captando o nível de desenvolvimento econômico do estado.

μ_{it} : efeito fixo específico de cada estado em PBF e NBF, representando características não observadas e invariantes no tempo (cultura administrativa, capacidade institucional, estrutura produtiva, entre outras).



ε_{it} : termo de erro idiossincrático.

Esse modelo permite avaliar em que medida a eficiência técnica dos programas, em interação com condições socioeconômicas e institucionais, associa-se aos níveis de desigualdade entre estados, contribuindo para a compreensão dos limites e potencial redistributivo das políticas de transferência de renda.

3.4 Coleta e análise de dados

A eficiência foi estimada por meio da DEA orientada a *outputs*, utilizando os modelos clássicos CCR (CRS) e BCC (VRS), propostos por Charnes *et al.* (1978) e Banker, Charnes & Cooper (1984). Esses modelos permitem distinguir a eficiência técnica pura (VRS) da eficiência de escala (CRS), avaliando simultaneamente qualidade da gestão e adequação do porte de operação. Foram utilizados dois *inputs* — orçamento alocado e número de beneficiários — e *outputs* sociais relacionados à pobreza, educação, saúde e inclusão produtiva. A orientação a *output* é a mais apropriada a políticas sociais, pois mensura a capacidade de transformar recursos em resultados. As estimativas foram realizadas para cada UF e ano, abrangendo PBF, AE, AB e NBF.

Algumas variáveis de saúde (pré-natal, nutrição infantil e de gestantes) apresentaram valores faltantes entre 2014 e 2017. Como a DEA não admite dados ausentes, esses anos foram excluídos da análise do PBF. Alternativas como médias móveis e imputação múltipla foram testadas, mas rejeitadas para evitar distorções da fronteira eficiente. Embora os *outputs* reflitam dimensões relevantes do bem-estar, eles não representam efeitos causais dos programas. A

DEA capta apenas associações entre insumos e resultados, influenciadas por múltiplos fatores externos. Assim, os escores devem ser interpretados como medidas relativas ao conjunto analisado.

Reconhecem-se limitações inerentes ao método: sensibilidade à escolha de variáveis, ausência de termo de erro, tendência à superestimação quando há muitos indicadores em relação ao número de unidades e caráter estritamente relativo das medidas (Simar & Wilson, 2007). Esses aspectos foram considerados na interpretação dos resultados.

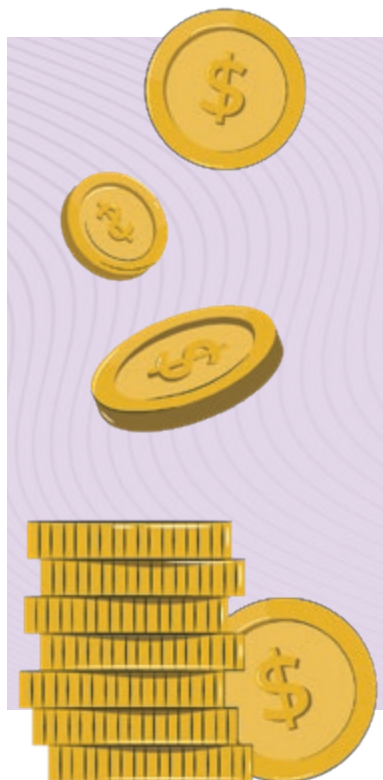
4. Resultados e discussões

4.1 Eficiência

A eficiência relativa dos programas foi estimada por meio da DEA, utilizando como *inputs* o orçamento executado e o número de beneficiários e, como *outputs*, indicadores sociais de pobreza, emprego, educação e saúde. Os escores CRS (retornos constantes de escala), VRS (retornos variáveis de escala) e eficiência de escala (SE = CRS/VRS) expressam a capacidade de cada estado de transformar recursos em resultados sociais, permitindo comparar o desempenho relativo entre as unidades federativas.

A Tabela 1, considera o Programa Bolsa Família entre os anos de 2018 e 2021. Esse corte temporal foi devido aos dados não encontrados para pré-natal *nut_gest* *nut_ccas* entre 2014 a 2017; pois, na construção do indicador de eficiência, os *outputs* não podem ter *missing* (valores faltantes). Devido a isso, esses anos foram excluídos da análise.

No Bolsa Família (2018–2021), a maior parte dos estados alcançou eficiência técnica plena sob retornos variáveis de escala ($VRS = 1$), indicando boa organização dos processos de implementação, em linha com evidências de que programas condicionais tendem a apresentar elevada eficiência técnica quando suas rotinas operacionais estão consolidadas (Rasella *et al.*, 2018; Neri, 2021; Suarez-Campoli *et al.*, 2020). Em contraste, vários estados exibiram $CRS < 1$, revelando ineficiência de escala. Bahia, Maranhão, Ceará, Paraíba e Amazonas apresentaram escores particularmente baixos, enquanto Distrito Federal, Rondônia, Roraima e Santa Catarina figuraram como *benchmarks* com $CRS = VRS = 1$. Esse padrão confirma a distinção entre eficiência técnica e eficiência de escala formulada por Farrell (1957) e aprofundada por Coelli, Rao & Battese (1998) e Narbón-Perpiñá & De Witte (2018).



“Reconhecem-se limitações inerentes ao método: sensibilidade à escolha de variáveis, ausência de termo de erro, tendência à superestimação quando há muitos indicadores em relação ao número de unidades e caráter estritamente relativo das medidas (Simar & Wilson, 2007). Esses aspectos foram considerados na interpretação dos resultados.”

Tabela 1 – Resultados da Eficiência Técnica (CRS, VRS e Escala) do Programa Bolsa Família, por estado e ano (2018–2021)

DMU	Ano	CRS	VRS	Eficiência de Escala	Classificação
Acre	2018	0,85	1,00	0,85	Eficiente VRS
Alagoas		0,43	1,00	0,43	Eficiente VRS
Amapá		0,96	1,00	0,96	Eficiente VRS
Amazonas		0,27	1,00	0,27	Eficiente VRS
Bahia		0,18	1,00	0,18	Eficiente VRS
Ceará		0,22	1,00	0,22	Eficiente VRS
Distrito Federal		1,00	1,00	1,00	Eficiente
Espírito Santo		0,53	1,00	0,53	Eficiente VRS
Goiás		0,48	1,00	0,48	Eficiente VRS
Maranhão		0,22	1,00	0,22	Eficiente VRS
Mato Grosso		0,64	1,00	0,64	Eficiente VRS
Mato Grosso do Sul		0,62	1,00	0,62	Eficiente VRS
Minas Gerais		0,35	1,00	0,35	Eficiente VRS
Paraná		0,69	1,00	0,69	Eficiente VRS
Paraíba		0,19	1,00	0,19	Eficiente VRS
Pará		0,23	1,00	0,23	Eficiente VRS
Pernambuco		0,21	1,00	0,21	Eficiente VRS
Piauí		0,36	1,00	0,36	Eficiente VRS
Rio de Janeiro		0,38	1,00	0,38	Eficiente VRS
Rio Grande do Norte		1,00	1,00	1,00	Eficiente
Rio Grande do Sul		0,56	1,00	0,56	Eficiente VRS
Rondônia		1,00	1,00	1,00	Eficiente
Roraima		1,00	1,00	1,00	Eficiente
Santa Catarina		1,00	1,00	1,00	Eficiente
Sergipe		0,47	1,00	0,47	Eficiente VRS
São Paulo		0,54	1,00	0,54	Eficiente VRS
Tocantins		0,70	1,00	0,70	Eficiente VRS
Acre	2019	1,00	1,00	1,00	Eficiente
Alagoas		0,48	1,00	0,48	Eficiente VRS
Amapá		0,75	1,00	0,75	Eficiente VRS
Amazonas		0,24	1,00	0,24	Eficiente VRS
Bahia		0,17	1,00	0,17	Eficiente VRS
Ceará		1,00	1,00	1,00	Eficiente
Distrito Federal		1,00	1,00	1,00	Eficiente
Espírito Santo		0,56	1,00	0,56	Eficiente VRS
Goiás		0,50	1,00	0,50	Eficiente VRS
Maranhão		0,21	1,00	0,21	Eficiente VRS
Mato Grosso		0,63	1,00	0,63	Eficiente VRS
Mato Grosso do Sul		0,63	1,00	0,63	Eficiente VRS
Minas Gerais		0,32	1,00	0,32	Eficiente VRS
Paraná		0,67	1,00	0,67	Eficiente VRS
Paraíba		0,18	1,00	0,18	Eficiente VRS
Pará		0,23	1,00	0,23	Eficiente VRS
Pernambuco		0,22	1,00	0,22	Eficiente VRS
Piauí		0,40	1,00	0,40	Eficiente VRS
Rio de Janeiro		0,34	1,00	0,34	Eficiente VRS
Rio Grande do Norte		0,43	1,00	0,43	Eficiente VRS
Rio Grande do Sul		0,53	1,00	0,53	Eficiente VRS
Rondônia		1,00	1,00	1,00	Eficiente
Roraima		1,00	1,00	1,00	Eficiente
Santa Catarina		1,00	1,00	1,00	Eficiente
Sergipe		1,00	1,00	1,00	Eficiente
São Paulo		0,52	1,00	0,52	Eficiente VRS
Tocantins		0,80	1,00	0,80	Eficiente VRS
Acre	2020	1,00	1,00	1,00	Eficiente

Tabela 1 – Resultados da Eficiência Técnica (CRS, VRS e Escala) do Programa Bolsa Família,
por estado e ano (2018–2021)

DMU	Ano	CRS	VRS	Eficiência de Escala	Classificação
Alagoas	2020	0,67	1,00	0,67	Eficiente VRS
Amapá		1,00	1,00	1,00	Eficiente
Amazonas		0,48	1,00	0,48	Eficiente VRS
Bahia		0,41	1,00	0,41	Eficiente VRS
Ceará		0,45	1,00	0,45	Eficiente VRS
Distrito Federal		1,00	1,00	1,00	Eficiente
Espírito Santo		0,69	1,00	0,69	Eficiente VRS
Goiás		0,65	1,00	0,65	Eficiente VRS
Maranhão		0,43	1,00	0,43	Eficiente VRS
Mato Grosso		0,75	1,00	0,75	Eficiente VRS
Mato Grosso do Sul		0,79	1,00	0,79	Eficiente VRS
Minas Gerais		0,62	1,00	0,62	Eficiente VRS
Paraná		0,79	1,00	0,79	Eficiente VRS
Paraíba		0,45	1,00	0,45	Eficiente VRS
Pará		0,45	1,00	0,45	Eficiente VRS
Pernambuco		0,44	1,00	0,44	Eficiente VRS
Piauí		0,60	1,00	0,60	Eficiente VRS
Rio de Janeiro		0,59	1,00	0,59	Eficiente VRS
Rio Grande do Norte		0,61	1,00	0,61	Eficiente VRS
Rio Grande do Sul		0,81	1,00	0,81	Eficiente VRS
Rondônia		1,00	1,00	1,00	Eficiente
Roraima		1,00	1,00	1,00	Eficiente
Santa Catarina		1,00	1,00	1,00	Eficiente
Sergipe		0,73	1,00	0,73	Eficiente VRS
São Paulo		0,74	1,00	0,74	Eficiente VRS
Tocantins		1,00	1,00	1,00	Eficiente
Acre	2021	0,83	1,00	0,83	Eficiente VRS
Alagoas		0,44	1,00	0,44	Eficiente VRS
Amapá		1,00	1,00	1,00	Eficiente
Amazonas		0,28	1,00	0,28	Eficiente VRS
Bahia		0,20	1,00	0,20	Eficiente VRS
Ceará		0,24	1,00	0,24	Eficiente VRS
Distrito Federal		1,00	1,00	1,00	Eficiente
Espírito Santo		1,00	1,00	1,00	Eficiente
Goiás		0,63	1,00	0,63	Eficiente VRS
Maranhão		0,21	1,00	0,21	Eficiente VRS
Mato Grosso		0,66	1,00	0,66	Eficiente VRS
Mato Grosso do Sul		0,67	1,00	0,67	Eficiente VRS
Minas Gerais		0,36	1,00	0,36	Eficiente VRS
Paraná		0,71	1,00	0,71	Eficiente VRS
Paraíba		0,23	1,00	0,23	Eficiente VRS
Pará		0,25	1,00	0,25	Eficiente VRS
Pernambuco		0,24	1,00	0,24	Eficiente VRS
Piauí		0,39	1,00	0,39	Eficiente VRS
Rio de Janeiro		0,38	1,00	0,38	Eficiente VRS
Rio Grande do Norte		0,42	1,00	0,42	Eficiente VRS
Rio Grande do Sul		0,57	1,00	0,57	Eficiente VRS
Rondônia		1,00	1,00	1,00	Eficiente
Roraima		1,00	1,00	1,00	Eficiente
Santa Catarina		1,00	1,00	1,00	Eficiente
Sergipe		0,59	1,00	0,59	Eficiente VRS
São Paulo		0,55	1,00	0,55	Eficiente VRS
Tocantins		0,76	1,00	0,76	Eficiente VRS

Nota: CRS = Eficiência Técnica sob Retornos Constantes de Escala; VRS = Eficiência Técnica sob Retornos Variáveis de Escala; SE = Eficiência de Escala (CRS/VRS). Erros de arredondamento podem ocorrer. Classificação: Eficiente (CRS=1 e VRS=1), Eficiente VRS (VRS=1 e CRS<1).

Fonte: elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa (2025).

“Estados de grande porte e elevada complexidade, como Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Amazonas, exibem escores de escala baixos, reforçando a presença de deseconomias de escala em contextos mais complexos.”

O ano de 2020 se destacou pelo aumento generalizado da eficiência de escala, acompanhado de leve recuo em 2021. Essa oscilação reflete o contexto da pandemia de Covid-19 e a ampliação excepcional da proteção social, fenômeno discutido em estudos sobre o Auxílio Emergencial e sua relação com o PBF (Brollo *et al.*, 2024; Neri, 2021; Paiva, Bartholo & Mostafa, 2021). De modo geral, os resultados sugerem que, no PBF, o desafio central não é a gestão técnica — amplamente eficiente —, mas a adequação do porte de operação às realidades territoriais e demográficas, especialmente em estados maiores e mais heterogêneos. Essa interpretação é compatível com análises sobre deseconomias de escala em Governos subnacionais (Narbón-Perpiñá & De Witte, 2018; Afsharian, Ahn & Harms, 2021).

No caso do Auxílio Emergencial (2021), na Tabela 2, os resultados indicam que seis estados (Acre, Amapá, Distrito Federal, Rondônia, Roraima e Santa Catarina) atingiram eficiência plena (CRS = VRS = 1). A maioria das demais unidades federativas é classificada como “eficiente VRS”, operando eficientemente sob retornos variáveis de escala (boa gestão), mas abaixo da fronteira em termos de CRS (escala aquém do ótimo).

Tabela 2 – Resultados da Eficiência Técnica (CRS, VRS e Escala) do Programa Auxílio Emergencial por estado – 2021

DMU	CRS	VRS	SE	Classificação
Acre	1,00	1,00	1,00	Eficiente
Alagoas	0,59	1,00	0,59	Eficiente VRS
Amapá	1,00	1,00	1,00	Eficiente
Amazonas	0,34	1,00	0,34	Eficiente VRS
Bahia	0,23	1,00	0,23	Eficiente VRS
Ceará	0,30	1,00	0,30	Eficiente VRS
Distrito Federal	1,00	1,00	1,00	Eficiente
Espírito Santo	0,60	1,00	0,60	Eficiente VRS
Goiás	0,51	1,00	0,51	Eficiente VRS
Maranhão	0,29	1,00	0,29	Eficiente VRS
Mato Grosso	0,66	1,00	0,66	Eficiente VRS
Mato Grosso do Sul	0,67	1,00	0,67	Eficiente VRS
Minas Gerais	0,40	1,00	0,40	Eficiente VRS
Paraná	0,24	1,00	0,24	Eficiente VRS
Paraíba	0,49	1,00	0,49	Eficiente VRS
Pará	0,70	1,00	0,70	Eficiente VRS
Pernambuco	0,28	1,00	0,28	Eficiente VRS
Piauí	0,54	1,00	0,54	Eficiente VRS
Rio de Janeiro	0,36	1,00	0,36	Eficiente VRS
Rio Grande do Norte	0,52	1,00	0,52	Eficiente VRS
Rio Grande do Sul	0,61	1,00	0,61	Eficiente VRS
Rondônia	1,00	1,00	1,00	Eficiente
Roraima	1,00	1,00	1,00	Eficiente
Santa Catarina	1,00	1,00	1,00	Eficiente
Sergipe	0,57	1,00	0,57	Eficiente VRS
São Paulo	0,68	1,00	0,68	Eficiente VRS
Tocantins	0,86	1,00	0,86	Eficiente VRS

Nota: CRS = Eficiência Técnica sob Retornos Constantes de Escala; VRS = Eficiência Técnica sob Retornos Variáveis de Escala; SE = Eficiência de Escala (CRS/VRS). Classificação: Eficiente (CRS=1 e VRS=1); Eficiente VRS (VRS=1 e CRS<1).

Fonte: elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa (2025).

Estados de grande porte e elevada complexidade, como Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Amazonas, exibem escores de escala baixos, reforçando a presença de deseconomias de escala em contextos mais complexos. Esse comportamento é compatível com

a literatura que analisa programas emergenciais em larga escala e aponta que a capacidade de alcançar rapidamente grandes populações tende a tensionar a coordenação e o uso ótimo de recursos (Paiva, Bartholo & Mostafa, 2021; Brollo *et al.*, 2024).

Na Tabela 3, para o Auxílio Brasil (2022), observa-se um avanço na eficiência, um número expressivo de estados atinge $CRS = VRS = 1$, o que indica melhora na adequação entre nível de recursos, número de beneficiários e resultados obtidos. Essa convergência em direção à fronteira eficiente está em linha com resultados encontrados em avaliações de eficiência de programas sociais em painéis latino-americanos (Parker & Todd, 2017; Suarez-Campoli *et al.*, 2020). Permanecem, contudo, alguns estados apenas eficientes sob VRS (Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco e Rio de Janeiro), evidenciando que, mesmo com gestão ajustada, a escala de operação ainda se afasta do ponto ótimo, conforme destacado em Coelli *et al.* (2005) e Simar e Wilson (2007) ao tratarem de efeitos de escala em DEA.

No Novo Bolsa Família (2023–2024), observa-se um núcleo estável de estados com eficiência plena — Acre, Amapá, Distrito Federal, Rondônia, Roraima e Santa Catarina — que se consolidam como *benchmarks*, em linha com evidências anteriores sobre heterogenei-

Tabela 3 – Resultados da Eficiência Técnica (CRS, VRS e Escala) do Programa Auxílio Brasil, por estado – 2022

DMU	CRS	VRS	SCALE	Classificação
Acre	1	1	1	Eficiente
Alagoas	1	1	1	Eficiente
Amapá	1	1	1	Eficiente
Amazonas	0	1	0	Eficiente VRS
Bahia	0	1	0	Eficiente VRS
Ceará	0	1	0	Eficiente VRS
Distrito Federal	1	1	1	Eficiente
Espírito Santo	1	1	1	Eficiente
Goiás	1	1	1	Eficiente
Maranhão	0	1	0	Eficiente VRS
Mato Grosso	1	1	1	Eficiente
Mato Grosso do Sul	1	1	1	Eficiente
Minas Gerais	0	1	0	Eficiente VRS
Pará	0	1	0	Eficiente VRS
Paraíba	0	1	0	Eficiente VRS
Paraná	1	1	1	Eficiente
Pernambuco	0	1	0	Eficiente VRS
Piauí	1	1	1	Eficiente
Rio de Janeiro	0	1	0	Eficiente VRS
Rio Grande do Norte	1	1	1	Eficiente
Rio Grande do Sul	1	1	1	Eficiente
Rondônia	1	1	1	Eficiente
Roraima	1	1	1	Eficiente
Santa Catarina	1	1	1	Eficiente
São Paulo	1	1	1	Eficiente
Sergipe	1	1	1	Eficiente
Tocantins	1	1	1	Eficiente

Nota: CRS = Eficiência Técnica sob Retornos Constantes de Escala; VRS = Eficiência Técnica sob Retornos Variáveis de Escala; SE = Eficiência de Escala (CRS/VRS). Classificação: Eficiente (CRS=1 e VRS=1); Eficiente VRS (VRS=1 e CRS<1).

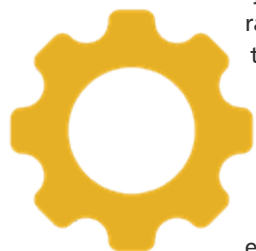
Fonte: elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa (2025).

dade federativa na execução do PBF (Soares *et al.*, 2010; Ipea, 2019). Há melhora gradual dos escores de escala em parte do Centro-Oeste, Sudeste e Nordeste, embora Norte e

Nordeste continuem concentrando as menores eficiências, reforçando desigualdades regionais documentadas pela literatura (Martins *et al.*, 2023; Silva *et al.*, 2019).

“No Novo Bolsa Família (2023–2024), observa-se um núcleo estável de estados com eficiência plena — Acre, Amapá, Distrito Federal, Rondônia, Roraima e Santa Catarina — que se consolidam como *benchmarks*, em linha com evidências anteriores sobre heterogeneidade federativa na execução do PBF (Soares *et al.*, 2010; Ipea, 2019).”

Os resultados mantêm o padrão predominante de “eficiente VRS”, com boa eficiência técnica e gargalos de escala ($CRS < 1$), indicando que o principal desafio reside no ajuste do porte das operações às características territoriais e demográficas de cada estado.



Esse comportamento é consistente com estudos que destacam a influência da escala e do federalismo na eficiência de políticas sociais (Afsharian, Ahn & Harms, 2021; Coelli *et al.*, 1998; Farrell, 1957; Narbón-Perpiñá & De Witte, 2018; Parker & Todd, 2017; Soares *et al.*, 2022).

De modo geral, a elevada eficiência técnica acompanhada de baixa eficiência de escala reflete desigualdades estruturais e institucionais já observadas em outros trabalhos, segundo os quais a capacidade local de oferta de serviços públicos condiciona os resultados das transferências de renda (Rasella *et al.*, 2018; Soares, Ribas & Osório, 2010).

4.2 Regressão

Os resultados da regressão complementam a análise da eficiência. Os modelos mostram que: eficiência técnica está associada a menores níveis de desigualdade no PBF e AB; no AE e no NBF, a eficiência não se apresenta estatisticamente significativa devido à homogeneidade de elevada e menor variação estrutural; desemprego é consistentemente o principal fator que aumenta desigualdade (coeficiente positivo em todos os modelos); IDH contribui para reduzir o Gini, sobretudo no AB e cobertura da ESF aparece como variável institucional crítica.



Tabela 4 – Resultados da Eficiência Técnica (CRS, VRS e Escala) do Novo Programa Bolsa, por estado – 2023 e 2024

DMU	Ano	CRS	VRS	SE	Classificação
Acre	2023	1,00	1,00	1,00	Eficiente
Alagoas		0,54	1,00	0,54	Eficiente VRS
Amapá		1,00	1,00	1,00	Eficiente
Amazonas		0,31	1,00	0,31	Eficiente VRS
Bahia		0,24	1,00	0,24	Eficiente VRS
Ceará		0,29	1,00	0,29	Eficiente VRS
Distrito Federal		1,00	1,00	1,00	Eficiente
Espírito Santo		0,58	1,00	0,58	Eficiente VRS
Goiás		0,49	1,00	0,49	Eficiente VRS
Maranhão		0,27	1,00	0,27	Eficiente VRS
Mato Grosso		0,65	1,00	0,65	Eficiente VRS
Mato Grosso do Sul		0,67	1,00	0,67	Eficiente VRS
Minas Gerais		0,41	1,00	0,41	Eficiente VRS
Pará		0,23	1,00	0,23	Eficiente VRS
Paraíba		0,46	1,00	0,46	Eficiente VRS
Paraná		0,70	1,00	0,70	Eficiente VRS
Pernambuco		0,28	1,00	0,28	Eficiente VRS
Piauí		0,47	1,00	0,47	Eficiente VRS
Rio De Janeiro		0,36	1,00	0,36	Eficiente VRS
Rio Grande do Norte		0,52	1,00	0,52	Eficiente VRS
Rio Grande do Sul		0,63	1,00	0,63	Eficiente VRS
Rondônia	2024	1,00	1,00	1,00	Eficiente
Roraima		1,00	1,00	1,00	Eficiente
Santa Catarina		1,00	1,00	1,00	Eficiente
São Paulo		0,56	1,00	0,56	Eficiente VRS
Sergipe		0,64	1,00	0,64	Eficiente VRS
Tocantins		0,90	1,00	0,90	Eficiente VRS
Acre		1,00	1,00	1,00	Eficiente
Alagoas		0,56	1,00	0,56	Eficiente VRS
Amapá		1,00	1,00	1,00	Eficiente
Amazonas		0,30	1,00	0,30	Eficiente VRS
Bahia		0,24	1,00	0,24	Eficiente VRS
Ceará		0,30	1,00	0,30	Eficiente VRS
Distrito Federal		1,00	1,00	1,00	Eficiente
Espírito Santo		0,58	1,00	0,58	Eficiente VRS
Goiás		0,50	1,00	0,50	Eficiente VRS
Maranhão		0,29	1,00	0,29	Eficiente VRS
Mato Grosso		0,66	1,00	0,66	Eficiente VRS
Mato Grosso do Sul		0,73	1,00	0,73	Eficiente VRS
Minas Gerais		0,42	1,00	0,42	Eficiente VRS
Pará		0,24	1,00	0,24	Eficiente VRS
Paraíba		0,46	1,00	0,46	Eficiente VRS
Paraná		0,68	1,00	0,68	Eficiente VRS
Pernambuco		0,29	1,00	0,29	Eficiente VRS
Piauí		0,50	1,00	0,50	Eficiente VRS
Rio de Janeiro		0,39	1,00	0,39	Eficiente VRS
Rio Grande do Norte		0,52	1,00	0,52	Eficiente VRS
Rio Grande do Sul		0,55	1,00	0,55	Eficiente VRS
Rondônia		1,00	1,00	1,00	Eficiente
Roraima		1,00	1,00	1,00	Eficiente
Santa Catarina		1,00	1,00	1,00	Eficiente
São Paulo		0,58	1,00	0,58	Eficiente VRS
Sergipe		0,64	1,00	0,64	Eficiente VRS
Tocantins		0,87	1,00	0,87	Eficiente VRS

Nota: CRS = Eficiência Técnica sob Retornos Constantes de Escala; VRS = Eficiência Técnica sob Retornos Variáveis de Escala; SE = Eficiência de Escala (CRS/VRS). Classificação: Eficiente ($CRS=1$ e $VRS=1$); Eficiente VRS ($VRS=1$ e $CRS<1$).

Fonte: elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa (2025).

Esses achados reforçam que os efeitos distributivos dos programas estão condicionados por fatores estruturais, institucionais e regionais, em linha com a literatura de capacidades estatais e desigualdades regionais. A Tabela 5 apresenta os resultados da regressão, em que a variável de eficiência assume valor 1 para estados com VRS ≥ 1 e 0 caso contrário. No Modelo 1, referente ao Bolsa Família entre 2018 e 2021 (período definido pela disponibilidade completa dos dados de saúde), estados eficientes apresentam, em média, um Índice de Gini 0,012 menor que os estados ineficientes, indicando melhor distribuição de renda.

No Auxílio Emergencial, conforme disposto na Tabela 6, a eficiência técnica não se mostrou significativa para explicar o nível de desigualdade. Esse resultado é coerente com a natureza do programa: cobertura massiva, regras uniformes e transferências que alcançaram praticamente toda a população vulnerável. A baixa variação entre estados limitou o poder explicativo da eficiência. Assim como nos demais modelos, o desemprego foi a variável mais fortemente associada ao aumento do Gini, reforçando sua relevância estrutural.

No entanto, destaca-se o coeficiente negativo e significativo do IDH, indicando que estados mais desenvolvidos tendem a ter menor desigualdade, mesmo dentro do desenho institucional provisório do programa. O desemprego novamente se mostra positivamente associado ao aumento das desigualdades.

No caso do Novo Bolsa Família, a eficiência técnica não se mostra estatisticamente significativa para

Tabela 5 – Resultados da estimação (Programa Bolsa Família)		
	(1) Pooled OLS	(2) ^a Efeitos Aleatórios
eficiencia	0.015** (0.007)	0.011** (0.005)
idh	0.157 (0.151)	-0.169 (0.1343)
pop_t	-0.000 (0.000)	0.000 (0.000)
desemp	0.007*** (0.001)	0.000 (0.001)
pib_percapita	0.000 (0.000)	0.000 (0.000)
escol	-0.015** (0.006)	-0.024*** (0.008)
infor	0.000 (0.000)	0.000 (0.000)
cob_esf	-0.001*** (0.000)	-0.0009*** (0.000)
Constant	0.501*** (0.102)	0.8814*** (0.0999)
Observations	108	108

Nota: Standard errors in parentheses. ^a Resultado do Teste de Hausman: $p = 0.0002$. * $p < 0.10$, ** $p < 0.05$, *** $p < 0.01$

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Tabela 6 - Resultados da estimação (Auxílio Emergencial e Auxílio Brasil)		
	AE Pooled OLS	AB Pooled OLS
eficiência	0.023 (0.019)	0.007 (0.014)
idh	0.177 (0.374)	-0.622** (0.286)
pop_t	-0.000 (0.000)	0.000 (0.000)
desemp	0.009*** (0.002)	0.005*** (0.002)
pib_percapita	0.000 (0.000)	0.000 (0.000)
escol	-0.002 (0.014)	
Constant	0.285 (0.248)	0.886*** (0.209)
Observations	27	27

Nota: standard errors in parentheses. * $p < 0.10$, ** $p < 0.05$, *** $p < 0.01$

Fonte: elaborada pela autora (2025).

explicar variações na desigualdade de renda. Isso contrasta com o PBF e reflete mudanças estruturais introduzidas a partir de 2023, como a retomada plena das condiciona- lidades, maior acompanhamento familiar, nova estrutura de benefí- cios, conforme composição familiar e a ampliação mais homogênea da cobertura entre estados. Tais altera-

ções reduziram a heterogeneidade operacional entre os entes federati- vos, levando a uma menor variação da eficiência e, consequentemente, a um efeito estatisticamente nulo sobre o Gini. O desemprego perma- nece como a variável mais robusta e recorrente no aumento da desigual- dade, enquanto os demais contro- les não demonstram significância.

Os resultados mostram que maiores níveis de eficiência na alocação dos recursos do Bolsa Família estão associados a um leve aumento na concentração de renda entre os estados (0,015 no Modelo 1 e 0,011 no Modelo 2). Esse achado está em linha com autores como Soares *et al.* (2010) e Lustig (2018), que destacam que programas focalizados aliviam a pobreza, mas têm impacto limitado sobre desigualdades estruturais. Assim, não se trata de o programa gerar desigualdade, mas de que a eficiência operacional não é suficiente para compensar disparidades históricas entre os estados, conforme argumentam Rocha (2009) e Kerstenetzky (2014). Dessa forma, os resultados sugerem que o PBF melhora condições de bem-estar, porém não altera, significativamente, a estrutura distributiva existente, o que confirma limites redistributivos já identificados na literatura.

Assim, em todos os programas analisados, a eficiência na execução da política está associada a menores níveis de desigualdade, reforçando que boa alocação e gestão dos recursos ampliam os efeitos redistributivos das transferências de renda.

5 Conclusão

Este estudo avaliou a eficiência dos programas de transferência de renda no Brasil — Bolsa Família, Auxílio Emergencial, Auxílio Brasil e Novo Bolsa Família — entre 2014 e 2024, considerando os estados como unidades de análise. A aplicação da DEA permitiu distinguir a eficiência técnica da eficiência de escala, revelando padrões estruturais importantes para compreender diferenças de desempenho entre as unidades federativas.

Os resultados mostram que a maioria dos estados alcança eficiência técnica plena (VRS), indi-

Tabela 7 - Resultados da estimação (Programa Novo Bolsa Família)

	(1) Pooled OLS	(2)* Efeitos Aleatórios
eficiência	0.000 (0.010)	0.00031 (0.0137)
Idh	-0.131 (0.245)	-0.1145 (0.305)
pop_t	-0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)
desemp	0.006*** (0.002)	0.0062*** (0.002)
pib_percapita	0.000 (0.000)	0.000 (0.000)
Constant	0.527*** (0.178)	0.513* (0.219)
Observations	54	54

Nota: Standard errors in parentheses. * $p < 0.10$, ** $p < 0.05$, *** $p < 0.01$

Fonte: elaborada pela autora (2025).

cando que, em geral, existe boa gestão relativa e capacidade adequada de transformação dos insumos em resultados sociais. Contudo, a eficiência de escala (CRS) é consideravelmente mais baixa, revelando que muitas unidades federativas operam fora do ponto ótimo de escala — especialmente estados populosos e com maior heterogeneidade territorial. Assim, as ineficiências observadas não são, necessariamente, derivadas da gestão, mas de fatores estruturais associados ao federalismo fiscal, à capacidade institucional e às desigualdades regionais.

O ano de 2020 destacou-se pelo aumento de eficiência associado ao Auxílio Emergencial, resultado da ampliação excepcional de cobertura e da simplificação operacional. Já o Auxílio Brasil e o Novo Bolsa Família demonstraram maior coerência entre estrutura, foco distributivo e resultados sociais, ainda que sujeitos a diferenças regionais persistentes.



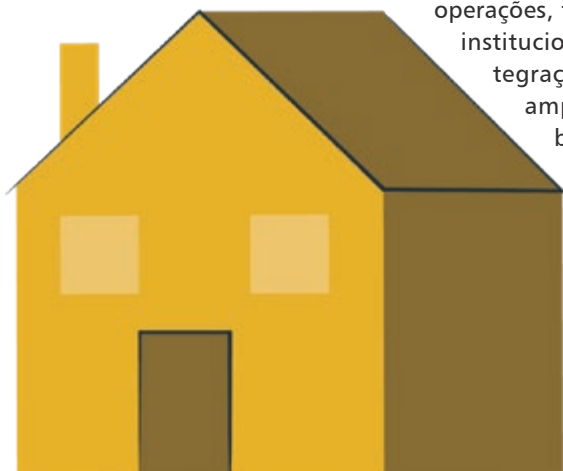
Os modelos econométricos mostraram que a eficiência técnica está associada a menores níveis de desigualdade em alguns programas (PBF e AB), mas seus efeitos são limitados diante da influência de fatores estruturais, como o desemprego, o IDH e a capacidade institucional refletida na cobertura da ESF. Esses resultados dialogam com a literatura que destaca que programas de transferência condicionada são eficazes no alívio da pobreza, mas possuem impacto limitado sobre desigualdades estruturais.

A pesquisa contribui ao demonstrar que a eficiência distributiva depende não apenas do desenho dos programas, mas também do contexto federativo em que são implementados. Fatores como capacidade administrativa, qualidade dos

serviços de saúde e educação, economias de escala e desigualdades regionais moldam profundamente os resultados sociais alcançados.

Este estudo apresenta limitações. A DEA não admite valores faltantes e produz medidas relativas, sensíveis à seleção de variáveis e à estrutura da amostra. Além disso, a análise econométrica captura associações e, não, relações causais, uma vez que indicadores sociais sofrem influência de múltiplos fatores externos. Futuras pesquisas podem incorporar DEA *bootstrap*, modelos de fronteira estocástica (SFA), métodos causais (DID, RDD) e análises territoriais mais profundas.

Por fim, os resultados oferecem subsídios relevantes para o aprimoramento das políticas sociais no Brasil, evidenciando a necessidade de calibrar o porte das operações, fortalecer capacidades institucionais e aprimorar a integração entre setores para ampliar o impacto distributivo. A distinção entre eficiência técnica e de escala ajuda a identificar gargalos estruturais e orienta a formulação de políticas públicas mais eficazes, equitativas e sustentáveis.



“Estados com maior capacidade administrativa apresentam sistemas mais robustos de monitoramento e integração entre saúde, educação e assistência social, o que melhora a operacionalização das condicionalidades e a focalização dos recursos (Nascimento, 2017; Tabosa & Castelar, 2022).”

Referências

- Afsharian, M., Ahn, H., & Harms, R. (2021). *Efficiency analysis in organizational contexts: A review of DEA applications and conceptual developments*. *Journal of Productivity Analysis*, 55(3), 249–270. <https://doi.org/10.1007/s1123-020-00594-6>
- Arretche, M. (2012). *Democracia, federalismo e centralização no Brasil*. Editora FGV.
- Banker, R. D., Charnes, A., & Cooper, W. W. (1984). Some models for estimating technical and scale inefficiencies in Data Envelopment Analysis. *Management Science*, 30(9), 1078–1092. <https://doi.org/10.1287/mnsc.30.9.1078>
- Barros, R. P., Carvalho, M., & Franco, S. (2006). *A focalização do Programa Bolsa Família em perspectiva comparada*. IPEA.
- Brau, A., & Gilligan, D. O. (2016). Impact of Bolsa Família on schooling and work among young children in Brazil. *World Development*, 70, 149–164.
- Brollo, F., Ibarra, G. L., & Campante, R. (2024). *Strengthening income stabilization through social protection: The Brazilian experience*. IMF Working Paper 24/052.
- Charnes, A., Cooper, W. W., & Rhodes, E. (1978). Measuring the efficiency of decision-making units. *European Journal of Operational Research*, 2(6), 429–444.
- Coelho, P. L., & Melo, A. S. S. de A. (2017). O impacto do Programa Bolsa Família na qualidade da alimentação domiciliar: Pernambuco. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(2), 499–510.
- Coelli, T., Rao, D. S. P., O'Donnell, C., & Battese, G. E. (2005). *An Introduction to Efficiency and Productivity Analysis* (2nd ed.). Springer.
- Coelli, T., Rao, D. S. P., & Battese, G. E. (1998). *An introduction to efficiency and productivity analysis*. Springer.
- Howlett, M., & Ramesh, M. (2003). *Studying public policy: Policy cycles and policy subsystems*. Oxford University Press.
- Ichihara, M. Y., et al. (2018). Impactos do Bolsa Família na saúde. In T. F. Silva (Org.), *Bolsa Família: 15 anos (2003–2018)* (pp. 115–140). ENAP.
- IBGE. (2024). *Indicadores sociais e econômicos*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- IPEA. (2019). *Relatórios de políticas sociais*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
- Kerstenetzky, C. L. (2014). *Redistribuição e desenvolvimento: A economia política do Bolsa Família*. Editora FGV.
- Leite, F. F. P., Alves, L. S. F., & Bezerra, S. T. F. (2024). Histórico da transferência de renda no Brasil. *Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento*, 13(2), 88–105.
- Lustig, N. (2018). *Fiscal redistribution in Latin America: Challenging the conventional wisdom*. CEQ Institute.
- Macinko, J., & Harris, M. J. (2015). Brazil's Family Health Strategy. *New England Journal of Medicine*, 372(23), 2177–2181.
- Martins, C. D., Magalhães, R., & Macedo, C. M. L. (2023). Revisiting the implementation of social protection policies in federative contexts. *Cadernos de Saúde Pública*, 39(7), e000000.



MDS – Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. (2023). *Novo Bolsa Família: Diretrizes e condicionalidades*.

MDS – Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. (2024). *Relatório de Gestão 2023*.

Ministério do Desenvolvimento Social. (2017). *Bolsa Família*. Brasília.

Narbón-Perpiñá, I., & De Witte, K. (2018). Local governments' efficiency: A systematic literature review. *International Transactions in Operational Research*, 25(2), 431–461.

Neri, M. (2021). *Pandemia, proteção social e desigualdade no Brasil*. FGV Social.

Nunes, B. P., et al. (2020). Primary care coverage and health outcomes in Brazil. *The Lancet Regional Health – Americas*, 1, 1–15.

Paiva, L. H., Bartholo, L., & Mostafa, J. (2021). A reformulação das transferências de renda no Brasil. IPEA.

Parker, S., & Todd, P. (2017). Conditional cash transfers: The evidence from Latin America. In F. Bastagli et al. (Eds.), *Cash Transfers* (pp. 45–62). ODI.

Pase, H. L., & Melo, C. C. (2017). Políticas públicas de transferência de renda na América Latina. *Revista de Administração Pública*, 51(2), 231–250.

Queiroz, L. F. N., & Capelari, M. G. M. (2020). Avaliação de resultados em políticas públicas. *Revista de Administração Pública*, 54(3), 511–531.

Rasella, D., et al. (2018). Child morbidity and mortality associated with conditional cash transfer programs. *PLoS Medicine*, 15(5), e1002535.

Rezende, F. (2015). *Federalismo fiscal: Fundamentos e perspectivas*. FGV.

Ribeiro, F. G., Shikida, C., & Hillbrecht, R. O. (2017). Avaliação do impacto do Bolsa Família na mobilidade socioeconômica. *Estudos Econômicos*, 47(3), 489–515.

Rocha, S. (2009). Transferências de renda e desigualdade no Brasil. *Revista Brasileira de Economia*, 63(1), 113–136.

Silva, C. R. M., et al. (2019). Gastos públicos e eficiência: Uma análise comparativa entre estados brasileiros. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 14(1), 122–140.

Simar, L., & Wilson, P. W. (2007). Estimation and inference in two-stage, semi-parametric efficiency models. *Journal of Econometrics*, 136(1), 31–64.

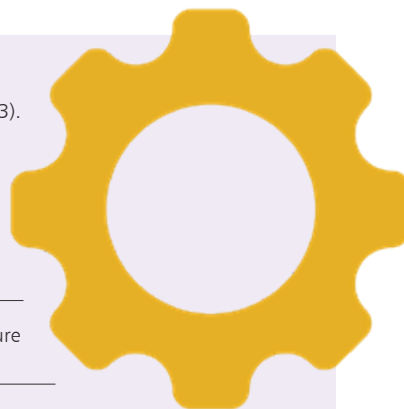
Soares, F. V., Ribas, R. P., & Osório, R. G. (2010). Evaluating Bolsa Família: Impact and coverage. *Latin American Research Review*, 45(2), 173–190.

Soares, F. V., Ribas, R. P., & Osório, R. G. (2022). *Transferências condicionadas no Brasil: Uma revisão de 20 anos*. IPEA.

Souza, P. H. G. F., et al. (2019). Os efeitos do Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade. IPEA.

Sperling, A. K., et al. (2023). Eficiência e eficácia na gestão pública. *Administração Revista FT*, 27, 1–15.

Suarez-Campoli, J., et al. (2020). Efficiency of Bolsa Família Program: A two-stage DEA approach. *Socio-Economic Planning Sciences*, 71, 100–119.



Suzigan, W., & Furtado, J. (2021). Estrutura produtiva e informalidade regional. *Revista Econômica do Nordeste*, 52(2), 11–32.

Tabosa, F. J. S., & Castelar, P. U. C. (2022). Análise da eficiência dos gastos públicos estaduais. Relatório Técnico.

Whitsel, L. P., et al. (2024). Policy implementation and outcome evaluation. *Health Research Policy and Systems*, 22, 27.





A independência dos órgãos de controle para a realização de auditorias financeiras: análise sobre a independência formal e sobre a aparência de independência

A auditoria financeira, desde a sua origem, figura como um dos principais instrumentos de governança do setor público para reduzir a assimetria de informações que existe entre o principal e os agentes, razão pela qual a independência dos auditores constitui-se como valor fundamental para a credibilidade de suas opiniões. Nesse contexto, o trabalho se propõe a avaliar se os órgãos de controle usufruem da independência necessária, formal e aparente, para assegurar as demonstrações contábeis dos entes estatais a que se vinculam. A pesquisa foi dividida em duas partes: a primeira, realizada predominantemente por meio de pesquisa documental e bibliográfica, foi desenhada para avaliar os aspectos formais da independência; a segunda, realizada por meio da aplicação de questionário, foi desenhada para avaliar os aspectos aparentes da independência. O questionário recebeu a resposta de 154 servidores, dos quais 70 de órgãos de controle interno e 84 de controle externo. Em ambas as partes, a análise enfocou os aspectos organizacional, financeiro e ideológico da independência. O trabalho demonstra que, tanto sob o aspecto de forma quanto sob o aspecto de aparência, os órgãos de controle externo dispõem de maior independência sobre os responsáveis pelo objeto de auditoria em comparação aos órgãos de controle interno. Quanto ao aspecto organizacional, os órgãos de controle possuem independência para avaliar a UPC, mas, não, o balanço geral do ente a que pertencem. Quanto aos aspectos financeiros e ideológicos, os órgãos de controle externo possuem mais garantias que os de controle interno.

Elves Douglas Teixeira da Cruz

Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Ceará (UFC, 2007), é especialista em gestão pública pelo Instituto Federal de Pernambuco (IFPE, 2011), em auditoria financeira pela Universidade de Brasília (UnB, 2024) e em contabilidade pública pela Universidade Católica de Brasília (UCB, 2025). Também atua como auditor governamental, com mais de 15 anos de experiência em órgãos de controle interno e externo; tem registro profissional ativo de contador e de auditor independente; é o atual chefe da divisão de auditoria financeira da Controladoria-Geral da União (CGU); e exerce a função de membro titular da Câmara Técnica de Normas Contábeis e de Demonstrativos Fiscais da Federação (CTCONF).

E-mail: douglascruz@yahoo.com.br

1 Introdução

Auditoria, no entendimento de Peter e Machado (2014, p. 91), compreende um dos principais instrumentos de que o gestor dispõe para assegurar a efetividade do controle, haja vista a necessidade de aferir a fidedignidade da prestação de contas. Sua evolução é associada ao crescimento das organizações e à separação entre a propriedade e a administração dos recursos. À medida que as transações econômicas se tornaram mais complexas, a importância da auditoria tornou-se mais evidente.

Nesse contexto, a divulgação de informações financeiras tem o objetivo de reduzir a assimetria de informações que existe entre o principal (proprietário dos recursos) e os agentes (administradores dos recursos), com o intuito de mitigar os conflitos de agência e os custos de transação. Dessa forma, tanto a contabilidade quanto a auditoria, sobretudo sobre as demonstrações contábeis, constituem-se em instrumentos de governança. Especificamente para o setor público, a *International Organization of Supreme Audit Institutions* já declarava, na década de 70, que a tarefa tradicional das entidades fiscalizadoras superiores (EFS) é “auditar a legalidade e regularidade da gestão financeira e da contabilidade” (Intosai, 2021).

Nos últimos anos, com o patrocínio de

algumas instituições, o Brasil tem se dedicado à convergência de suas normas de contabilidade e auditoria aos padrões internacionais, o que tem proporcionado maior credibilidade às informações financeiras das entidades brasileiras, públicas e privadas. Por consequência, os órgãos de controle passaram a dedicar atenção à regularidade dos registros contábeis e dos relatórios financeiros.

No setor privado, a asseguuração das demonstrações contábeis é exercida por auditores externos – que não pertencem à estrutura da entidade que reporta –, o que busca garantir a independência dos auditores e a objetividade da asseguuração. Supõe-se que a independência organizacional é fundamental para o trabalho dos auditores. No setor público brasileiro, essa função tem sido compartilhada entre órgãos de controle que, apesar de dotados de autonomia, não possuem completa independência, pois pertencem, em uma posição ou em outra, à estrutura da administração pública, inclusive fazem parte do Balanço Geral

objeto de certificação. Ainda é comum encontrar questionamentos quanto à viabilidade do modelo, sobretudo quanto à participação de

auditores do sistema de controle interno. Além disso, a implementação do processo de auditoria financeira não tem recebido muita atenção da academia científica, mas tem se realizado predominantemente por meio do patrocínio dos órgãos de controle.

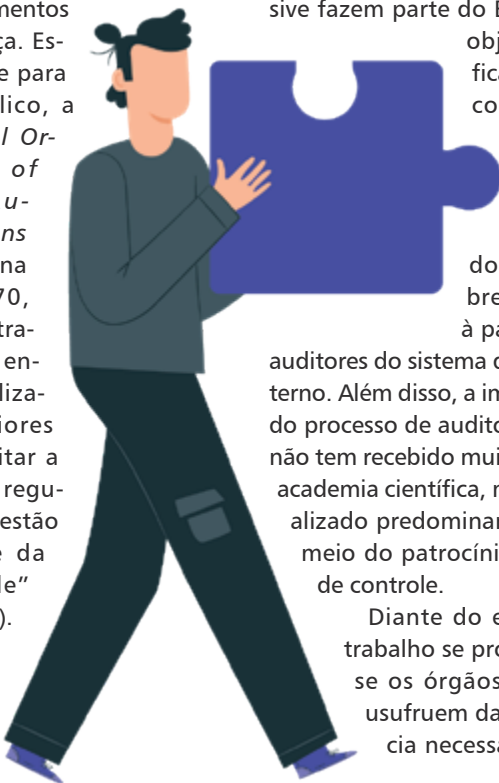
Diante do exposto, este trabalho se propõe a avaliar se os órgãos de controle usufruem da independência necessária, formal e

aparente, para assegurar as informações financeiras dos entes estatais a que se vinculam. A justificativa do trabalho decorre do advento da atividade de asseguuração das demonstrações contábeis no setor público brasileiro e do estabelecimento, ainda em estágio inicial, dos respectivos processos de asseguuração, sobretudo pela cooperação entre os órgãos de controle externo e os órgãos de controle interno.

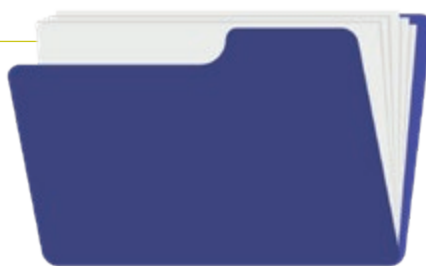
Busca-se compreender como os requisitos de independência são cumpridos nesses órgãos, tanto em relação à independência formal quanto à aparente, e contribuir para o amadurecimento de conceitos importantes aplicados ao setor público. Com isso, pretende-se proporcionar uma contribuição teórica para o aperfeiçoamento do campo da controladoria governamental e para o trabalho dos auditores que atuam no setor público brasileiro. Espera-se, dessa maneira, colaborar para que as práticas de asseguuração ocorram da maneira mais efetiva possível, antecipando problemas de implementação capazes de reduzir a utilidade dos trabalhos.

2 Auditoria Financeira e Independência do Auditor

Com ênfase no processo de trabalho, Lins (2017, p. 3) define auditoria como o processo de “conferência, verificação, análise e avaliação e, acima de tudo, comunicação dos resultados dentro de um determinado objetivo ao qual a auditoria se propõe”. As normas da Intosai (2021, tradução de 2019), mais voltadas ao procedimento de formação dos achados, definem auditoria como “um processo sistemático de obter e avaliar objetivamente evidências para determinar se as informações ou as condições reais de um objeto estão de acordo com critérios aplicáveis”.



“Diante do exposto, este trabalho se propõe a avaliar se os órgãos de controle usufruem da independência necessária, formal e aparente, para assegurar as informações financeiras dos entes estatais a que se vinculam.”



Tradicionalmente, os trabalhos de auditoria são divididos em três tipos, que se distinguem segundo o objetivo do trabalho: (1) auditoria de conformidade, voltada a verificar a adesão às normas e aos regulamentos; (2) auditoria operacional, voltada a verificar a economicidade, a eficiência, a eficácia e a efetividade da gestão; e (3) auditoria das demonstrações contábeis ou auditoria financeira, objeto desta pesquisa, voltada a verificar a fidedignidade das informações financeiras. Não por coincidência, esses tipos de auditoria são correlacionados às categorias de objetivos do Controle Interno representadas pelo cubo do COSO ICIF (COSO, 2013): conformidade, operacional e divulgação.

Attie (2018) define auditoria financeira como “uma especialização contábil voltada a testar a eficiência e eficácia do controle patrimonial implantado com o objetivo de expressar uma opinião sobre determinado dado”. A auditoria financeira “foca em determinar se a informação financeira de uma entidade é apresentada em conformidade com a estrutura de relatório financeiro e o marco regulatório aplicável” (Intosai, 2021, tradução de 2019) e, segundo NBC TA 200 (R1), o seu objetivo é “aumentar o grau de confiança das demonstra-

ções contábeis por parte dos usuários”. Pode-se dizer, com alguma licença, que a confiança é o produto comercializado pelos auditores, se eles não possuírem credibilidade sobre seu trabalho, de nada valerá suas opiniões. É por isso que a independência é um valor tão caro a qualquer trabalho de auditoria e que, consequentemente, todos os referenciais de auditoria sustentam a independência como princípio fundamental para a realização do trabalho.

As unidades de auditoria, por outro lado, são classificadas em auditoria interna ou em auditoria externa. Essa diferença costuma ser associada, de modo simplificado, à posição da unidade de auditoria em relação à estrutura organizacional da entidade auditada. A diferença, entretanto, reside mais no propósito da unidade de auditoria do que em sua posição organizacional. Para exemplificar, é possível terceirizar os serviços de auditoria interna e, apesar disso, esses serviços não deixam de ser considerados serviços de auditoria interna.

A auditoria externa, ou independente, corresponde ao terceiro, estranho à gestão da entidade, capaz de confirmar com isenção as informações divulgadas. A auditoria interna, de diferente modo, é responsável pelos resultados da entidade. Frise-se, os resultados apresentados decorrem dos esforços de toda a organização, inclusive dos auditores internos. É por isso que o propósito de uma unidade de auditoria interna, de acordo com o *Institute of Internal Auditors* (IIA, 2024), consiste em “criar, proteger e sustentar valor”. Uma unidade de auditoria externa não possui compromisso com o valor da entidade e, portanto, possui a independência necessária para opinar sobre esse valor.

É bastante tentador comparar unidades de auditoria interna e externa com órgãos de controle interno e externo. Esse autor entende que a comparação é válida, mas requer demasiadas ressalvas. A transposição da estrutura de auditoria adotada no setor privado para o setor público não é tão simples quanto parece. Ressalta-se, independentemente da posição organizacional, ao opinarem sobre as informações financeiras da entidade, os órgãos de controle atuam à semelhança de uma unidade de auditoria externa.

Segundo a NBC PA 400 (rev17), itens 400.5 e 400.6, a independência do auditor compreende a independência de pensamento e a aparência de independência, conforme citação adiante, em alusão à conhecida frase atribuída a Júlio César a respeito de sua esposa: “À mulher de César não basta ser honesta, deve parecer honesta”.

- a) independência de pensamento – postura que permite a apresentação de conclusão que não sofra efeitos de influências que comprometam o julgamento profissional, permitindo que a pessoa atue com integridade, objetividade e ceticismo profissional;
- b) aparência de independência – evitar fatos e circunstâncias que sejam tão significativos a ponto de que um terceiro informado e prudente provavelmente concluiria, ponderando todos os fatos e circunstâncias específicas, que a integridade, a objetividade ou o ceticismo profissional da firma, ou de membro da equipe de auditoria ficaram comprometidos.

Para Rocha (2020, p. 10 e 14), “a independência é um valor inerente à atividade de auditoria”, os auditores devem atuar “de forma objetiva e isenta sem quaisquer influências, pressões sociais, financeiras e profissionais, de forma a transmitir confiança nas suas opiniões e relatos”. De acordo com o trabalho de DeAngelo (1981, pp. 115 e 116, tradução livre), a independência do auditor depende da capacidade percebida de descobrir erros ou violações ao sistema contábil e de resistir às pressões do cliente para não divulgar as violações encontradas.

É dever do auditor precaver-se contra ameaças a requisitos éticos relevantes, inclusive a independência, e responder a

quaisquer violações contra esses requisitos. Para tanto, a NBC PG 100 (R1), item 120.6A3, identifica cinco categorias de ameaças: interesse próprio, autorrevisão, defesa de interesse do cliente, familiaridade e intimidação. Ao tratar dessas ameaças, Rocha (2020, p.14) destaca que “o risco em auditoria pode representar uma ameaça de que um facto ocorra e impeça o atingir dos objetivos propostos pela empresa”. Nesse sentido, a falta de tratamento adequado às ameaças e violações a requisitos éticos relevantes pode afetar severamente o objetivo do trabalho: aumentar o grau de confiança dos usuários.

3 Processo de Implementação no Governo Federal

A previsão de auditorias financeiras nas unidades administrativas da União se inicia na Constituição de 1967 e permanece nas constituições posteriores sem mudanças significativas. Dessarte, a fiscalização contábil deve ser exercida pelo Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Apesar da previsão constitucional, o evento que iniciou o movimento de implementação de auditoria financeira no setor público foi o diagnóstico do *Public Expenditure and Financial Accountability* (Pefa), programa realizado com a parceria, dentre outras agências, do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da Comissão Europeia. O diagnóstico foi emitido em 2009, e concluiu que o TCU deve emitir opinião sobre a confiabilidade das demonstrações contábeis consolidadas do governo

e dizer se elas apresentam adequadamente as transações financeiras do período. Para tanto, deve ir além do exame sobre o cumprimento da legislação e focar na confiabilidade dos sistemas e controles de gestão subjacentes às declarações e relatórios (Pefa, 2009, p. 59 e 60, tradução livre).

Em 2013, foi divulgado o resultado da revisão de pares feita pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) acerca da atuação do TCU sobre as contas do Presidente da República. Entre outras recomendações, o relatório recomendou “alinhar a opinião de auditoria aos padrões internacionais para melhorar a compreensão do público sobre o seu significado para a integridade da prestação de contas governamental”, pois aumentar as capacidades de auditoria financeira deve contribuir para melhorar a forma, o conteúdo e o formato de pareceres de auditoria (OCDE, 2013, pp. 19 e 33 a 36, tradução livre).

No mesmo ano – em 2013 – foi contratada uma consultoria, com o apoio do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), com o objetivo de elaborar “uma estratégia e um plano de ação para redução de lacunas entre a auditoria realizada pelo TCU sobre o Balanço Geral da União e boas práticas internacionais” (Keaney, 2013, junho, p. 8). A consultoria concluiu que a função auditoria financeira no TCU se encontra em estágio menos avançado em comparação a outras EFS,

mas também que o Tribunal possui força institucional e capacidade operacional e tecnológica para aproximar-se rapidamente às boas práticas internacionais (Keaney, 2013, p. 8).



Em 2014, foi publicado o Acórdão TCU n.º 3608, de 2014, Plenário, que divulgou um diagnóstico sobre a função de auditoria financeira do TCU, o qual analisou quatro dimensões estratégicas: (1) função institucional, (2) competência constitucional e legal, (3) capital humano e (4) qualidade. O diagnóstico concluiu que “a prestação de contas aumenta o poder da informação para a sociedade” e que a realização de auditorias financeiras “é uma competência pouco desenvolvida, conforme diversos diagnósticos”. Por conseguinte, o Acórdão aprovou a Estratégia de Fortalecimento da Auditoria Financeira, com o objetivo de “aumentar a transparência, a credibilidade e a utilidade das contas públicas”.

Em 2016, foi publicado o Manual de Auditoria Financeira do TCU. Diante desse cenário, o TCU reformulou as suas normas sobre prestação de contas, com destaque à Resolução TCU n.º 291, de 2017, à Instrução Normativa TCU n.º 84, de 2020, e à Decisão Normativa TCU n.º 198, de 2022, que inseriram a auditoria financeira ao processo de prestação anual de contas das Unidades Prestadoras de Contas (UPCs) e às contas consolidadas do Governo.

4 Procedimentos metodológicos

Para alcançar o objetivo deste trabalho, a pesquisa foi dividida em duas partes: a primeira, predominantemente empírica, tem caráter qualitativo e foi desenhada para avaliar os aspectos formais da independência; a segunda, relacionada ao questionário de percepção aplicado, tem caráter quantitativo e foi desenhada para avaliar os aspectos aparentes da independência. Em ambas as partes, a análise concentrou-se nos

Quadro 1 - Questões aplicadas a servidores de órgãos de controle		
Categoria	Questão	Escalas
Confiança das informações financeiras e da eficácia das auditorias financeiras	Você confia nas informações divulgadas nas demonstrações contábeis das Unidades da Federação (União, estados, DF e municípios)?	Plenamente Bastante Um pouco Não Não sei responder
	Você crê que os trabalhos de auditoria financeira realizados pelos órgãos de controle aumentam a confiança nas demonstrações contábeis da União?	
Independência dos órgãos de controle	Você crê que os órgãos de controle possuem independência para avaliar a confiabilidade das demonstrações contábeis dos entes em que se situam?	Sim
	Você crê que os órgãos de controle possuem autonomia organizacional adequada para realizar auditorias financeiras com a independência necessária?	Apenas os OCE Apenas os OCI Não
	Você crê que os órgãos de controle possuem autonomia orçamentária e financeira adequada para realizar auditorias financeiras com a independência necessária?	Não sei responder
	Você crê que os órgãos de controle possuem autonomia ideológica e partidária adequada para realizar auditorias financeiras com a independência necessária?	

Fonte: elaborado pelo autor.

aspectos organizacional, financeiro e ideológico da independência. Trata-se, portanto, de pesquisa básica do tipo descritiva.

A primeira parte foi realizada por meio da pesquisa documental e bibliográfica, da esquematização do relacionamento entre órgãos de controle e entidades auditadas e da comparação, quando possível, com o modelo adotado no setor privado. Adverte-se que essa parte da pesquisa pode se tornar um pouco subjetiva em alguns argumentos e, muitas vezes, assemelhar-se a um ensaio de opinião.

A segunda parte foi realizada por meio de levantamento, a partir da aplicação de questionário a servidores de órgãos de controle. As questões foram simples e diretas e podem ser divididas em três categorias: (1) a identificação dos respondentes; (2) a percepção geral sobre a confiança das informações finan-

ceiras e sobre a eficácia das auditorias financeiras; e (3) a percepção sobre a independência dos órgãos de controle. As questões relacionadas às duas últimas categorias, relacionadas ao escopo da pesquisa, são as apresentadas no Quadro 1.

O questionário foi aplicado entre os dias 1/9 e 31/10/2024 e sua divulgação se deu por meio do envio aos endereços eletrônicos (e-mail) de todos os órgãos de controle da União, dos estados e do Distrito Federal e por meio da publicação em grupos de redes sociais os quais este autor tem acesso. Foram obtidas 158 respostas válidas, de 37 órgãos de controle, de todas as esferas da Federação e de todas as regiões geográficas do Brasil (no total, foram obtidas 160 respostas, mas duas delas foram desconsideradas: uma por não ter sido respondida por servidor de órgão de controle e outra porque o e-mail informado pertence a uma Secex, não a um indivíduo). Tentou-se evitar quaisquer influências sobre as respostas, seja pela introdução ao questionário, pela maneira de formular as questões ou pelo trato pessoal com os respondentes.



Ressalta-se que a escolha dos respondentes não ocorreu de maneira estatisticamente aleatória. Pelo contrário, ocorreu segundo os recursos disponíveis e a predisposição dos órgãos e servidores em contribuir com a pesquisa. Por esse motivo, embora os resultados permitam ter uma visão geral a respeito do assunto, é importante ter cautela ao interpretá-los. Não obstante, crê-se que a quantidade total de respostas foi razoável e que qualquer viés, se existir, seja desprezível.

Diante das limitações de tempo e de escopo, o questionário limitou-se a servidores de órgãos de controle. Uma pesquisa mais ampla deveria colher a percepção de gestores e servidores públicos não vinculados a órgãos de controle (responsáveis pelo objeto auditado) e a percepção de pessoas não vinculadas à administração pública (usuários). Entende-se que a separação desses grupos é indispensável para avaliar com precisão a aparência de independência dos órgãos de controle.

5 A Independência Formal dos Órgãos de Controle

5.1 Independência organizacional

No contexto deste trabalho, entende-se por independência organizacional a ausência de vínculo hierárquico, direto ou indireto, entre os auditores e os responsáveis pelo objeto de auditoria. De acordo com a NBC PG 100 (R1), o trabalho de auditoria deve ser realizado por “contador externo”, definido como o profissional da contabilidade em firma que presta serviços profissionais. Difere do “contador empregado”, que trabalha na condição de “empregado, contratado, sócio, conselheiro, sócio-diretor ou voluntário”. É por essa razão que, no setor privado, a assegurar das demonstrações contábeis compete a auditores



Fonte: elaborado pelo autor.

externos, que não pertencem ao quadro funcional da entidade que reporta a informação contábil. Os auditores internos, pertencentes à estrutura organizacional da entidade, podem atuar em conflito de interesses ou sob sérias ameaças à independência.

Frise-se que por “entidade” aqui não se faz alusão ao conceito jurídico, vinculado à existência de personalidade jurídica, mas, sim, ao conceito contábil, que se concentra na unidade econômica que reporta a informação. É, portanto, sobre a entidade contábil que se exige a independência dos auditores, não necessariamente uma entidade jurídica. De acordo com Iudícibus (2021, p. 27), para se caracterizar a entidade contábil, a dimensão econômica é mais importante do que a caracterização jurídica. Para o autor, entidade contábil é “o ente, juridicamente delimitado ou não, divisão ou grupo de entidades ou empresas para os quais devemos realizar relatórios distintos”. À vista disso, é possível reconhecer um ministério ou um Poder como entidade contábil, desconsiderando que juridicamente são identificados como órgãos (a personalidade jurídica pertence ao ente estatal). Também é possível reconhecer como entidade contábil um agrupamento de entidades do setor público, como ocorre quando se elabora demons-

trações consolidadas para um grupo de entidades da administração pública indireta e o respectivo ministério supervisor (órgão superior).

Para compreender o relacionamento dos órgãos de controle em relação ao objeto de auditoria, é preciso entender como eles se encaixam na estrutura de controle da entidade contábil. Para tanto, é importante considerá-los em três perspectivas: em relação ao ente estatal, em relação à esfera de Poder e em relação à Unidade Prestadora de Contas (UPC).

5.1.1 Perspectiva do ente estatal

A estrutura de controle dos entes estatais, com as devidas ressalvas, se assemelha à estrutura consolidada em corporações de grande porte. Externamente, os proprietários e investidores delegam recursos e poderes a uma organização, para que ela se dedique a perseguir os interesses desses atores externos. Internamente, a organização normalmente é governada por um colegiado superior, responsável por aprovar a estratégia, que delega recursos e poderes a uma diretoria executiva. Esta diretoria executiva, por sua vez, é responsável por executar a estratégia e, para tanto, emprega a força de trabalho dos demais colaboradores.

A estrutura constitui-se como uma cadeia de relacionamentos do tipo agentes e principal, conforme disposto na Figura 1.

“As unidades de auditoria, por outro lado, são classificadas em auditoria interna ou em auditoria externa. Essa diferença costuma ser associada, de modo simplificado, à posição da unidade de auditoria em relação à estrutura organizacional da entidade auditada.”

No *setor privado*, os sócios são os proprietários; a estratégia é aprovada pelo Conselho de Administração e é executada pela diretoria executiva (composta pelo diretor-presidente e pelos demais diretores); e as tarefas são realizadas pelos empregados da organização.

No *setor público*, a sociedade (contribuinte de impostos) é a proprietária; a estratégia é aprovada pelo Poder Legislativo, sobretudo por meio das leis orçamentárias; a estratégia é executada pelos chefes de Poder e seus auxiliares, no caso da União: (1) pelo Presidente da República e ministros de Estado, no Poder Executivo; (2) pelas Mesas das Casas do Congresso Nacional, no caso do Poder Legislativo; e (3) pelos presidentes de Tribunais, no caso do Poder Judiciário. Os servidores públicos são responsáveis pela realização das tarefas.

Em ambos os universos – setor privado e setor público –, os investidores compreendem as instituições financeiras credoras de empréstimos e os adquirentes de títulos públicos ou privados, conforme o caso.

Para exercer controle sobre os recursos e poderes concedidos, cada relacionamento é fiscalizado com o auxílio de uma estrutura de controle, que deve responder aos interesses dos usuários (principal) e ser

Quadro 2 - Cadeira de relacionamentos agente e principal, no setor público e no setor privado					
PAPEL	NÍVEL	Setor Privado		Setor Público	
		Agente	Controle	Agente	Controle
Proprietários	Principal	sócios	Conselho Fiscal	sociedade	Controle Social
Aprovar a estratégia	Governança	Conselho de Administração	Auditoria Interna	Poder Legislativo	Tribunais de Contas
Executar a estratégia	Gestão	Diretoria Executiva	Estrutura de Controle Interno	Chefe de Poder	Sistema de Controle Interno

Fonte: elaborado pelo autor.

independente em relação aos responsáveis pelo objeto (agentes).

De acordo com o modelo constante na sexta edição do Código de Boas Práticas de Governança Corporativa (IBGC, 2023, pp. 59 a 64), a diretoria executiva é auxiliada pela estrutura de controle interno (controle de primeira e de segunda linha); o conselho de administração, pela auditoria interna (controle de terceira linha), com ou sem a supervisão de um comitê de auditoria; os proprietários são auxiliados pelo conselho fiscal e, no que se refere às informações financeiras, os proprietários e investidores (usuários externos) são auxiliados pela auditoria independente.

Segundo essa comparação, no setor público, os órgãos de controle interno se posicionam à semelhança da segunda linha da estrutura de controle interno e os Tribunais de Contas, à semelhança de auditorias internas (terceira linha). A função desempenhada pelo conselho fiscal é realiza-

da pelo controle social organizado. Não se tem conhecimento sobre a existência de uma estrutura de controle que ocupe o papel que no setor privado pertence à auditoria externa. Dessarte, essa função tem sido ocupada pelos órgãos de controle externo e interno. A comparação entre os agentes e estruturas de controle dos níveis de principal, de governança e de gestão é realizada no Quadro 2.

Isso explica o porquê de os Tribunais de Contas preocuparem-se com aspectos operacionais e de conformidade e não somente com a fidedignidade das demonstrações contábeis, como faria uma auditoria externa. Com efeito, com exceção das auditorias financeiras, os trabalhos realizados pelos Tribunais de Contas assemelham-se mais aos realizados por unidades de auditoria interna do que aos realizados por firmas de auditoria externa. Em função disso, na perspectiva do ente estatal, o TCU é a auditoria interna da União.

5.1.2 Perspectiva da esfera de Poder

Sob a perspectiva da esfera de Poder, os órgãos de controle interno pertencem à estrutura de controle de cada Poder e os órgãos de controle externo, embora vinculados ao orçamento do Poder Legislativo, são técnica e administrativamente independentes dos três Poderes da República. Esta parece ser a perspectiva mais utilizada pelos órgãos de controle, é a partir dela que deriva a clássica divisão entre controle interno e controle externo.

Nesse sentido, a Controladoria-Geral da União (CGU) se reconhece como a Unidade de Auditoria Interna Governamental (UAIG) do Poder Executivo Federal e, em concordância, no Acórdão n.º 1171, de 2017, Plenário, o TCU se pronunciou com o entendimento de que as competências da Secretaria Federal de Controle Interno (SFC) – unidade da CGU responsável pela função de auditoria – são compatíveis com o exercício de auditoria interna, segundo os padrões internacionais.

Consoante a esta perspectiva, a Declaração de Lima (Intosai, 2021) afirma que as Entidades de Fiscalização Superior (EFS) prestam serviços de auditoria externa, uma vez que “não fazem parte da estrutura organizacional das instituições a serem auditadas”. Com isso, a Intosai desconsidera que as Cortes de Contas, no caso brasileiro, pertencem à estrutura organizacional do ente federativo, mas dá ênfase à sua posição em relação à estrutura de Poder. Com o mesmo entendimento, o TCU (2016, p. 16) publicou um esquema em que ele se posiciona como uma instância de “quarta linha” de controle (auditoria externa), diferenciando-se de uma auditoria interna (terceira linha), em referência ao modelo proposto pelo IIA (2020) que divide a estrutura de controle de uma organização em três linhas.

Mais recentemente, o Referencial Básico de Governança Organizacional do TCU (2020, pp. 39 e 40) desenvolveu uma representação do Sistema de Governança em organizações públicas – notoriamente inspirado no esquema apresentado pelo IBGC (2015, p. 19) – que classifica o TCU como “instância externa de governança”. Segundo essa representação, as auditorias independentes seriam exemplos de “instância externa de apoio à governança” e as auditorias internas, exemplos de “instância interna de apoio à governança”.

5.1.3 Perspectiva da Unidade Prestadora de Contas

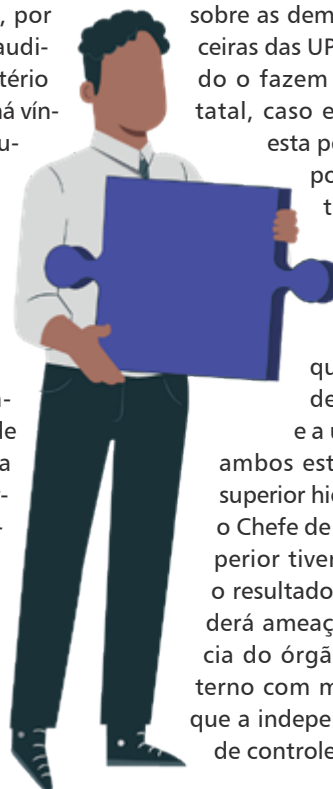
Por fim, a perspectiva da UPC é observada quando o órgão de controle realiza um trabalho de auditoria financeira sobre as contas de um órgão ou entidade da administração pública. Sob essa perspectiva, tanto os órgãos de controle interno quanto os órgãos de controle externo atuam na função de uma auditoria independente em relação à entidade contábil. Quando, por exemplo, a CGU realiza auditoria financeira no Ministério da Educação (MEC), não há vínculo hierárquico, tampouco a CGU está inserida na estrutura organizacional do Ministério. Atua, portanto, à semelhança de uma unidade de auditoria externa.

Silva (2002, p. 11), ao examinar a independência do órgão central de controle interno, destaca a independência dos órgãos de controle em relação aos órgãos e entidades auditadas. Ademais, o autor explica que o escopo de trabalho dos órgãos de controle interno inclui atribuições típicas de auditorias ex-

ternas e de auditorias internas, conforme citação a seguir:

Comparando-se a forma de atuação e independência dos órgãos de auditoria do setor público com a iniciativa privada, constata-se, pela abrangência do trabalho e pelas prerrogativas e responsabilidades constitucionais conferidas aos órgãos de controle interno do setor público, que estes atuam com independência em relação aos órgãos e entidades auditadas. Verifica-se também que o escopo do trabalho abrange tanto o da auditoria externa, pela emissão de relatórios e pareceres endereçados aos tribunais de contas e à sociedade, sobre as contas e sobre a gestão fiscal dos administradores, quanto o da auditoria interna, quando age preventivamente no acompanhamento, orientação e assessoramento à administração.

Aplicando-se esses conceitos, conclui-se que os órgãos de controle possuem independência organizacional quando emitem opinião sobre as demonstrações financeiras das UPC, mas não quando o fazem sobre o ente estatal, caso em que prevalece esta perspectiva. Não se pode desprezar, entretanto, a influência da esfera de Poder. Embora não exista vínculo hierárquico entre o órgão de controle interno e a unidade auditada, ambos estão sujeitos a um superior hierárquico comum, o Chefe de Poder. Se esse superior tiver interesses sobre o resultado da auditoria, poderá ameaçar a independência do órgão de controle interno com mais facilidade do que a independência do órgão de controle externo.



“A independência dos órgãos de controle depende da estabilidade das dotações orçamentárias em relação aos resultados apresentados. À vista disso, os órgãos de controle externo possuem mais garantias do que os órgãos de controle interno.”

5.2 Independência financeira

No contexto deste artigo, a independência financeira será considerada como a inexistência de impactos ou de ameaças de impactos sobre os rendimentos dos órgãos de controle e de seus servidores em consequência de suas opiniões. Tem relação à ameaça de interesse próprio, conforme os tipos de ameaça constantes na NBC PG 100, e pode manifestar-se na forma de incentivo (quando o auditor recebe algo por determinada opinião) ou na forma de punição (quando o auditor perde algo por determinada opinião).

No setor privado, as firmas de auditoria são contratadas pela entidade que reporta, especificamente, segundo o Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa (IBGC, 2023), pelo conselho de administração. Em resumo, os agentes responsáveis pela renda da firma de auditoria são, ao mesmo tempo, os responsáveis pelo objeto avaliado, ainda que apenas pela aprovação da estratégia e pela fiscalização de sua execução. Em que pese as firmas de auditoria defenderem os interesses dos usuários, são re-

munerados pela parte responsável. O arranjo não favorece a independência financeira dos auditores, sobretudo nos assuntos em que os interesses dos usuários são divergentes dos interesses dos membros do conselho de administração. Se eles mantêm a objetividade de suas opiniões, é para permanecer íntegros a valores éticos e morais, para proteger a credibilidade de seu trabalho – necessária à sobrevivência da firma no longo prazo – e para evitar penalidades civis e penais.

Igualmente, no setor público, os recursos financeiros dos órgãos de controle são fornecidos diretamente pelo ente estatal, não pelos usuários da informação. A diferença entre o arranjo privado e o arranjo público reside na estabilidade da retribuição financeira: enquanto a firma privada de auditoria corre o risco de perder o cliente a qualquer momento, isso não ocorre no setor público. Por esse motivo, sob o aspecto financeiro, os órgãos de controle possuem maior inde-



pendência do que as firmas privadas de auditoria.

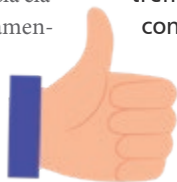
Com o fim de aprofundar o entendimento sobre a independência financeira no setor público, vale fazer distinção entre a independência do órgão de controle (financiamento da instituição) e a independência dos auditores (remuneração dos servidores públicos).

5.2.1 Financiamento da instituição

A independência dos órgãos de controle depende da estabilidade das dotações orçamentárias em relação aos resultados apresentados. À vista disso, os órgãos de controle externo possuem mais garantias do que os órgãos de controle interno. O princípio 11 da Declaração do México sobre Independência (Intosai, 2017) requer, como requisito essencial para a realização de auditoria adequada do setor público, “autonomia financeira, gerencial/administrativa e disponibilidade de recursos humanos, materiais e monetários adequados”. Em decorrência disso, a Constituição Federal assegura aos órgãos de controle externo os mecanismos necessários à sua independência, conforme destacado nas normas de auditoria do TCU (TCU, 2020):



19. Complemento importante à independência do TCU é a disposição dos recursos financeiros e orçamentários necessários ao desempenho de suas atribuições, caracterizada pela existência de dotações próprias na lei orçamentária anual, pela elaboração de seu próprio orçamento, dentro dos limites da lei de diretrizes orçamentárias, sem a interferência de terceiros, pela execução orçamentária e financeira por unidade de sua própria estrutura administrativa, pelo recebimento de recursos do tesouro segundo parâmetros não discricionários e pela não sujeição a limitações de empenho e movimentação financeira por outro órgão ou Poder. [...]



de sentença judicial transitada em julgado, de processo administrativo ou de procedimento de avaliação periódica de desempenho, em todos os casos, assegurada ampla defesa. Ainda que na situação extrema de extinção do órgão de controle, os servidores devem ser aproveitados em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis. Por exemplo, com a extinção do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará (TCM-CE), todos os servidores foram incorporados ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE), sem prejuízo da sua remuneração.

5.3 Independência ideológica

Neste trabalho, a independência ideológica será considerada no contexto da política, no sentido da disputa de poder, dos conflitos partidários pela hegemonia do discurso. Desse modo, independência ideológica refere-se, neste artigo, à liberdade de pensamento dos auditores, quando atuam livres de vieses ideológicos e partidários. Ressalta-se que as ameaças à liberdade ideológica são as mais difíceis de serem demonstradas, pois, normalmente, não deixam vestígio documental de sua ação ou esse vestígio é difícil de ser demonstrado.

Sabe-se, vive-se um período politicamente polarizado, em que muitas vezes as convicções políticas se tornam verdadeiras religiões. Consciente ou inconscientemente, os agentes estão sujeitos a interpretar a realidade segundo o viés de sua ideologia e isso pode afetar substancialmente o resultado dos trabalhos de auditoria. Em relação aos órgãos de controle, a análise será conduzida sobre duas perspectivas, a independência dos dirigentes e a independência dos ser-

vidores. Em ambos os casos, serão analisadas: a isenção dos processos de seleção e as garantias contra ameaças à liberdade ideológica dos agentes.

5.3.1 Independência dos dirigentes

Quanto aos dirigentes, dois modelos devem ser considerados: o aplicado aos órgãos de controle externo e o aplicado aos órgãos de controle interno. É importante destacar que a análise quanto à independência ideológica dos dirigentes deve considerar, além da possibilidade de cooptação, o seu potencial e predisposição de influenciar o trabalho dos servidores. Em todo caso, é preciso avaliar a consciência do viés ideológico e a integridade dos dirigentes e servidores.

Os dirigentes das Cortes de Contas são selecionados por indicação paritária: dois terços pelo Poder Legislativo e um terço pelo Chefe do Poder Executivo, condicionado à aprovação do Poder Legislativo (pelo Senado Federal, no caso da União). Ademais, uma vez que as decisões são tomadas majoritariamente por órgão colegiado, a pluralidade de ideologias corresponde à principal defesa contra a cooptação do Plenário e das Câmaras dos órgãos de controle externo. Acerca das ameaças, aos ministros e conselheiros dos órgãos de controle externo são concedidas as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos ministros do Superior Tribunal de Justiça, no caso da União, ou dos desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça, no caso dos estados e do Distrito Federal. Essas “garantias”, assim como o fato de as decisões serem tomadas por órgão colegiado”, buscam proteger o órgão de controle contra ameaças à independência, inclusive ideológica.



Os órgãos de controle interno, por outro lado, embora normalmente possuam quadro de pessoal e dotações orçamentárias próprias, não possuem garantias legais ou constitucionais sobre os seus recursos. Assim, ainda que não seja permitido a um ente da Federação extinguir o sistema de controle interno, o Chefe de Poder é capaz de restringir severamente os seus recursos, desde que arque com os custos políticos dessa decisão.

5.2.2 Remuneração dos auditores

A independência financeira dos auditores, diferente do que ocorre para os órgãos de controle, é vinculada à remuneração dos servidores. Em virtude das regras do Regime Jurídico Único (RJU), tanto os servidores de órgãos de controle externo quanto servidores de órgãos de controle interno possuem sólidas garantias sobre a estabilidade de sua remuneração.

Com efeito, no caso da União, os ocupantes de cargo efetivo tornam-se estáveis após três anos de efetivo exercício e somente podem perder o cargo em virtude

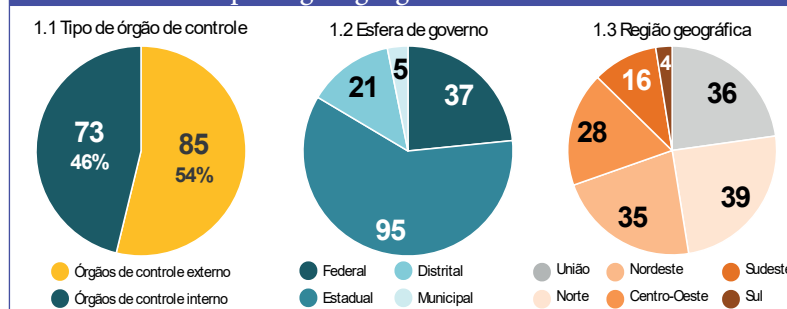
“A diferença entre o arranjo privado e o arranjo público reside na estabilidade da retribuição financeira: enquanto a firma privada de auditoria corre o risco de perder o cliente a qualquer momento, isso não ocorre no setor público.”

Os órgãos de controle interno, de maneira diferente, são dirigidos por autoridade singular, nomeada e exonerada pelo Chefe do Poder, normalmente sem a necessidade de aprovação por autoridade externa. Espera-se, portanto, que sua postura seja alinhada à ideologia política do grupo detentor do poder. Em relação às garantias contra ameaças à independência, os dirigentes dos órgãos de controle interno ocupam cargos de “livre nomeação e exoneração”, sem garantias legais ou constitucionais que os protejam contra ameaças à independência ideológica ou contra o interesse dos governantes.

5.3.2 Independência dos servidores

A seleção de servidores é realizada predominantemente por meio de “concurso público”, supostamente isento de vieses ideológicos. A esse respeito, porém, tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei n.º 6.138, de 2023, que veda a utilização de questões com viés ideológico em provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), de concursos públicos e de vestibulares de universidades públicas. Em relação às ameaças à liberdade ideológica, a estabilidade dos servidores é a principal garantia contra as interferências políticas, associada à liberdade de consciência assegurada constitu-

Gráfico 1 - Composição da amostra, por tipo de órgão de controle (interno ou externo), por esfera de governo e por região geográfica do Brasil



Fonte: dados da pesquisa.

cionalmente a todos os brasileiros.

Não foi observada diferença entre os servidores de órgãos de controle interno e os servidores de órgãos de controle externo. Ambos estão submetidos às mesmas proteções, decorrentes do Regime Jurídico Único dos servidores públicos.

6 A Independência Aparente dos Órgãos de Controle

Conforme representado no Gráfico 1, a amostra incluiu servidores de órgãos de controle interno (70 respostas) e de órgãos de controle externo (84 respostas) de forma bem equilibrada. Porém, não obtive o mesmo equilíbrio em relação à esfera de Governo e em relação

às regiões geográficas, pela pouca quantidade de respostas que obtive de órgãos municipais (5 respostas) e das regiões Sul (4 respostas) e Sudeste (16 respostas). Frise-se, sob a classificação regional, as respostas de servidores da CGU e do TCU figuram como “União”, uma vez que esses órgãos atuam em todas as regiões do país.

É importante considerar que, dado que a pesquisa estuda aspectos das competências dos auditores, os resultados podem apresentar algum nível de viés, em que as respostas representem não a percepção dos respondentes, mas os seus interesses pessoais ou organizacionais. Espera-se que, se houver, esse viés seja irrisório e não interfira nas conclusões da pesquisa.

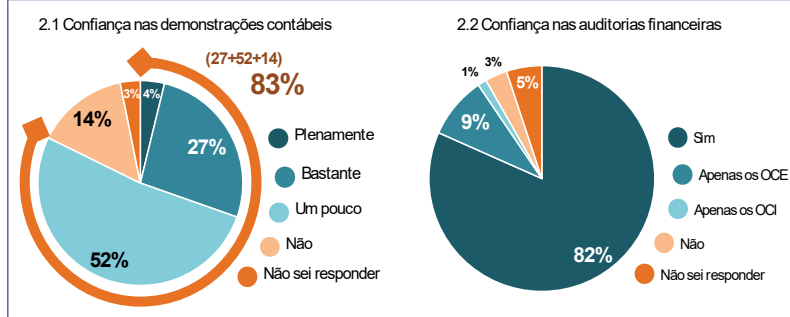
6.1 A percepção geral sobre a auditoria financeira

A percepção geral dos servidores de órgãos de controle sobre a confiança das informações financeiras e sobre a eficácia das auditorias financeiras foi coletada por duas questões:

- 1) Você confia nas informações divulgadas nas demonstrações contábeis das Unidades da Federação (União, estados, DF e municípios)?
- 2) Você crê que os trabalhos de auditoria financeira realizados pelos órgãos de controle aumentam a confiança nas demonstrações contábeis da União?

De acordo com a pesquisa, há, da parte dos servidores, algum grau de confiança nas informações financeiras do setor público, conforme apresenta o Gráfico 2. Com efei-

Gráfico 2 - Grau de confiança sobre as demonstrações contábeis e sobre as auditorias financeiras do setor público



Fonte: dados da pesquisa.

to, cerca de 83% dos respondentes possuem alguma confiança nessas informações, distribuídos entre servidores que confiam plenamente (6 respostas), bastante (42 respostas) e um pouco (82 respostas). Por seu turno, 82% dos respondentes acreditam que as auditorias financeiras aumentam a confiança nas demonstrações contábeis (129 respostas), independentemente se realizadas por órgão de controle externo ou por órgão de controle interno. Esse dado é bastante relevante, pois significa que a percepção da utilidade das auditorias financeiras é alta e que essa percepção é pouco afetada pelo tipo de órgão de controle que realiza a auditoria.

É importante ressaltar que a distribuição das respostas se manteve similar, mesmo segregando-as por tipo de órgão de controle, por esfera de governo e por região geográfica. Independentemente do recorte, todas as curvas apresentaram formato similar, com pico na opção correspondente a “um pouco” de confiança, com uma única exceção: a região Sul, para a confiança nas demonstrações contábeis, cujas respostas empataram nas opções “bastante” (2 respostas) e “um

pouco” (2 respostas). Presume-se que esse resultado seja consequência da pequena quantidade de respostas obtidas nessa região (apenas 4 respostas).

6.2 A percepção sobre a independência dos órgãos de controle

A percepção sobre a independência dos órgãos de controle foi coletada por quatro questões, uma sobre a independência geral e três associadas a cada um dos aspectos tratados neste artigo, organizacional, financeiro e ideológico, conforme a seguir:

- 1) Você crê que os órgãos de controle possuem independência para avaliar a confiabilidade das demonstrações contábeis dos entes em que se situam?
- 2) Você crê que os órgãos de controle possuem autonomia organizacional adequada para realizar auditorias financeiras com a independência necessária?
- 3) Você crê que os órgãos de controle possuem autonomia orçamentária e financeira adequada para realizar auditorias financeiras com a independência necessária?
- 4) Você crê que os órgãos de controle possuem autonomia ideológica e partidária adequada para realizar auditorias financeiras com a independência necessária?

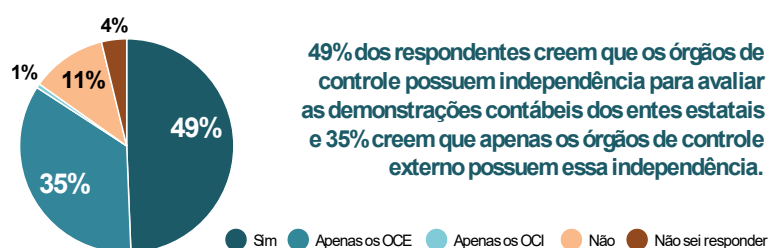


“Os órgãos de controle interno, de maneira diferente, são dirigidos por autoridade singular, nomeada e exonerada pelo Chefe do Poder, normalmente sem a necessidade de aprovação por autoridade externa. Espera-se, portanto, que sua postura seja alinhada à ideologia política do grupo detentor do poder.”

De acordo com os dados coletados, apresentados no Gráfico 3, a seguir, 49% (78 respostas) dos respondentes creem que os órgãos de controle possuem independência para avaliar as demonstrações contábeis dos entes estatais; 35% (55 respostas) creem que apenas os órgãos de controle externo possuem essa independência; e cerca de 1% (1 resposta) considera independentes apenas os órgãos de controle interno. Apenas 11% (18 respostas) dos respondentes acreditam que os órgãos de controle não possuem independência e, por consequência, 46% (35% + 11%) (73 respostas) não acreditam que os órgãos de controle interno possuem a independência necessária.

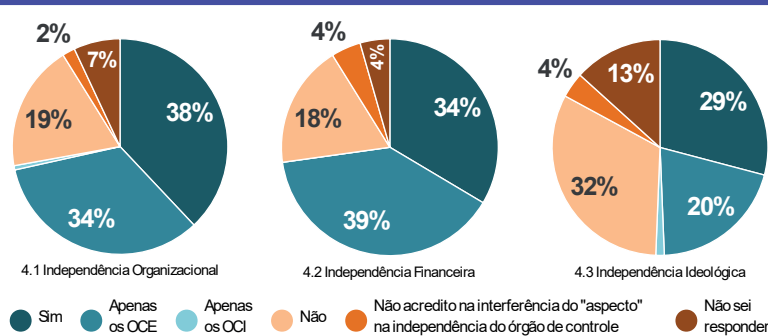
Curiosamente, o percentual de respostas que indicaram crer na independência dos órgãos de controle (49%) é substancialmente menor que o percentual de respostas que indicaram crer na utilidade das auditorias financeiras (82%). Conclui-se que, apesar de a independência ser considerada uma característica fundamental para as auditorias financeiras, na percepção dos servidores de órgãos de controle a ausência de independência não é suficiente para que as auditorias percam sua capacidade de aumentar a confiança das demonstrações contábeis. É possível

Gráfico 3 - Percepção geral sobre a independência dos órgãos de controle para a realização de auditorias financeiras



Fonte: dados da pesquisa.

Gráfico 4 - Percepção sobre a independência organizacional, financeira e ideológica dos órgãos de controle para a realização de auditorias financeiras



Fonte: dados da pesquisa.

que a técnica ou a aderência aos padrões internacionais sejam, na percepção dos respondentes, fatores igualmente relevantes para a utilidade das auditorias.

Em relação aos aspectos organizacional, financeiro e ideológico, é possível notar que o aspecto ideológico apresenta a menor percepção de independência, conforme apresenta o Gráfico 4. O resultado indica que os servidores possuem menos confiança na independência ideológica dos órgãos de controle do que nos demais aspectos da independência.

ológico apresenta a menor percepção de independência, conforme apresenta o Gráfico 4. O resultado indica que os servidores possuem menos confiança na independência ideológica dos órgãos de controle do que nos demais aspectos da independência.

Efetivamente, enquanto a opção “sim” – que indica a percepção dos servidores de que os órgãos de controle são independentes – alcançou apenas 29% (46 respostas) no aspecto ideológico, essa opção alcançou 38% (60 respostas) no aspecto organizacional e 34% (53 respostas) no aspecto financeiro. No mesmo sentido, enquanto a opção “não” – que indica a percepção dos servidores de que os órgãos de controle não são independentes – alcançou 32% (51 respostas) no aspecto ideológico, essa opção alcançou apenas 19% (30 respostas) no aspecto organizacional e apenas 18% (29 respostas) no aspecto financeiro.

Em outro giro, em todas as questões, as opções “sim”, “apenas órgãos de controle externo” e “não” concentram a maior quantidade de respostas. São, também, as opções que apresentam as variações mais significativas. Os servidores de controle interno tendem a responder “sim” e “não” em maior proporção que os servidores de controle externo. Por outro lado, os servidores de controle externo tendem a responder “apenas órgãos de controle externo” em maior proporção que os servidores de controle interno. Aparentemente, os servidores dos órgãos de controle interno são mais propensos a avaliar os órgãos de controle como um mesmo grupo, considerando-os independentes ou não para o trabalho. Os servidores dos órgãos de controle externo consideram, em maior proporção, as diferenças entre esses tipos de órgão, por isso são mais propensos a considerar independentes apenas os órgãos de controle externo.



esses órgãos pertencerem à estrutura organizacional da entidade contábil. A influência da esfera de Poder não pode ser desconsiderada, sobretudo ao

5 Considerações Finais

Para que a opinião dos auditores seja útil, é necessário que eles se protejam de quaisquer ameaças à sua independência, seja em sua independência de fato (de pensamento) ou em sua aparência de independência. Por esse motivo, é importante que o modelo utilizado para a certificação das contas públicas assegure a independência dos órgãos de controle. Nesse sentido, o estudo se propôs a avaliar a independência dos órgãos de controle, de fato e de aparência, sobre três aspectos: organizacional, financeira e ideológica.

Em relação ao aspecto organizacional, conclui-se que os órgãos de controle, interno e externo, possuem independência para avaliar as demonstrações contábeis das UPC, haja vista não haver vínculo organizacional entre eles, mas, não, para avaliar o Balanço Geral do ente estatal a que pertence, tendo em vista

se avaliar a independência dos órgãos de controle interno. Estando sujeitos ao controle de um superior hierárquico comum – o Chefe de Poder –, a independência do órgão de controle interno pode ser ameaçada caso esse superior hierárquico possua interesses sobre o resultado da auditoria.

Em relação ao aspecto financeiro, os órgãos de controle externo possuem garantias mais robustas do que os órgãos de controle interno; em relação aos servidores, em virtude do Regime Jurídico Único dos servidores públicos, não foi identificada diferença entre a independência dos servidores de controle externo e a independência dos servidores de controle interno. Não obstante, ambos os órgãos são financeiramente mais independentes do que firmas privadas de auditoria, dado que a sua renda é mais estável que a renda das firmas privadas.

Em relação ao aspecto ideológico, os dirigentes de órgãos de controle externo possuem maiores proteções contra ameaças à independência em relação aos dirigentes de órgãos de controle interno, sobretudo por três fatores: (1) a seleção de ministros e conselheiros é feita por indicação paritária, com a aprovação do Poder Legislativo; (2) suas decisões em processos de controle são feitas majoritariamente de forma colegiada; (3) e estão sujeitos às mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos membros do Poder Judiciário.



“Curiosamente, o percentual de respostas que indicaram crer na independência dos órgãos de controle (49%) é substancialmente menor que o percentual de respostas que indicaram crer na utilidade das auditorias financeiras (82%).”

Adverte-se, porém, que a cooptação de dirigentes de órgãos de controle externo parecem ter efeitos mais nocivos e duradouros. As garantias criadas para protegê-los contra ameaças à independência também os protegem quando agem com viés ideológico. Destaca-se, a análise quanto à independência ideológica dos dirigentes deve considerar, além da possibilidade de cooptação, o seu potencial e predisposição de influenciar o trabalho dos servidores. Portanto é preciso avaliar a consciência do viés ideológico e a integridade dos dirigentes e servidores dos órgãos de controle. Em relação aos servidores, não foi observada diferença entre os servidores de órgãos de controle interno e os servidores de órgãos de controle externo, uma vez que ambos gozam das proteções decorrentes do Regime Jurídico Único dos servidores públicos.

Com respeito à aparência de independência, o questionário aplicado apurou que apenas 49% dos respondentes consideram que os órgãos de controle possuem independência para opinar sobre as informações financeiras dos entes estatais; 35% consideram que apenas os órgãos de controle externo possuem essa independência; e menos de 1% considera independentes apenas os órgãos de controle inter-

no. Apenas 11% dos respondentes acreditam que os órgãos de controle não possuem independência e, por consequência, 46% (35% + 11%) considera que os órgãos de controle interno não possuem a independência necessária.

Dos aspectos avaliados, a independência ideológica é o aspecto cuja percepção de independência é menor. Enquanto apenas 29% dos respondentes consideram que os órgãos de controle possuem independência ideológica para realizar auditorias financeiras, a independência organizacional e a financeira são percebidas respectivamente por 38% e por 34% dos respondentes. Por fim, 82% dos servidores respondentes acreditam que as auditorias financeiras aumentam a confiança das demonstrações contábeis dos entes estatais, independentemente se realizadas por órgão de controle interno ou por órgão de controle externo.

Diante do exposto, conclui-se que os órgãos de controle possuem independência real para opinar sobre as demonstrações contábeis das UPC, apesar disso a independência aparente não é alta, especialmente em se tratando dos órgãos de controle interno. Em relação às informações financeiras do ente estatal, em que pese pertencerem à entidade contábil, dadas as proteções contra ameaças à independência, considera-se que apenas os Tribunais de Contas possuem a independência necessária para opinar. Compete à comunidade acadêmica descobrir quais os

fatores que reduzem a percepção de independência e o que pode ser feito para aumentá-la. Ademais, novas pesquisas podem aperfeiçoar a compreensão sobre as ameaças à independência e sobre a percepção de outros grupos, tais como de gestores e servidores não vinculados a órgãos de controle e de pessoas não vinculadas à administração pública. Com isso, considera-se alcançado o objetivo do trabalho.



Referências

Attie, W. (2018). Auditoria: conceitos e aplicações (7a ed.). Atlas.

DeAngelo, L. E. (1981). Auditor independence, 'low balling', and disclosure regulation. *Journal of Accounting and Economics*, 3(2), 113-127. [https://doi.org/10.1016/0165-4101\(81\)90009-4](https://doi.org/10.1016/0165-4101(81)90009-4)

Iudícibus, S. (2021). Teoria da Contabilidade (12a ed.). Atlas.

International Organization of Supreme Audit Institutions (2021). ISSAI 1 - Declaração de Lima. (original publicado em 2019). <https://nbasp.irbcontas.org.br/>

International Organization of Supreme Audit Institutions (2015). ISSAI 10 - Independência dos Tribunais de Contas. (original publicado em 1998). <https://nbasp.irbcontas.org.br/>

International Organization of Supreme Audit Institutions (2021). ISSAI 100 - Princípios fundamentais de auditoria do setor público (original publicado em 2019). <https://nbasp.irbcontas.org.br/>

Institute of Internal Auditors (2020). Modelo das três linhas do IIA 2020: uma atualização das três linhas de defesa. <https://iia brasil.org.br/noticias/documentos>

Institute of Internal Auditors (2024). Normas globais de auditoria interna (original publicado em 2024). <https://iia brasil.org.br/normasTheIIA.asp>

Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (2015). Código das melhores práticas de governança corporativa (5a ed.). <https://conhecimento.ibgc.org.br>

Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (2023). Código das melhores práticas de governança corporativa (6a ed.). <https://conhecimento.ibgc.org.br>

Keaney, D. J. (2013, junho). Produto 1: planejamento do estudo sobre boas práticas internacionais em auditoria financeira no setor público. <https://apoioauditoria.tcu.gov.br/normas-controle-externo/auditoria-financeira/>

Keaney, D. J. (2013, dezembro). Produto 4: boas práticas internacionais de auditoria financeira no setor público: comparação entre TCU e outras entidades de fiscalização superior. <https://apoioauditoria.tcu.gov.br/normas-controle-externo/auditoria-financeira/>

Lins, L. S. (2017). Auditoria: uma abordagem prática com ênfase na auditoria externa (4a ed.). Atlas.

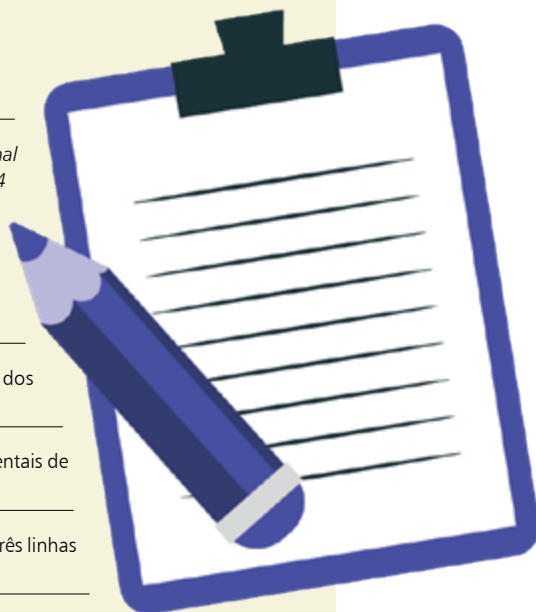
Organisation for Economic Co-Operation and Development (2013). Brazil's Supreme Audit Institution: the audit of the consolidated year-end government report. <https://www.oecd.org/en/publications.html>

Organisation for Economic Co-Operation and Development (2017). Brazil's Federal Court of Accounts: insight and foresight for better governance. <https://www.oecd.org/en/publications.html>

Public Expenditure and Financial Accountability (2009). Federal public financial management performance: based on the PEFA methodology. <https://www.pefa.org/node/2511>

Peter, M. G. A., Machado, M. V. V. (2014). Manual de Auditoria Governamental (2a ed.). Grupo GEN.

Rocha, M. A. C. (2020). A importância da independência dos auditores no trabalho de auditoria. <http://hdl.handle.net/10400.22/17457>

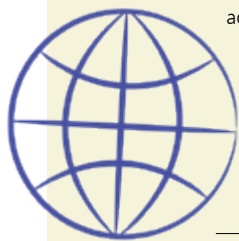


Silva, P. G. K. (2002, 1º semestre). O papel do controle interno na administração pública. *Revista ConTexto*, Porto Alegre, 2(2), 1-16. <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto>

Tribunal de Contas da União (2016). Gerenciamento eficaz de riscos e controles: modelo de quatro linhas de defesa, adaptado da Declaração de Posicionamento do *The Institute of Internal Auditors* (IIA). *Revista do Tribunal de Contas da União*, 48(135). <https://revista.tcu.gov.br/>

Tribunal de Contas da União (2020). Referencial básico de governança organizacional: para organizações públicas e outros entes jurisdicionados ao TCU (3a ed.). <https://portal.tcu.gov.br/>

Tribunal de Contas da União (2010). Normas de auditoria do Tribunal de Contas da União (revisão novembro 2020). <https://apoioauditoria.tcu.gov.br/>





Entre o débito e o algoritmo: a Inteligência Artificial e o reposicionamento epistemológico da Contabilidade

A Inteligência Artificial (IA) vem transformando profundamente a forma como a informação contábil é produzida, validada e interpretada, criando um cenário em que algoritmos e profissionais humanos compartilham a tarefa de gerar sentido econômico. Mais do que uma revolução tecnológica, trata-se de uma inflexão epistemológica, na qual a racionalidade algorítmica desafia o julgamento e a ética que tradicionalmente sustentam o conhecimento contábil. Apesar do avanço das pesquisas sobre automação e digitalização, observa-se uma lacuna teórica quanto aos impactos cognitivos, epistemológicos e institucionais da IA sobre a essência da Contabilidade e o papel do contador. Este estudo tem por objetivo analisar como a Inteligência Artificial desafia as bases epistemológicas da Ciência Contábil e propõe um reposicionamento da profissão por meio da figura do contador-curador de informação inteligente. Trata-se de um ensaio teórico de natureza interpretativa, fundamentado em revisão crítica da literatura clássica (Mattessich, Hopwood, Chua) e contemporânea (Floridi, Power, Brynjolfsson, Ifac), que integra perspectivas da filosofia da informação, ética profissional e teoria contábil. Os resultados indicam que a IA não substitui o contador, mas amplia sua função cognitiva e ética como mediador entre dados e decisões. Conclui-se que a Contabilidade deve ser compreendida como ciência da mediação informacional, reafirmando sua relevância social ao garantir a confiabilidade, a transparência e o significado humano das informações em uma economia cada vez mais automatizada.

André da Costa Ramos

Doutor em Ciências Contábeis e Administração pela Fucape Business School, mestre em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), especialista em Controladoria e contador. Atua como professor em cursos de graduação, pós-graduação e educação executiva nas áreas de Contabilidade Gerencial, Controladoria e Finanças. Possui experiência profissional de duas décadas na Petrobras, com foco em gestão de custos e performance.

E-mail: proframandosandre@gmail.com

1 Introdução

Entre o débito e o algoritmo, há uma história de milênios – e uma encruzilhada. O que começou como um ato humano de registro, cálculo e prudência tornou-se, agora, um exercício compartilhado com a inteligência das máquinas. Nos relatórios corporativos, nas auditorias automatizadas e nas previsões financeiras, o contador dialoga com sistemas que não apenas processam números, mas aprendem padrões, detectam anomalias e até sugerem decisões. A pergunta, então, deixa de ser “o que a IA pode fazer pela Contabilidade?” e passa a ser “o que a Contabilidade continuará significando em tempos de IA?”.

A Contabilidade consolidou-se, desde suas origens, como linguagem estruturante da racionalidade econômica moderna. O gesto de registrar um débito e um crédito – sistematizado por Luca Pacioli em 1494 – representou mais do que uma técnica de controle: foi a codificação de um modo de pensar a organização da atividade econômica e o comportamento patrimonial (Mattessich, 2003). Por séculos, o contador desempenhou o papel de guardião dessa racionalidade, traduzindo o caos das transações em forma, estrutura e sentido. Hoje, contudo, o advento da Inteligência Artificial (IA) inaugura uma nova mediação informacional, em que parte do processo cognitivo de registro, validação e interpretação é realizada por sistemas não humanos, deslocando o foco da mensuração para a curadoria da informação.

A IA generativa e preditiva redefine o modo como as informações

são criadas, validadas e interpretadas. O algoritmo deixa de ser apenas um instrumento de apoio para assumir um papel ativo na produção de inferências, na geração de representações e na sugestão de decisões, aproximando-se da condição de agente epistêmico. Nesse contexto, sistemas inteligentes não apenas processam dados, mas participam da construção do conhecimento organizacional, influenciando o que é considerado evidência, relevância e confiabilidade (Lehner, Sundgren & Samudhran, 2022; Floridi, 2019).

Historicamente, a teoria contábil se apoiou em fundamentos epistemológicos que equilibravam técnica e julgamento. Iudicibus (2017) e Hendriksen e Van Breda (1999) ressaltam que

o propósito essencial da Contabilidade é gerar informações úteis à decisão, o que pressupõe interpretação contextual. Hopwood (1987) e Burchell, Clubb e Hopwood (1980) aprofundaram essa visão ao demonstrar

que os sistemas contábeis não são espelhos neutros da realidade, mas artefatos sociais que constroem significados e legitimam ações. Chua (1986) e Mattessich (2003) complementam ao afirmar que o conhecimento contábil é produto de convenções, inferências e narrativas. Portanto, a Contabilidade sempre foi, antes de tudo, uma ciência interpretativa, e não meramente técnica.

Nesse sentido, entende-se por epistemologia da Contabilidade o conjunto de fundamentos que

orientam a produção, validação e interpretação do conhecimento contábil, isto é, os critérios que definem o que pode ser considerado informação confiável, como essa informação é construída e de que forma adquire significado no contexto econômico e social. Essa perspectiva desloca a análise da Contabilidade como mera técnica de registro para compreendê-la como um campo de construção de sentido, no qual normas, julgamentos e práticas institucionais participam ativamente da definição da realidade econômica (Mattessich, 2003; Hopwood, 1987).

A introdução da Inteligência Artificial desafia esse equilíbrio. A racionalidade contábil, ancorada na prudência, na essência sobre a forma e no julgamento ético, confronta-se com a racionalidade algorítmica, guiada pela eficiência, replicação e predição estatística (Mattessich, 2003; Floridi, 2019). Essa colisão de paradigmas não é apenas operacional, mas ontológica: redefine o papel do contador, o conceito de evidência e a própria natureza da confiabilidade. Surge, então, o risco de substituição não do profissional, mas do pensamento – o que exige uma reconstrução epistemológica da profissão e uma reflexão crítica sobre o papel da Contabilidade em ecossistemas de decisão automatizada.

Nesse contexto, emergem as questões que norteiam este estudo: **Como a Inteligência Artificial reconfigura as bases cognitivas da Contabilidade? Qual é o novo papel do contador diante de uma racionalidade algorítmica que aprende, prediz e decide?** O objetivo deste ensaio teórico é analisar como a IA desafia os fundamentos epistemológicos da Ciência Contábil e propor um reposicionamento da profissão por meio da figura do contador-curador de informação inteligente.



“A introdução da Inteligência Artificial desafia esse equilíbrio. A racionalidade contábil, ancorada na prudência, na essência sobre a forma e no julgamento ético, confronta-se com a racionalidade algorítmica, guiada pela eficiência, replicação e predição estatística (Mattessich, 2003; Floridi, 2019).”

A justificativa decorre da lacuna entre o avanço da IA e a escassez de reflexões teóricas sobre suas implicações cognitivas, éticas e epistemológicas para a Contabilidade. A literatura nacional tem privilegiado a automação e a digitalização de processos, destacando as transformações digitais e seus efeitos sobre a atuação profissional (Souza *et al.*, 2025; Kokina & Davenport, 2017), mas ainda carece de um enquadramento conceitual que reposicione a Contabilidade na era algorítmica, não como vítima da automação, mas como mediadora da inteligência.

Como contribuição, o ensaio propõe uma releitura epistemológica da Contabilidade como ciência da mediação informacional, capaz de integrar a racionalidade humana e a lógica algorítmica na construção de informações confiáveis, éticas e socialmente relevantes. Argumenta-se que, longe de perder relevância, a profissão contábil se torna ainda mais essencial à sociedade, pois garante a legitimidade, a inteligibilidade e a transparência das informações em um ambiente crescentemente automatizado.

2 Referencial Teórico

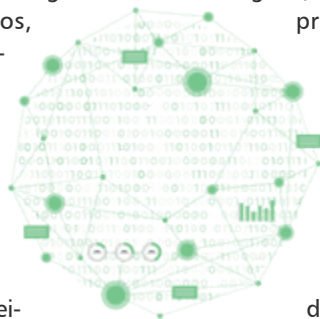
A compreensão da Contabilidade como ciência da mediação informacional exige revisitar suas bases epistemológicas. Desde suas origens, a Contabilidade sempre esteve no centro da racionalidade econômica – não apenas como técnica de registro, mas como sistema cognitivo e linguístico que organiza o pensamento sobre valor, desempenho e legitimidade (Burchell, Clubb & Hopwood, 1980; Mattessich, 2003). Ao longo do tempo, a Contabilidade consolidou-se como uma forma institucionalizada de produzir sentido sobre a realidade organizacional, operando na fronteira entre o técnico e o simbólico.

Nesse contexto, Mattessich (2003) destaca que o sistema contábil pode ser compreendido como uma linguagem formalizada da realidade econômica, estruturada por categorias conceituais que tornam os fenômenos empresariais comunicáveis e comparáveis. Em perspectiva complementar, Hopwood (1987) argumenta que a Contabilidade não apenas descreve fatos,

mas também molda comportamentos, decisões e relações de poder, conferindo-lhe uma racionalidade própria. De forma consistente com essa abordagem, Burchell *et al.* (1980) evidenciam que os números contábeis funcionam como artefatos sociais que legitimam ações e orientam práticas organizacionais.

Dessa forma, o conhecimento contábil emerge não como um reflexo neutro da realidade, mas como resultado de interpretações socialmente mediadas, nas quais o contador atua como intérprete e tradutor da complexidade econômica. Essa leitura reforça o entendimento de que a Contabilidade, ao mesmo tempo em que estrutura a informação, participa ativamente da construção de seu significado.

Essa dimensão linguística da Contabilidade revela seu papel como tecnologia cognitiva: um instrumento que codifica, classifica e estabiliza significados. Hines (1988) argumenta que a Contabilidade não representa a realidade, mas a constrói discursivamente, definindo o que será reconhecido como relevante e mensurável. Laughlin (1995) e Miller & Napier (1993) complementam que a Contabilidade participa dos processos de governança e racionalização, traduzindo valores e práticas sociais em forma numérica.



Nesse sentido, compreender a Contabilidade apenas como técnica seria reduzir sua complexidade epistemológica. Sua natureza híbrida – entre o cálculo e o significado, entre o número e a narrativa – expressa uma dupla racionalidade, que será explorada nas seções seguintes: a da mensuração objetiva e a da interpretação contextual. Essa tensão, que acompanha o pensamento contábil há séculos, torna-se ainda mais relevante na contemporaneidade, quando as fronteiras do julgamento humano são desafiadas pela Inteligência Artificial e pelos sistemas de decisão automatizados.

2.1 A contabilidade como linguagem e sistema de representação cognitiva

A Contabilidade deve ser compreendida como uma linguagem com gramática própria, um código simbólico que transforma o fluxo das atividades econômicas em estruturas compreensíveis, auditáveis e comunicáveis. Essa concepção transcende o entendimento da Contabilidade como mero instrumento técnico de mensuração, situando-a como um sistema de significação que organiza o modo como as sociedades modernas pensam, descrevem e legitimam o valor (Burchell, Clubb & Hopwood, 1980; Mattessich, 2003). O gesto de contabilizar não é neutro: é um ato cognitivo e social que define o que conta como realidade econômica (Hines, 1988).

Mattessich (2003) argumenta que os sistemas contábeis operam como *frameworks* conceituais normativos, estruturas formais de pensamento que possibilitam representar fenômenos econômicos de forma intersubjetivamente compreensível. A Contabilidade, nesse sentido, funciona como uma gramática da ra-

cionalidade econômica: define categorias, cria fronteiras semânticas e estabelece equivalências simbólicas entre eventos e valores. Essa gramática é o que permite que um mesmo evento – uma venda, um investimento, uma provisão – adquira sentido comum entre gestores, investidores e auditores, possibilitando coordenação e controle social.

Hopwood (1987) reforça essa visão ao conceber a Contabilidade como uma prática discursiva, um conjunto de representações e convenções que não apenas informam, mas moldam percepções de desempenho, mérito e legitimidade. Em suas palavras, os relatórios contábeis “não apenas retratam a organização, mas participam ativamente da construção de sua imagem e de sua identidade”. Essa leitura desloca a Contabilidade do campo técnico para o campo cultural, aproximando-a das teorias da Linguagem e das Ciências Sociais Interpretativas.

Nessa perspectiva, autores como Hines (1988) e Chua (1986) defendem que a Contabilidade não descreve a realidade: ela a constrói discursivamente. Ao selecionar o que será reconhecido, mensurado e divulgado, a Contabilidade define os contornos do que é considerado “relevante” ou “existente” no domínio econômico. Essa capacidade performativa faz com que o conhecimento contábil se torne uma forma de poder simbólico:

ele produz e estabiliza realidades institucionais. Assim, as demonstrações financeiras, longe de serem simples espelhos, são narrativas que conferem sentido, identidade e legitimidade às organizações.

Essa dimensão construtivista encontra ressonância em Miller e Napier (1993),

que concebem a Contabilidade como parte de um dispositivo de governança mais amplo, capaz de produzir racionalidades administrativas e políticas.

As práticas contábeis criam fronteiras entre o que é controlável e o que é externo, entre o econômico e o social. Em outras palavras, elas estruturam o próprio sentido da ação organizacional. A Contabilidade, portanto, é uma tecnologia de pensamento que possibilita tornar o mundo calculável e, portanto, governável.

Nos contextos contemporâneos, essa capacidade de representação é tensionada pelas tecnologias digitais. Moll e Yigitbasioglu (2019) demonstram que a digitalização dos processos contábeis transforma a natureza da linguagem contábil, substituindo parte do raciocínio dedutivo por inferências automatizadas. Os sistemas baseados em dados passam a gerar representações de forma autônoma, redefinindo o papel do contador, que deixa de ser apenas o autor da informação e passa a ser seu mediador. A intermediação técnica se torna também epistemológica: o contador precisa interpretar não apenas fatos econômicos, mas os próprios *outputs* gerados por sistemas inteligentes.

Embora a automação amplie a capacidade informacional, ela também cria zonas cinzentas e dependência algorítmica, em que os processos decisórios se tornam parcialmente ininteligíveis (Lehner *et al.*, 2022; de Laat, 2017). Essa nova configuração exige do profissional da contabilidade competências de curadoria, senso crítico e literacia digital, para avaliar se o que é representado pelos algoritmos continua fiel à substância econômica dos fenômenos.



“Dessa forma, o conhecimento contábil emerge não como um reflexo neutro da realidade, mas como resultado de interpretações socialmente mediadas, nas quais o contador atua como intérprete e tradutor da complexidade econômica.”

Nesse cenário, a Contabilidade deixa de ser apenas um espelho da economia e passa a constituir um sistema social de significação, no sentido proposto por Chua (1986). As demonstrações contábeis não são apenas instrumentos de mensuração, mas discursos institucionalizados que delimitam fronteiras de sentido, orientam decisões e legitimam narrativas de valor. O contador, nesse contexto, é um tradutor cognitivo: aquele que transforma o caos das transações em ordem simbólica, conectando o econômico ao ético e o técnico ao social.

Em suma, a Contabilidade como linguagem é mais do que um instrumento de registro: é uma forma de pensamento. Ela traduz o invisível em representação, o incerto em cálculo e o múltiplo em coerência. Essa dimensão simbólica é o que garante sua permanência como infraestrutura cognitiva da vida econômica, mesmo diante da automação. Por isso, compreender a Contabilidade como linguagem é reconhecer que o seu futuro

não depende da substituição tecnológica, mas da capacidade humana de continuar atribuindo sentido – e responsabilidade – aos números.

2.2 Fundamentos epistemológicos: da mensuração à interpretação

A epistemologia contábil nasce da interação entre a objetividade técnica da mensuração e o julgamento interpretativo do contexto. Desde os primórdios da disciplina, essa dualidade marca a busca por um equilíbrio entre a precisão matemática e o discernimento prudencial. Hendriksen e Van Breda (1999) e Iudícibus (2017) sustentam que a Contabilidade não se limita a registrar fatos: seu propósito é fornecer informações úteis à decisão, o que requer juízo de valor, interpretação e prudência. A “utilidade” da informação contábil, portanto, não é intrínseca – é construída a partir de convenções sociais e cognitivas que conferem significado aos números.

Essa “dupla racionalidade” – técnica e cognitiva – distingue a Contabilidade das ciências exatas e a aproxima das ciências sociais aplicadas. Enquanto a física busca leis universais, a Contabilidade se ocupa de fenômenos institucionais e contextuais. Como observa Mattessich (2003), o conhecimento contábil é condicional, normativo e interpretativo, dependente de modelos conceituais e valores subjacentes à prática profissional. É essa característica que transforma a Contabilidade em uma ciência de juízo e representação, e não apenas de mensuração.

Chua (1986) amplia esse entendimento ao propor que a Contabilidade deve ser concebida como uma prática social interpretativa, cujo conhecimento é moldado por instituições, valores e linguagem. A autora argumenta que a teoria contábil reflete relações de poder e visões de mundo, mais do que verdades objetivas sobre a realidade econômica. Nessa perspectiva, compreender a Contabilidade implica analisá-la nos contextos em que opera, como já indicava Hopwood (1983), ao evidenciar seu caráter socialmente construído. Assim, a Contabilidade não é espelho do real, mas instrumento que o configura discursivamente, estabelecendo o que será reconhecido, mensurado e legitimado.



Laughlin (1995), por sua vez, reforça essa visão ao defender a abordagem interpretativista, segundo a qual o conhecimento contábil é sempre mediado por contexto, cultura e finalidade. Essa perspectiva rompe com o positivismo dominante no século XX e insere a Contabilidade no campo das ciências interpretativas, em que o conhecimento não é descoberto, mas construído. Nesse paradigma, a objetividade é substituída pela plausibilidade intersubjetiva, e o rigor técnico é complementado pela coerência narrativa e pela consistência ética.

Nas últimas décadas, essa epistemologia interpretativa tem sido reconfigurada pela emergência de novas tecnologias cognitivas. De Santis e D’Onza (2021) demonstram que o uso de *big data* e *analytics* na auditoria redefine o conceito de evidência: algoritmos identificam padrões invisíveis ao olhar humano, mas permanecem dependentes de interpretação e legitimação. Agustí e Orta-Pérez (2023) observam que, embora a Contabilidade digital amplie a eficiência operacional, ela desafia a autoridade epistêmica do contador, deslocando parte da confiabilidade da interpretação humana para a inferência automatizada. Essa nova configuração exige do profissional da contabilidade competências de curadoria, senso crítico e literacia digital, para avaliar se o que é representado pelos algoritmos continua fiel à substância econômica dos fenômenos.

Essas transformações não invadem a epistemologia interpretativa, mas a expandem. O julgamento humano continua indispensável para assegurar a clareza interpretativa, a ética e a legitimidade da informação contábil. Como afirmam Kokina e Davenport (2017), o valor da Contabilidade na era digital não reside apenas na precisão dos dados, mas na capacidade humana de interpretar, contextualizar e vali-

Tabela 1 – Transição Epistemológica da Contabilidade na Era Algorítmica		
Etapa Histórica	Lógica Predominante	Papel Cognitivo do Contador
Contabilidade Clássica (até séc. XX)	Representação e mensuração	Técnico da objetividade: mensura e registra fatos passados
Contabilidade Interpretativa (séc. XX – início séc. XXI)	Informação e decisão	Analista da relevância: interpreta e comunica resultados
Contabilidade Algorítmica (presente e futuro)	Mediação e curadoria	Curador de informação: integra IA, julgamento e ética

Fonte: elaboração própria com base em Mattessich (2003), Hopwood (1987), Floridi (2019), IFAC (2024) e Russell & Norvig (2021).

dar as inferências produzidas por algoritmos. A informação contábil, portanto, continua sendo um construto social que demanda julgamento e significado, mesmo quando gerada por sistemas inteligentes. Nesse sentido, a epistemologia da Contabilidade permanece ancorada na hermenêutica do significado – agora estendida ao diálogo entre a mente humana e a inteligência das máquinas. O contador, nesse novo cenário, torna-se o mediador entre a objetividade do dado e a subjetividade do sentido, preservando o elo essencial entre número, narrativa e verdade econômica.

A evolução apresentada ao longo desta seção pode ser compreendida como um deslocamento progressivo da Contabilidade, que transita de uma lógica predominantemente voltada à mensuração para uma abordagem orientada à interpretação e, mais recentemente, à mediação informacional. A Tabela 1 sintetiza esse movimento histórico e conceitual, evidenciando as transformações no papel cognitivo do contador e na lógica predominante do conhecimento contábil.

2.3 A racionalidade contábil versus a racionalidade algorítmica

O avanço da Inteligência Artificial inaugura um novo regime informacional no qual os algoritmos assumem funções tradicionalmente humanas de inferência e deci-

são (Brynjolfsson & McAfee, 2017; Russell & Norvig, 2021). Essa transformação altera o modo como as organizações percebem, processam e validam a informação, instaurando uma tensão epistemológica entre duas formas de racionalidade: a contábil – historicamente ancorada na prudência, na essência sobre a forma e no julgamento ético – e a algorítmica, guiada por eficiência, replicação e predição estatística. O que antes era resultado de deliberação humana torna-se, cada vez mais, produto de inferências automatizadas, desafiando as fronteiras do conhecimento profissional.

Floridi (2019) denomina essa transição de “era da informação inteligente”, caracterizada pela capacidade das máquinas de aprender e reinterpretar o mundo a partir de dados. Nesse contexto, a informação deixa de ser um produto passivo da observação e torna-se uma entidade ativa, que se retroalimenta e se transforma. Essa mutação ontológica implica que o dado contábil, outrora expressão de um fato econômico, passa a ser também o resultado de um processo cognitivo autônomo, realizado por sistemas capazes de formular inferências e gerar hipóteses. O impacto dessa dinâmica é profundo: desloca a Contabilidade do campo da mensuração para o campo da curadoria informacional, em que a confiabilidade depende tanto da integridade do algoritmo quanto da vigilância humana.

“A Contabilidade deve ser compreendida como uma linguagem com gramática própria, um código simbólico que transforma o fluxo das atividades econômicas em estruturas compreensíveis, auditáveis e comunicáveis.”



Na Contabilidade, esse processo representa uma inflexão paradigmática. Parte do trabalho de análise, reconciliação e até de evidenciação passa a ser mediada por sistemas não humanos, redefinindo não apenas o papel do contador, mas também o próprio conceito de confiabilidade (IFAC, 2024). Lehner, Sundgren e Samudhram (2022) observam que, à medida que decisões contábeis passam a ser mediadas por sistemas de Inteligência Artificial, a confiança nos números tende a migrar do julgamento profissional para a confiabilidade dos algoritmos. Essa transição gera o risco de uma ilusão de objetividade, em que a precisão técnica substitui o discernimento ético e contextual. A Contabilidade, contudo, não pode abdicar de seu núcleo normativo: traduzir informação em significado socialmente legítimo e manter o elo entre técnica, ética e confiança.

Al-Htaybat e von Alberti-Alhtaybat (2017) e Warren, Moffitt e Byrnes (2015) argumentam que a tecnologia não elimina o julgamento humano: ela o reposiciona. O contador deixa de ser o compilador de números para tornar-se o curador da informação inteligente, responsável por interpretar, auditar e validar os resultados produzidos pelos algoritmos. Essa função de-

manda novas competências, como literacia algorítmica, compreensão de modelos de decisão automatizados e capacidade de avaliar implicações éticas. O contador, nesse novo ecossistema, atua como guardião da transparência e da clareza informacional, garantindo que a automação não comprometa a substância econômica dos fenômenos.

Essa nova racionalidade híbrida exige uma integração inédita entre raciocínio humano e inferência algorítmica. O julgamento contábil, antes orientado pela experiência e prudência, passa a dialogar com a predição probabilística e a lógica de aprendizado de máquina. Nesse contexto, o profissional precisa desenvolver pensamento crítico e sensibilidade ética para avaliar quando seguir as recomendações algorítmicas e quando questioná-las (Lehner, Sundgren & Samudhram, 2022; Kokina e Davenport, 2017). A competência central do contador do futuro, portanto, não será apenas o domínio técnico, mas a capacidade de equilibrar a

confiança nos dados com a responsabilidade pelo sentido – um equilíbrio entre a eficiência da máquina e a consciência humana.

Assim, a racionalidade contábil não é substituída pela algorítmica; ela é expandida e reinterpretada. A Contabilidade se reconfigura como uma ciência da mediação informacional, capaz de articular julgamento humano e lógica algorítmica na construção de informações confiáveis, auditáveis e eticamente sustentáveis (Kokina e Davenport, 2017; Moll e Yigitbasioglu, 2019; Lehner, Sundgren & Samudhram, 2022). Essa integração não representa o fim do contador, mas a elevação de sua função social. Se o débito e o crédito foram a linguagem do capitalismo industrial, a curadoria informacional será a linguagem da economia digital – e o contador continuará a ser seu tradutor mais legítimo.

A literatura contemporânea, portanto, revela uma transição paradigmática: da Contabilidade como representação objetiva para a Contabilidade como mediação cognitiva e ética. A incorporação da Inteligência Artificial amplia as possibilidades analíticas, mas também impõe ao contador o papel de curador da informação e guardião da integridade informacional.

Essa reflexão demanda um olhar metodológico compatível com sua natureza interpretativa e filosófica. A seguir, são apresentados os aspectos metodológicos que orientaram o desenvolvimento deste ensaio teórico, fundamentado em uma abordagem hermenêutico-analítica voltada à reconstrução epistemológica da Contabilidade na era algorítmica.

3 Aspectos Metodológicos

O presente estudo adota uma abordagem teórico-interpretativa, voltada à compreensão das transformações epistemológicas da Contabilidade diante da emergência da Inteligência Artificial. A investigação se estrutura como um ensaio teórico, cuja finalidade é integrar diferentes correntes de pensamento, revisitar pressupostos ontológicos e epistemológicos da Ciência Contábil e propor uma leitura crítica sobre o papel do contador como mediador cognitivo entre a racionalidade humana e a lógica algorítmica.

A seleção da literatura que fundamenta o ensaio foi orientada por critérios de relevância teórica, consistência conceitual e aderência ao problema de pesquisa. Foram priorizados autores clássicos da teoria Contábil e das Ciências Sociais Aplicadas, reconhecidos por suas contribuições à compreensão da Contabilidade como linguagem, prática social e sistema de representação, bem como estudos contemporâneos sobre Inteligência Artificial, filosofia da informação e tecnologias cognitivas. A construção do referencial teórico buscou, assim, articular diferentes tradições de pensamento (contábil, interpretativa e informacional) de modo a sustentar uma análise integrada das transformações epistemológicas em curso.

A metodologia proposta privilegia a reflexão conceitual e a análise hermenêutico-analítica, compreendendo o ato de pesquisar como um processo interpretativo de construção de sentido. Nessa perspectiva, a validade do conhecimento não decorre da verificação empírica, mas da coerência argumentativa, da consistência teórica e da capacidade de gerar compreensão ampliada sobre o fenômeno em estudo.

Para garantir clareza e rigor, esta seção está organizada em cinco partes complementares: A subseção 3.1 descreve a natureza do estudo, caracterizando-o como um ensaio teórico de caráter interpretativo. A subseção 3.2 apresenta a abordagem hermenêutico-analítica, fundamentada em autores como Gadamer, Demo e Meneghetti, cuja contribuição orienta a compreensão dialógica entre tradição e inovação científica. Em 3.3, são delineadas as etapas de construção teórica – identificação de lacunas, análise comparativa e síntese interpretativa – que orientam a lógica de argumentação. A subseção 3.4 discute os critérios de rigor e validade argumentativa, considerando a coerência interna e a plausibilidade hermenêutica como indicadores de consistência científica. Por fim, 3.5 aborda a postura reflexiva do pesquisador, entendido como mediador entre paradigmas

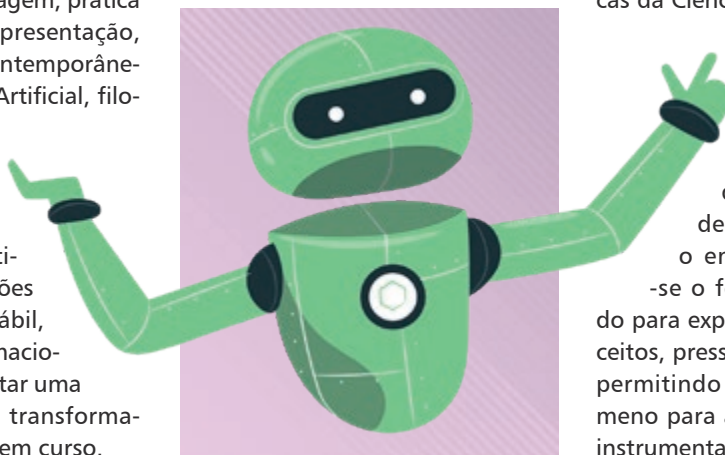
e intérprete ativo dos sentidos produzidos pelo campo contábil em transformação.

Ao adotar essa estrutura, busca-se assegurar que o percurso metodológico sustente a densidade teórica e a legitimidade epistemológica do ensaio, reafirmando que a produção de conhecimento contábil é, antes de tudo, um ato de interpretação responsável e socialmente significativo.

3.1 Natureza do estudo: ensaio teórico de caráter interpretativo

O presente estudo configura-se como um ensaio teórico de natureza interpretativa, orientado à análise crítica das transformações epistemológicas da Contabilidade diante da incorporação crescente da Inteligência Artificial (IA). Nessa abordagem, o conhecimento é produzido por meio da reflexão e da argumentação e, não, pela verificação empírica de hipóteses. Conforme Meneghetti (2011), o ensaio teórico constitui um exercício de pensamento que articula ideias, sistematiza tensões conceituais e propõe novas interpretações sobre fenômenos em transformação.

A opção por essa natureza teórica decorre do reconhecimento de que as mudanças provocadas pela IA não se restringem ao campo técnico-operacional, mas atingem as bases cognitivas e epistemológicas da Ciência Contábil. A tecnologia redefine os modos de representação da realidade econômica e introduz novas mediações entre dado, interpretação e decisão. Nesse contexto, o ensaio teórico mostra-se o formato mais adequado para explorar criticamente conceitos, pressupostos e implicações, permitindo compreender o fenômeno para além de sua dimensão instrumental.



“Na Contabilidade, esse processo representa uma inflexão paradigmática. Parte do trabalho de análise, reconciliação e até de evidenciação passa a ser mediada por sistemas não humanos, redefinindo não apenas o papel do contador, mas também o próprio conceito de confiabilidade (IFAC, 2024).”

De acordo com Demo (2000), o método ensaístico combina rigor e liberdade – rigor na coerência lógica e no encadeamento argumentativo, e liberdade na construção criativa de sínteses interpretativas. Tal característica é essencial quando se pretende discutir fenômenos emergentes, cuja complexidade ainda desafia modelos explicativos consolidados. Assim, a investigação teórica permite transitar entre diferentes matrizes de pensamento, promovendo diálogo entre a tradição contábil e as racionalidades informacionais que caracterizam a era digital.

Como destacam Gil (2020) e Roesch (2019), o ensaio teórico constitui um instrumento legítimo de avanço científico, sobretudo em campos que demandam revisão conceitual e ampliação de horizontes interpretativos. Ao adotar essa perspectiva, este estudo busca contribuir para o reposicionamento epistemológico da Contabilidade, oferecendo uma leitura crítica e propositiva sobre a media-

ção entre racionalidade humana e inteligência algorítmica no contexto contemporâneo.

3.2 Abordagem hermenêutico-analítica

A base metodológica deste estudo é hermenêutico-analítica, inspirada na tradição filosófica de Hans-Georg Gadamer (1999). A hermenêutica compreende o ato de conhecer como um processo de interpretação contínua, em que cada compreensão nasce do diálogo entre o novo e o já conhecido. O sentido, portanto, não é dado, mas construído historicamente na interação entre sujeito e contexto. Aplicada à Contabilidade, essa perspectiva implica reconhecer que todo conhecimento contábil é produto de media-

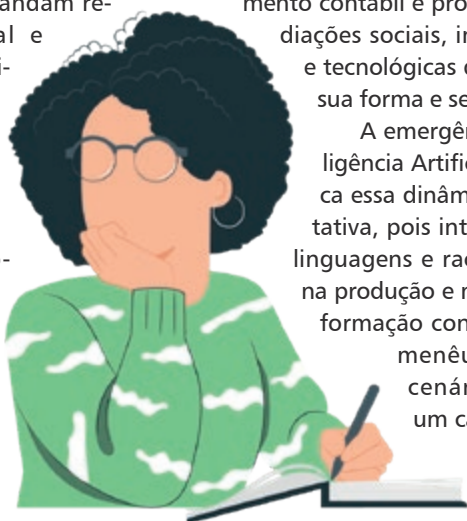
ções sociais, institucionais e tecnológicas que moldam sua forma e seu conteúdo.

A emergência da Inteligência Artificial intensifica essa dinâmica interpretativa, pois introduz novas linguagens e racionalidades na produção e no uso da informação contábil. A hermenêutica, nesse cenário, oferece um caminho para compreender como

os algoritmos reconfiguram os modos de significar, registrar e validar os fenômenos econômicos. Compreender a IA a partir desse prisma é reconhecer que ela não apenas processa dados, mas produz novos horizontes de sentido para o campo contábil.

A dimensão analítica complementa a reflexão hermenêutica, conferindo rigor lógico à organização do pensamento teórico. Segundo Demo (2000), analisar é decompor conceitualmente o fenômeno, identificando suas premissas, paradoxos e implicações. Assim, a análise opera como instrumento de clareza e coerência, permitindo estruturar os argumentos de modo sistemático e verificável dentro do próprio campo teórico.

No presente ensaio, a articulação entre hermenêutica e análise sustenta a compreensão da Inteligência Artificial não apenas como inovação tecnológica, mas como evento epistêmico que desafia os fundamentos cognitivos e éticos da Contabilidade. Essa abordagem dupla – interpretativa e lógica – permite produzir uma leitura crítica das transformações contemporâneas, em que compreender significa simultaneamente interpretar, contextualizar e reconstruir os significados que orientam a prática e o pensamento contábil.



3.3 Etapas de construção teórica

A construção teórica do ensaio foi estruturada em três etapas complementares, seguindo a lógica dos estudos conceituais de caráter interpretativo (Meneghetti, 2011; Roesch, 2019).

- 1) **Identificação da lacuna conceitual:** verificou-se a escassez de estudos que tratem da IA como agente epistêmico na Contabilidade, ou seja, como elemento que transforma a natureza do conhecimento contábil. A literatura nacional tem privilegiado a automação de processos, mas ainda não abordou de forma consistente as implicações cognitivas e éticas da racionalidade algorítmica.
- 2) **Análise comparativa:** realizou-se um confronto entre os fundamentos epistemológicos da Contabilidade – pautados na prudência, julgamento e representação – e as concepções contemporâneas da filosofia da informação e da Inteligência Artificial (Floridi, 2019; Brynjolfsson & McAfee, 2017). Essa etapa permitiu mapear convergências e tensões entre a racionalidade humana e a lógica algorítmica.
- 3) **Síntese interpretativa:** a partir dessa análise, constrói-se uma leitura integrada que sustenta o reposicionamento da Contabilidade como ciência da mediação informacional, entendida como um campo que articula raciocínio humano e a inferência algorítmica na construção de conhecimento confiável e socialmente significativo.

A partir desse percurso, o ensaio explicita sua proposição central: a Contabilidade, na era da Inteligência Artificial, deve ser compreendida como uma ciência da mediação informacional, na qual o conheci-

mento é produzido por meio da interação entre raciocínio humano e inferência algorítmica. Essa proposição desloca o foco da Contabilidade da mensuração para a mediação, enfatizando o papel do contador como curador da confiabilidade, responsável por interpretar, validar e atribuir sentido às informações geradas em ambientes informacionais mediados por tecnologia.

A construção dessa proposição foi sustentada por uma revisão crítica da literatura, operacionalizada por meio da leitura analítica e comparativa dos textos selecionados, orientada pela identificação de pressupostos, conceitos-chave e implicações teóricas de cada abordagem. Esse processo envolveu a decomposição dos argumentos centrais dos autores, seguida de sua recomposição em uma estrutura interpretativa integrada, capaz de evidenciar convergências, tensões e lacunas conceituais.

Mais do que descrever a literatura existente, a análise buscou problematizar os fundamentos das diferentes correntes, examinando suas contribuições e limitações à luz do fenômeno investigado. Com isso, a síntese construída assume caráter não descritivo, mas crítico, à produção de coerência teórica e capacidade explicativa sobre as transformações epistemológicas da Contabilidade no contexto da Inteligência Artificial.

3.4 Critérios de rigor e validade argumentativa

Em ensaios teóricos, o rigor não se mede por replicabilidade empírica, mas pela coerência, consistência e profundidade argumentativa (Demo, 2000; Meneghetti, 2011).

A validade advém da clareza conceitual, da densidade lógica e da capacidade de gerar compreensões novas sobre fenômenos complexos. Martins e Theóphilo (2016) destacam que a credibilidade de uma construção teórica repousa na transparência das premissas e na solidez das inferências.

Neste estudo, o rigor foi buscado por meio de três princípios:

- **Coerência interna**, garantindo continuidade e harmonia entre conceitos, argumentos e evidências bibliográficas;
- **Consistência epistemológica**, assegurando alinhamento entre método, objeto e finalidade;
- **Relevância científica**, expressa pela contribuição ao avanço da teoria contábil e pela capacidade de provocar reflexão crítica sobre o papel do contador na era algorítmica.

O ensaio, portanto, adota o raciocínio abstrativo e interpretativo, no qual a originalidade não decorre da novidade dos dados, mas da novidade da compreensão (Thietart *et al.*, 2001).

3.5 Postura reflexiva do pesquisador como mediador entre paradigmas

A abordagem teórico-interpretativa pressupõe o reconhecimento de que não há neutralidade absoluta no processo de construção do conhecimento. O pesquisador é parte constitutiva do ato interpretativo, uma vez que toda compreensão ocorre a partir de um horizonte histórico e conceitual determinado (Gadamer, 1999). Essa condição não compromete o rigor científico, mas o amplia, pois torna explícitas as mediações que influenciam a formulação das interpretações e a produção de sentido.



No contexto desta investigação, adota-se uma postura reflexiva, compreendendo o pesquisador como mediador entre paradigmas – o tradicional e o emergente, o humano e o tecnológico. Essa reflexividade metodológica reafirma a responsabilidade epistemológica do pesquisador em tratar a Inteligência Artificial não como mero fenômeno técnico, mas como transformação cognitiva e social que reconfigura as bases da Contabilidade.

Como argumenta Meneghetti (2011), o ensaio teórico é uma forma de pensamento que exige engajamento crítico e autoria intelectual, na qual o pesquisador atua como intérprete do próprio campo que analisa. Assim, a prática científica assume caráter dialógico, em que compreender é também transformar, e o conhecimento contábil, nesse sentido, emerge como resultado de um processo contínuo de tradução entre racionalidades.

Encerrando a seção metodológica, reconhece-se que o caminho seguido neste ensaio não tem caráter meramente formal, mas compõe o próprio eixo de sustentação teórica da análise. A adoção de uma abordagem hermenêutico-analítica e de uma postura reflexiva diante do objeto investigado permite compreender a Contabilidade como campo interpretativo em constante reconstrução e, não, como um conjunto estático de técnicas. Essa perspectiva possibilita examinar a Inteligência Artificial não apenas como ferramenta operacional, mas como fenômeno epistêmico que redefine o modo de conhecer, representar e atribuir sentido à realidade econômica. Assim, o passo seguinte é avançar para o núcleo analítico

Tabela 2 – Comparação entre a Racionalidade Contábil e Algorítmica		
Dimensão	Racionalidade Contábil	Racionalidade Algorítmica
Base lógica	Julgamento e prudência	Eficiência e probabilidade
Natureza da inferência	Explicativa e contextual	Correlacional e preditiva
Temporalidade	Histórico e analítico	Preditivo e dinâmico
Fonte de legitimidade	Normas, ética e julgamento	Dados e desempenho modelo
Papel do contador	Guardião da confiabilidade	Curador e intérprete

Fonte: elaboração própria com base em Floridi (2019), Power (2021), Brynjolfsson e McAfee (2017), e IFAC (2024).

do estudo, em que se discute a IA como catalisadora de um novo paradigma informacional na Ciência Contábil.

4 A Inteligência Artificial e o Novo Paradigma Informacional

O avanço da Inteligência Artificial (IA) representa uma inflexão paradigmática na produção e interpretação do conhecimento contábil. Se a Contabilidade moderna nasceu para representar a realidade econômica, a IA contemporânea emerge para prever e reconstruir essa realidade. Essa passagem do descritivo ao preditivo redefine o objeto epistêmico da Contabilidade, pois transforma o dado contábil em um artefato inferencial, sujeito a aprendizado contínuo e autônomo.

Os sistemas de aprendizado de máquina processam volumes massivos de informações e identificam padrões imperceptíveis ao olhar humano (Brynjolfsson & McAfee, 2017). Em auditoria, detectam anomalias com precisão crescente; em controladoria, simulam cenários e sugerem decisões em tempo real (Kokina & Davenport, 2017). Entretanto, como argumenta Floridi (2019), a IA infere sem compreender: ela produz correlações, não significados.

A racionalidade contábil, sustentada em prudência, julgamento e essência sobre a forma, confronta-se com uma racionalidade algorítmica regida por performance, replicação e estatística.

A Tabela 2 sintetiza essa distinção entre as duas racionalidades – e os desafios que emergem dessa convivência.

A convivência entre essas duas lógicas cria um regime informacional híbrido. A IA amplia o alcance analítico, mas tende a reduzir o espaço do julgamento humano.

Nesse sentido, a função cognitiva da Contabilidade não desaparece; ela se expande. O contador passa a atuar como mediador entre duas inteligências – a humana e a artificial –, garantindo que a lógica algorítmica não substitua o discernimento ético e o contexto econômico. Em vez de perder protagonismo, a profissão se reposiciona no topo da hierarquia interpretativa, assumindo o papel de curadoria cognitiva. O desafio não é competir com a IA, mas coexistir de forma complementar, preservando a dimensão ética e humana do conhecimento contábil.

Esse novo paradigma informacional exige, portanto, uma epistemologia que una capacidade analítica e responsabilidade moral. Se o algoritmo vê padrões, cabe ao contador compreender significados. Se o sistema aprende com dados, cabe ao profissional julgar o que é relevante, legítimo e verdadeiro. A Contabilidade, assim, torna-se a linguagem que traduz o que os algoritmos calculam – e o que as organizações decidem.



4.1 Do contador ao curador da informação

O novo papel cognitivo e ético do profissional da contabilidade

A IA não extingue o contador; redefine seu papel cognitivo e ético. O profissional deixa de ser executor normativo e assume a função de mediador entre inteligências, humana e artificial. Power (2021) denomina esse processo auditabilidade algorítmica: decisões passam a se apoiar em modelos opacos, exigindo do contador novas competências de ceticismo, validação e responsabilização.

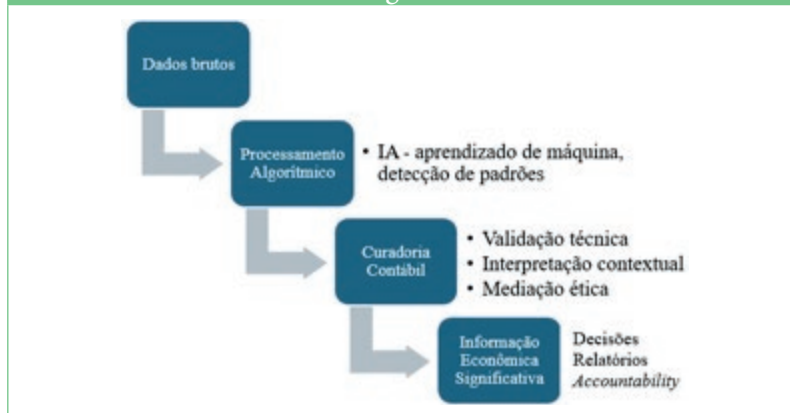
O contador torna-se, portanto, o curador da informação inteligente, responsável por validar, contextualizar e traduzir resultados algorítmicos em conhecimento econômico. Essa função é inseparável da ética: o contador atua como filtro moral e cognitivo que assegura que a eficiência das máquinas não suplante a prudência humana.

Competências ampliadas: literacia algorítmica, pensamento crítico e prudência ética

A nova configuração profissional requer competências ampliadas. Segundo a Ifac (2024), o contador contemporâneo deve integrar quatro dimensões: literacia digital, raciocínio analítico, julgamento ético e comunicação de valor. O relatório Contador do Futuro (CFC, 2023) reforça que a relevância da profissão dependerá da capacidade de interagir com sistemas inteligentes preservando a essência da decisão humana.

Essa literacia algorítmica implica compreender como os modelos aprendem, quais vieses carregam e como influenciam a percepção de verdade. O contador-curador não compete com o algoritmo, mas o interpreta; não substitui o dado, mas o significa.

Figura 1 – Fluxo Conceitual da Mediação Contábil na Era Algorítmica



Fonte: elaboração própria com base em Ifac (2024) e Floridi (2019)

Mediação humana entre outputs algorítmicos e decisões organizacionais

O contador-curador opera em três planos complementares:

- 1) **Verificação algorítmica** – audita resultados de sistemas inteligentes, assegurando rastreabilidade e conformidade.
- 2) **Interpretação contextual** – traduz inferências em análises compreensíveis e relevantes para decisões econômicas.
- 3) **Mediação ética** – preserva os princípios de prudência, transparência e *accountability* diante de inferências automatizadas.

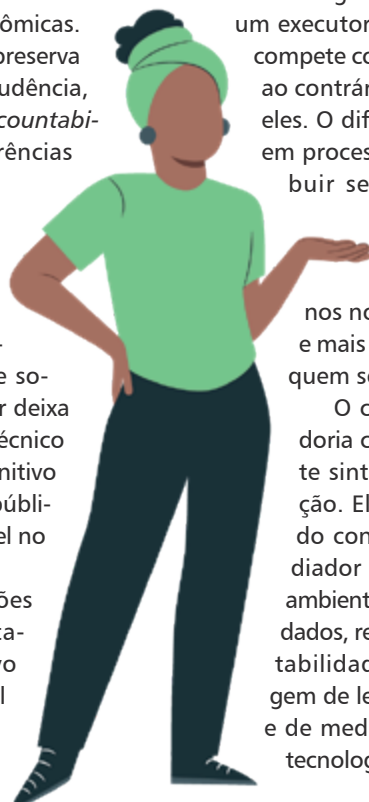
Esse processo de curadoria garante que a informação automatizada mantenha significado, legitimidade e utilidade social. Assim, o contador deixa de ser mero executor técnico e torna-se curador cognitivo e moral da confiança pública – papel insubstituível no ecossistema digital.

Essas três dimensões podem ser representadas no fluxo cognitivo da curadoria contábil inteligente, mostrado na Figura 1.

Esse fluxo sintetiza a transição epistemológica em curso: a Contabilidade deixa de ser uma tecnologia de registro e se torna uma tecnologia de interpretação ampliada, em que o contador atua como filtro cognitivo e moral entre a lógica estatística das máquinas e o julgamento humano.

Nesse sentido, o papel do contador se aproxima mais de um curador cognitivo do que de um executor técnico. Ele não compete com os algoritmos, ao contrário, colabora com eles. O diferencial não está em processar, mas em atribuir sentido. Assim, o valor da profissão passa a residir menos no como se calcula e mais no porquê e para quem se comunica.

O conceito de curadoria contábil inteligente sintetiza essa evolução. Ele traduz o papel do contador como mediador da confiança em ambientes dominados por dados, reafirmando a Contabilidade como linguagem de legitimidade social e de mediação ética entre tecnologia e decisão.



“O conceito de curadoria contábil inteligente sintetiza essa evolução. Ele traduz o papel do contador como mediador da confiança em ambientes dominados por dados, reafirmando a Contabilidade como linguagem de legitimidade social e de mediação ética entre tecnologia e decisão.”

4.2 O reposicionamento epistemológico da contabilidade Da mensuração à mediação: o campo contábil como sistema de significação inteligente

A integração entre Contabilidade e IA exige um reposicionamento epistemológico. A Contabilidade não pode mais ser entendida apenas como ciência de mensuração e representação, mas como ciência da mediação informacional.

Mattessich (2003) já argumentava que a Contabilidade é normativa e construtiva, definindo os parâmetros de verdade organizacional. Hopwood (1987) e Burchell, Clubb e Hopwood (1980) reforçaram que ela é uma prática social que confere legitimidade e poder simbólico às organizações. No contexto atual, os algoritmos tornam-se coprodutores dessa verdade, e o contador, seu intérprete crítico.

Sob essa ótica, a Contabilidade deve operar como mediadora entre inteligências. O contador torna-se o intérprete das interpretações. Alguém capaz de compreender a inferência algorítmica e reconduzi-la à lógica econômica e ética. Essa função é essencial para evitar o que Power (2021) chama de “regimes de confiança automática”, em que as decisões baseadas em IA são aceitas sem ceticismo. O julgamento profissional, nesse sentido, é o antídoto

epistemológico contra a complacência tecnológica.

A Figura 2 apresenta uma estrutura conceitual simplificada desse novo enquadramento epistemológico.

Essa estrutura visualiza a Contabilidade como campo de interseção epistemológica. Ela não compete com a IA, mas atua como elo de tradução entre as duas racionalidades. O contador permanece como instância de interpretação e responsabilidade, garantindo que a informação, ainda que gerada por sistemas autônomos, preserve valores humanos e institucionais.

As implicações desse reposicionamento são profundas:

- 1) **No ensino contábil**, requer a revisão curricular com ênfase em pensamento crítico, ética algorítmica e literacia digital. As IES precisam preparar profissionais capazes de interagir com IA de modo reflexivo e responsável

(Ifac, 2022; CFC, 2023).

- 2) **Na pesquisa contábil**, amplia-se o escopo para abordagens interdisciplinares – filosofia da informação, ciência de dados e ética aplicada. O campo contábil passa a dialogar com epistemologias computacionais sem perder sua identidade social.
- 3) **Na prática profissional**, redefine-se o julgamento. O contador do futuro é tanto um analista de algoritmos quanto um guardião de valores. Sua credibilidade dependerá da capacidade de integrar precisão técnica e prudência ética.

Em síntese, a Contabilidade do século XXI não abandona o débito nem se rende ao algoritmo. Ela aprende a operar entre ambos – como uma ciência da mediação inteligente, cuja missão é manter o conhecimento econômico humano em diálogo permanente com o conhecimento automatizado.

Figura 2 – Estrutura Epistemológica da Contabilidade como Ciência da Mediação Informacional



Fonte: elaboração própria com base em IFAC (2024), Floridi (2019), Power (2021) e CFC (2023).

Implicações para o conceito de evidência, julgamento e confiabilidade

A IA amplia o conceito de evidência contábil, que deixa de derivar, exclusivamente, de documentos e observações diretas para incluir inferências probabilísticas geradas por sistemas autônomos. Essa expansão traz riscos de opacidade algorítmica e delegação excessiva, quando o julgamento humano é substituído pela aceitação automática dos resultados gerados pela tecnologia. (Power, 2021). A confiabilidade passa, então, a depender da curadoria humana sobre o processo algorítmico.

O julgamento contábil não desaparece, ele se desloca. O contador avalia tanto o conteúdo quanto a origem inferencial da informação, redefinindo a noção de prudência e a própria epistemologia da decisão.

A Contabilidade como ciência da mediação informacional

Propõe-se, neste ensaio, compreender a Contabilidade como uma ciência da mediação informacional – um campo que integra raciocínio humano e inferência algorítmica na construção de conhecimento confiável, auditável e eticamente orientado. Essa perspectiva amplia o escopo da disciplina ao reconhecer que o significado econômico emerge da interação entre pessoas, sistemas

e dados – uma ontologia híbrida da informação contábil, na qual o sentido é continuamente coproduzido por humanos e algoritmos.

Sob o ponto de vista teórico, o argumento avança ao reposicionar a Contabilidade como disciplina de tradução cognitiva, cuja função é articular linguagem econômica, julgamento profissional e inferência tecnológica. O conhecimento contábil deixa, assim, de ser compreendido como produto da substituição tecnológica e passa a ser visto como resultado da colaboração entre racionalidades distintas, humana e algorítmica.

Do ponto de vista profissional, a proposta reafirma o papel do contador como curador da confiabilidade informacional, guardião da prudência digital e intérprete crítico daquilo que as máquinas calculam. Já no plano educacional e científico, aponta para a necessidade de desenvolver novas competências e linhas de pesquisa voltadas à ética algorítmica, à literacia digital e à epistemologia híbrida que emerge dessa interação.

Para sintetizar as evidências e contribuições desenvolvidas nesta seção, apresenta-se a Tabela 3, que organiza as principais dimensões analíticas do ensaio e explicita as implicações teóricas, profissionais e edu-

cacionais da Inteligência Artificial para o campo contábil.

A síntese apresentada confirma que a Inteligência Artificial não substitui o raciocínio contábil, mas o expande, ao mesmo tempo em que o desafia. A Contabilidade emerge, assim, como uma ciência de mediação entre racionalidades, capaz de traduzir os resultados algorítmicos em interpretações socialmente responsáveis. Esse reposicionamento epistemológico constitui a contribuição central deste ensaio e prepara o terreno para as considerações finais, nas quais se discutem os desdobramentos teóricos, profissionais e educacionais dessa nova configuração informacional.

5 Considerações Finais

A história da Contabilidade é, em essência, a história da confiança. Desde os primeiros registros comerciais, ela nasceu da necessidade humana de tornar o valor visível – de traduzir o invisível das promessas e das trocas em linguagem verificável. Ao longo dos séculos, essa função permaneceu vital à estabilidade das economias, à governança das instituições e à transparência das relações sociais. A Inteligência Artificial, ao transformar a maneira como a informação é gerada, processada e interpretada, não elimina essa função: apenas a reconfigura em novas bases cognitivas e éticas.



Tabela 3 – Síntese de Evidências e Contribuições

Dimensão Analítica	Principais Evidências e Argumentos	Contribuição para o Campo Contábil
Papel profissional	A IA redefine a função do contador, que passa de executor técnico a curador de informações. O profissional atua na interface entre <i>outputs</i> algorítmicos e decisões organizacionais, demandando literacia digital, ceticismo profissional e prudência ética.	Reposiciona o contador como mediador cognitivo e ético, ampliando sua responsabilidade sobre a integridade e o significado das informações automatizadas.
Epistemologia contábil	A racionalidade algorítmica introduz novos modelos de inferência e de evidência, exigindo uma revisão do conceito de confiabilidade e julgamento profissional.	Avança a compreensão da Contabilidade como sistema de significação, no qual a produção de conhecimento envolve interação entre raciocínio humano e inferência tecnológica.
Ciência da mediação informacional	A informação contábil deixa de ser mera expressão do real e passa a ser coproduzida por humanos e algoritmos, configurando uma ontologia híbrida da informação.	Formaliza a Contabilidade como ciência da mediação – disciplina de tradução cognitiva entre racionalidades humanas e digitais.
Implicações éticas e educacionais	A automação exige novas competências: pensamento crítico, literacia algorítmica e ética da decisão.	Propõe novas diretrizes formativas e linhas de pesquisa voltadas à governança de sistemas e à prudência digital.

Fonte: elaboração própria.

“Em síntese, a Contabilidade do século XXI não abandona o débito nem se rende ao algoritmo. Ela aprende a operar entre ambos – como uma ciência da mediação inteligente, cuja missão é manter o conhecimento econômico humano em diálogo permanente com o conhecimento automatizado.”

Os sistemas algorítmicos são potentes em identificar padrões e prever comportamentos, mas permanecem incapazes de compreender contexto, substância e consequência. Eles podem aprender, mas não discernir; calcular, mas não julgar. O contador, ao contrário, é o profissional que une cálculo e discernimento, técnica e prudência, número e narrativa. É o intérprete que compreende o que os algoritmos calculam, traduzindo dados em decisões e decisões em responsabilidade. Nesse sentido, a Inteligência Artificial não substitui o contador, mas o convoca a um novo patamar de consciência profissional.

A Contabilidade não está em risco de extinção, mas está diante da sua maior oportunidade histórica de expansão cognitiva e social. Nunca se produziu tanta informação quanto hoje, mas também nunca se precisou tanto de quem seja capaz de dar sentido a ela. Quanto mais automatizado o mundo se torna, mais indispensável se torna o papel humano na mediação da confiança. É nesse ponto que a Contabilidade reafirma sua essência: não como apenas uma técnica de mensuração, mas como sistema social de legitimidade e compreensão.

O contador do século XXI não é apenas um executor de rotinas: é um

curador da legitimidade informacional. Ele garante que as informações, ainda que geradas por sistemas inteligentes, mantenham significado econômico, coerência ética e valor social. Sua responsabilidade ultrapassa o domínio técnico e alcança a esfera simbólica: preservar a integridade informacional que sustenta mercados, empresas e democracias. Em um tempo de automação acelerada, o contador continua sendo o elo ético entre o dado e a decisão.

As reflexões desenvolvidas neste ensaio também apontam para uma agenda promissora de pesquisas futuras. Destaca-se, inicialmente, a necessidade de investigações que examinem como a interação entre julgamento humano e sistemas algoritmos se manifesta nas práticas contábeis, especialmente no que se refere à validação da informação, ao exercício do ceticismo profissional e à construção da confiança em ambientes digitais. Torna-se igualmente relevante aprofundar estudos sobre as competências requeridas do contador na era da Inteligência Artificial, com ênfase em literacia algorítmica, pensamento crítico e julgamen-



to ético, explorando suas implicações para a formação acadêmica e o desenvolvimento profissional. Adicionalmente, pesquisas sobre governança e auditoria de sistemas algorítmicos podem contribuir para compreender como a Contabilidade pode assegurar transparência e responsabilidade em contextos de decisão automatizados.

Esses desdobramentos podem ser explorados por meio de diferentes abordagens empíricas. Estudos de caso em organizações que utilizam Inteligência Artificial em processos contábeis e de auditoria podem oferecer evidências sobre como se dá, na prática, a mediação entre dados, modelos e decisões. Abordagens experimentais e *surveys*, por sua vez, permitem analisar o comportamento de profissionais diante de recomendações algorítmicas, investigando fatores como confiança, dependência tecnológica e capacidade de questionamento.

Por fim, permanece aberta a agenda de estudos teóricos futuros voltados ao aprofundamento da Contabilidade como ciência da mediação informacional, exploran-

do suas implicações epistemológicas, éticas e institucionais em contextos cada vez mais orientados por dados. Em conjunto, esses caminhos permitem testar, refinar e expandir a proposição desenvolvida neste ensaio, contribuindo para seu amadurecimento teórico e aplicação prática.

A Contabilidade, portanto, não acabará, mas ficará cada vez mais necessária; não como repositório de registros, mas como disciplina de mediação entre inteligências: humana, organizacional e algorítmica. Sua relevância social cresce na medida em que o mundo demanda confiança, transparência e interpretação ética. As máquinas

podem processar milhões de dados, mas apenas o julgamento humano é capaz de transformá-los em conhecimento responsável.

Assim, o futuro da Contabilidade não é o da substituição, mas o da evolução da consciência profissional. O contador continuará sendo o tradutor do valor e o guardião da credibilidade – agora com instrumentos mais sofisticados e uma missão mais ampla. Entre o débito e o algoritmo, permanece o mesmo propósito que moveu os primeiros livros-razão: assegurar que a verdade econômica seja não apenas registrada, mas compreendida, validada e compartilhada com integridade.



Referências

Agustí, M. A., & Orta-Pérez, M. (2023). *Big data and artificial intelligence in the fields of accounting and auditing: A bibliometric analysis*. *Spanish Journal of Finance and Accounting*, 52(3), 412–438.

Al-Htaybat, K., & von Alberti-Alhtaybat, L. (2017). *Big data and corporate reporting: Impacts and paradoxes*. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 30(4), 850–873.

Brynjolfsson, E., & McAfee, A. (2017). *Machine, platform, crowd: Harnessing our digital future*. W. W. Norton & Company.

Burchell, S., Clubb, C., & Hopwood, A. G. (1980). *Accounting in its social context: Towards a history of value added in the United Kingdom*. *Accounting, Organizations and Society*, 5(4), 381–413.

Chua, W. F. (1986). *Radical developments in accounting thought*. *The Accounting Review*, 61(4), 601–632.

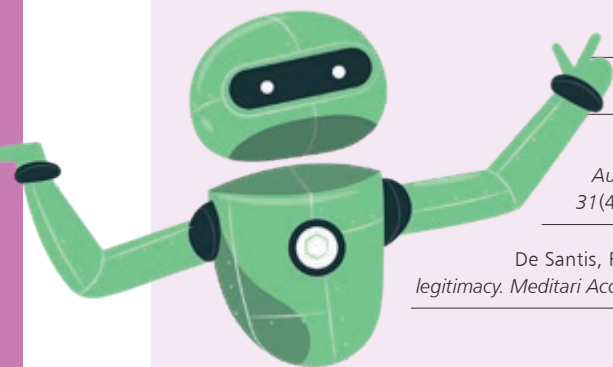
Conselho Federal de Contabilidade. (2023). *Relatório Contador do Futuro*. Brasília: CFC.

Davenport, T. H., & Kirby, J. (2016). *Only humans need apply: Winners and losers in the age of smart machines*. Harper Business.

Demo, P. (2000). *Metodologia do conhecimento científico* (3ª ed.). Atlas.

de Laat, P. B. (2017). *Algorithmic decision-making based on machine learning: Auditability, explainability and “black box” problems*. *Philosophy & Technology*, 31(4), 543–556.

De Santis, F., & D’Onza, G. (2021). *Big data and data analytics in auditing: In search of legitimacy*. *Meditari Accountancy Research*, 29(5), 1088–1112.



International Federation of Accountants (IFAC). (2024). *The role and expectations of accountants in the era of AI*. IFAC.

Floridi, L. (2019). *The logic of information: A theory of philosophy as conceptual design*. Oxford University Press.

Gadamer, H.-G. (1999). *Verdade e método I: Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica* (6ª ed., trad. Flávio Paulo Meurer). Vozes.

Gil, A. C. (2020). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (7ª ed.). Atlas.

Hendriksen, E. S., & Van Breda, M. F. (1999). *Accounting theory* (5th ed.). McGraw-Hill.

Hines, R. D. (1988). *Financial accounting: In communicating reality, we construct reality*. *Accounting, Organizations and Society*, 13(3), 251–261.

Hopwood, A. G. (1983). *On trying to study accounting in the contexts in which it operates*. *Accounting, Organizations and Society*, 8(2–3), 287–305.

Hopwood, A. G. (1987). *The archaeology of accounting systems*. *Accounting, Organizations and Society*, 12(3), 207–234.

Iudícibus, S. de. (2017). *Teoria da Contabilidade* (12ª ed.). Atlas.

Kokina, J., & Davenport, T. H. (2017). *The emergence of artificial intelligence: How automation is changing auditing*. *Journal of Emerging Technologies in Accounting*, 14(1), 115–122.

Laughlin, R. (1995). *Empirical research in accounting: Alternative approaches and a case for "middle-range" thinking*. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 8(1), 63–87. h

Lehner, O. M., Sundgren, N., & Samudhram, A. (2022). *Artificial-intelligence-based decision-making in accounting and auditing: Ethical challenges and normative thinking*. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 35(9), 233–255.

Martins, G. A., & Theóphilo, C. R. (2016). *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas* (3ª ed.). Atlas.

Mattessich, R. (2003). *Accounting representation and the onion model of reality: A comparison with Baudrillard's orders of simulacra and his hyperreality*. *Accounting, Organizations and Society*, 28(5), 443–470.

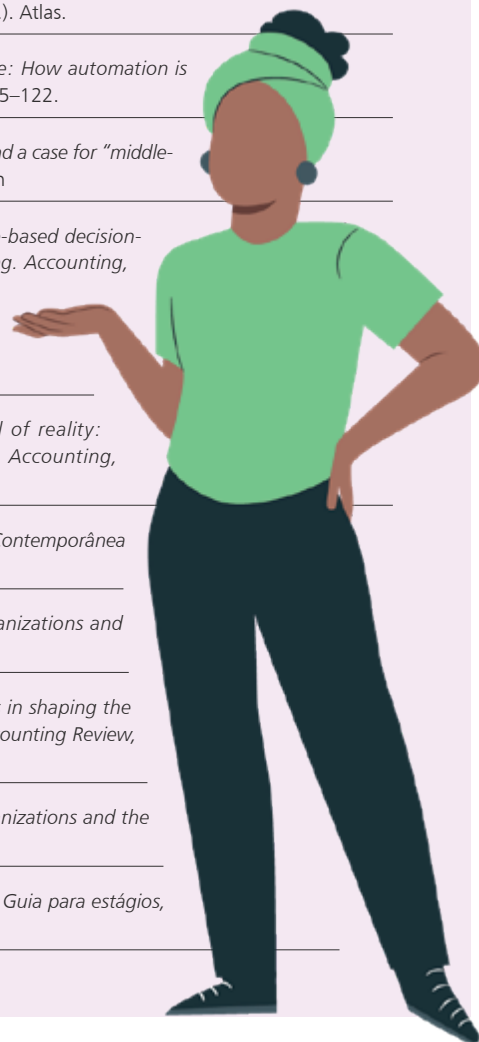
Meneghetti, F. K. (2011). *O que é um ensaio teórico?* *Revista de Administração Contemporânea (RAC)*, 15(2), 320–332.

Miller, P., & Napier, C. (1993). *Genealogies of calculation*. *Accounting, Organizations and Society*, 18(7–8), 631–647.

Moll, J., & Yigitbasioglu, O. (2019). *The role of internet-related technologies in shaping the work of accountants: New directions for accounting research*. *The British Accounting Review*, 51(6), 100833.

Power, M. (2021). *Modelling the microfoundations of the audit society: Organizations and the logic of the audit trail*. *Academy of Management Review*, 46(1), 6–32.

Roesch, S. M. A. (2019). *Projetos de estágio e de pesquisa em administração: Guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso* (5ª ed.). Atlas.



Russell, S. J., & Norvig, P. (2021). *Artificial intelligence: A modern approach* (4th ed.). Pearson.

Souza, E. R. M., Souza, J. M., Lima Júnior, G. F., Castro, G. C. A., & Lucena Filho, R. B. (2025). *Do papel ao pixel: Transformações digitais na Contabilidade, contribuições e desafios*. *Revista Controladoria e Gestão (RCG)*, 6(2), 1473–1490.

Thietart, R. A., Forgues, B., & Venkatraman, N. (2001). *Doing management research: The case of the French connection*. *Organization Studies*, 22(2), 297–326.

Warren, J. D., Moffitt, K. C., & Byrnes, P. (2015). *How big data will change accounting*. *Accounting Horizons*, 29(2), 397–407.





VEM AÍ UM 2027 DE
GRANDES EVENTOS!

Encontro **LUSO-BRASILEIRO DE CONTABILIDADE**

UNINDO PORTUGAL E BRASIL NA EXCELÊNCIA CONTÁBIL

JULHO | 14 e 15 Salvador/BA

Separados pelo Atlântico, unidos pela Contabilidade



ORDEM
DOS CONTABILISTAS
CERTIFICADOS



PUBLICAÇÕES
CFC



Siga-nos nas redes sociais: @cfcbsb



Acesse as publicações da



Aponte a câmera do celular para o código abaixo e desfrute de uma boa leitura!



1 QR CODE

Para ler o código, é preciso possuir um *smartphone* com um aplicativo de leitura de QR code instalado. Caso seu aparelho não tenha, baixe, gratuitamente, nas lojas de aplicativos dos sistemas Android ou iOS. Após a instalação, basta iniciar o programa no celular e apontar a câmera para o código acima.

2 LINK DIRETO

Se preferir, acesse as publicações pelo link abaixo:
<https://cfc.org.br/edicoes-antiores-revista-brasileira-de-contabilidade/>

